



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
RAYLENE MARIA FONSECA DA SILVA

**A ATUAÇÃO DA CUT NO PROCESSO DE EXPANSÃO DO COOPERATIVISMO
NO BRASIL: construção de uma estratégia de enfrentamento ao capital ou uma
alternativa ao desemprego?**

Fortaleza - Ceará
2012

RAYLENE MARIA FONSECA DA SILVA

**A ATUAÇÃO DA CUT NO PROCESSO DE EXPANSÃO DO COOPERATIVISMO
NO BRASIL: construção de uma estratégia de enfrentamento ao capital ou uma
alternativa ao desemprego?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Brasileira.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Ana Maria Dorta de Menezes

Co-orientador: Prof^º. Dr. Epitácio Macário

**Fortaleza – Ceará
2012**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- S583a Silva, Raylene Maria Fonseca da.
A atuação da CUT no processo de expansão do cooperativismo no Brasil : construção de uma estratégia de enfrentamento ao capital ou uma alternativa ao desemprego? / Raylene Maria Fonseca da Silva. – 2012.
84 p. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2012.
Área de Concentração: Educação brasileira.
Orientação: Profa. Dra. Ana Maria Dorta de Menezes.
Coorientação: Prof. Dr. Epitácio Macário.
- 1.Capitalismo – Brasil. 2.Sindicalismo – Brasil. 3.Cooperativismo – Brasil. 4.Central Única dos Trabalhadores(Brasil). I. Título.

CDD 331.880981

RAYLENE MARIA FONSECA DA SILVA

**A ATUAÇÃO DA CUT NO PROCESSO DE EXPANSÃO DO COOPERATIVISMO
NO BRASIL: construção de uma estratégia de enfrentamento ao capital ou uma
alternativa ao desemprego?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Brasileira.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dra. Ana Maria Dorta de Menezes – UFC
(Orientadora)

Prof. Dr. Epitácio Macário – UECE
(Co-orientador)

Prof^º. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto – USP
(1º Membro)

Prof^ª. Dra. Kátia Regina Rodrigues Lima – UFC
(2º Membro)

Aprovado em: ___/___/___

*A Deus, meus familiares, professores e amigos...
Imprescindíveis à realização desse sonho...*

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida, pela sabedoria, pela força, coragem e perseverança necessárias para superar os inúmeros obstáculos encontrados ao longo do caminho.

A minha mãe, meu pai, meu irmão Walney e demais membros da minha família pelo carinho e apoio recebidos durante todo o processo de realização do mestrado, etapa importante da minha formação acadêmica e profissional.

A minha orientadora Ana Maria Dorta de Menezes e ao meu co-orientador Eptácio Macário pelas orientações imprescindíveis à construção deste trabalho e pelo constante estímulo ao meu crescimento profissional e pessoal.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (UFC), especialmente os que compõem a linha de pesquisa Trabalho e Educação, pela seriedade com que compartilham seus conhecimentos e pelo firme empenho em formar profissionais competentes, éticos e comprometidos com a construção de uma sociedade justa e igualitária.

A Secretária de Saúde do Município de Ocara, Sra. Fátima Viana, pela sensibilidade e apoio institucional as minhas necessidades de trabalhadora de combinar trabalho e estudo, sem o qual não teria condições objetivas para realizar a presente pesquisa.

A todos (as) que fazem ou fizeram parte da equipe profissional do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de Ocara da qual participo e aos usuários pela compreensão frente aos momentos em que por dedicação ao mestrado necessitei me ausentar temporariamente do serviço. Agradeço a solidariedade e companheirismo demonstrado.

A minha amiga Luciana Sátiro, sua mãe Zilda e suas irmãs Lígia e Emérita pela acolhida sempre fraterna, pelas palavras de conforto e estímulo.

A todos (as) amigos (as) da Linha Trabalho e Educação pelos bons momentos de convívio, e aos demais amigos (as) de Fortaleza e Ocara que torceram pelo meu êxito e me ajudaram a alcançá-lo, que estiveram comigo a construir o caminho durante a caminhada.

“Horrorizai-vos porque queremos abolir a propriedade privada. Mas em vossa sociedade a propriedade privada está abolida pra nove décimos de seus membros. E é precisamente porque não existe para estes nove décimos que existe para vós. Acusai-nos, portanto, de querer abolir uma forma de propriedade que só pode existir com a condição de privar de toda a propriedade a imensa maioria da sociedade”.

(Karl Marx e Friedrich Engels)

RESUMO

O movimento cooperativista nasceu no século XIX como estratégia dos trabalhadores para o enfrentamento à exploração engendrada pelo capitalismo industrial. Experimentou importante crescimento até meados do Século XX quando passou por um declínio no período chamado de os *anos gloriosos do capitalismo*. Com o advento da crise estrutural capitalista, nos anos de 1970, tem-se um novo surto expansionista das cooperativas nas economias periféricas, atraindo, desta feita, interesses não apenas das organizações dos trabalhadores, mas também de agentes ligados ao capital. No Brasil, a expansão das cooperativas nas últimas duas décadas é ilustrativa dessa tendência, pois, aqui, os agentes fomentadores e apoiadores destas iniciativas vão desde organizações sindicais, associações comunitárias e movimentos sociais, passando por um setor do empresariado e pela intervenção do Estado. A suposta convergência em torno do cooperativismo apresenta-se como um desafio ao estudo, pois ela congrega interesses contraditórios, o que tem implicações na natureza e finalidades reais do movimento cooperativista atual. Esta pesquisa se fez com o objetivo de investigar as contradições existentes por trás e à base desse consenso, tendo como objeto de análise empírica a intervenção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) nessa seara. A caracterização do contexto histórico recente conduz ao entendimento de que o cooperativismo se apresenta, de um lado, como reação dos trabalhadores ao rebaixamento das condições gerais de existência e, de outro, como forma de diminuição dos custos do trabalho para as empresas e de administração do conflito social com vista à governabilidade para os governos. No exame do projeto cutista, procura-se demonstrar quais finalidades orientam a intervenção da Central: trata-se de uma linha de ação articulada com a estratégia de enfrentamento do capitalismo ou de uma ação de enfrentamento às mazelas causadas pelo desemprego? Quais implicações das práticas cutistas na área do cooperativismo para o processo de organização e formação da consciência de classe dos trabalhadores? A apreensão do objeto fundamentou-se no exame de literatura especializada, na análise de dados estatísticos e no estudo das resoluções dos congressos nacionais da CUT. Constatou-se que o projeto cutista atribui ao cooperativismo função central na geração de trabalho e renda, criando novas demandas para a atuação sindical na área; que não se estabelece vinculação entre o cooperativismo e estratégias mais amplas de enfrentamento do capitalismo; que a intervenção junto ao cooperativismo não contempla um processo educativo voltado para a promoção da consciência de classe dos trabalhadores.

Palavras chaves: Capitalismo. Sindicalismo. Cooperativismo.

ABSTRACT

The cooperative movement was born in the XIX century as a strategy for dealing with worker exploitation promoted by industrial capitalism. It experienced significant growth until the middle of XX century when it went through a decline during the period called *the glorious years of capitalism*. With the advent of capitalist structural crisis in the 1970s, there has been a resurgence expansion of cooperatives in peripheral economies, drawing, this time, not just the interests of workers' organizations, but also of agents linked to the capital. In Brazil, the expansion of cooperatives in the last two decades is illustrative of this trend, as here, developers and supporters of these initiatives ranging from trade unions, community associations and social movements, through a sector of business and government intervention. The apparent convergence of interests towards the cooperative is presented as a challenge to study because it combines conflicting interests, which has implications for the real nature and purpose of the cooperative movement today. The objective of this research was to investigate the contradictions and the basis behind this consensus. The empirical analysis was run based on the intervention of the Central Union of Workers (CUT) over cooperatives. The recent historical context shows that the cooperative is presented on the one hand, by workers in response to the lowering of the general conditions of existence and on the other hand as a way of reducing labor costs for business and administration of social conflict for the good governance for governments. We analyzed the CUT project aiming to understand which purposes are guiding the Central interventions: it is an articulated line of approach with coping strategy of capitalism or an action to confront the problems caused by unemployment? What practical implications of the CUT in the field of cooperative in the process of organization and training of the class consciousness of workers? The study of the object was based on an examination of literature, the analysis of statistical data and the study of resolutions coming from national congress of the CUT. It was found that the central role of the CUT project over cooperatives is to generate jobs and income, creating new demands for union activity in the area. However, we can not establish wider link between the cooperative and strategies to cope with capitalism and also, that the intervention with the cooperative does not include an educational process aimed at promoting awareness of the working class.

Keywords: Capitalism. Unionism. Cooperativism.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Evolução da situação ocupacional dos trabalhadores nas RMs – 1990 a 2002	66
Gráfico 2 –	Evolução das exportações das cooperativas (US\$ bilhões)	80
Gráfico 3 –	Evolução da situação ocupacional dos trabalhadores nas RMs – 2003 a 2010	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Evolução do Grau de Informalidade I no Brasil - 1992 a 2002	66
Tabela 2 –	Taxa de Desemprego no Brasil e Áreas Metropolitanas – 1992 a 2002	67
Tabela 3 –	Taxa de Pobreza e de Extrema Pobreza no Brasil – 1990 a 2002	68
Tabela 4 –	Número de Pessoas Pobres e Extremamente Pobres no Brasil – 1990 a 2002	69
Tabela 5 –	Dados do Cooperativismo no Brasil – 1990 a 2010	70
Tabela 6 –	Cooperativas por Ramo – 2006 a 2010	71
Tabela 7 –	Número de EES Estruturados em Classe de Anos	73
Tabela 8 –	EES por Região – 2007	73
Tabela 9 –	EES por UF – 2007	73
Tabela 10 –	Motivo Principal para Criação do EES – 2007	76
Tabela 11 –	EES por Segmento Econômico – 2007	77
Tabela 12 –	Forma de Comercialização – 2007	78
Tabela 13 –	Origem dos Insumos – 2007	78
Tabela 14 –	Classes de Faturamento Mensal – 2007	79
Tabela 15 –	Classe de Remuneração Média Mensal – 2007	79
Tabela 16 –	Fornecedor de Apoio, Assessoria e Assistência aos EES – 2007	83
Tabela 17 –	Cooperativas por Região – 2006 a 2010	87
Tabela 18 –	Cooperativismo por Estado – Dez/2010	87
Tabela 19 –	Quantidade de Cooperativas Segundo Região – 2007	88
Tabela 20 –	Cooperativas Segundo UF – 2007	88
Tabela 21 –	Taxa de Desemprego no Brasil e Áreas Metropolitanas – 2003 a 2009	108
Tabela 22 –	Evolução do Grau de Informalidade no Brasil - 2003 a 2009	109
Tabela 23 –	Percentual dos Domicílios Particulares Permanentes, por Classes de Rendimento Nominal Mensal Domiciliar Per Capita no Brasil – 2010	110
Tabela 24 –	Taxa de Pobreza e de Extrema Pobreza no Brasil – 2003 a 2009	111
Tabela 25 –	Dados sobre as Incubadoras por Região – 2005	120
Tabela 26 –	Porcentagem das Formas de Empreendimentos – 2005	121
Tabela 27 –	Empreendimentos por Segmento Econômico – 2005	121
Tabela 28 –	Gastos do Governo Federal com o Programa Economia Solidária Em Desenvolvimento – 2004 a 2010	123

LISTA DE SIGLAS

ABCOOP	Aliança Brasileira de Cooperativas
ABICRED	Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito
ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ACI	Aliança Cooperativista Internacional
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária
BASA	Banco da Amazônia
BB	Banco do Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBJP	Comissão Brasileira de Justiça e Paz
CCA	Cooperativas Centrais dos Assentados
CEF	Caixa Econômica Federal
CFES	Centros de Formação em Economia Solidária
CIVES	Circolo Veronesi nel mondo dell'Espírito Santo
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB	Conselho Nacional dos Bispos do Brasil
CNC	Conselho Nacional de Cooperativismo
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
COEP	Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONCUT	Congresso Nacional da CUT
COOPESP	Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo
CPA	Cooperativas de Produção Agropecuária
CPS	Cooperativas de Prestação de Serviços

CUT	Central Única dos Trabalhadores
DGB	Centro de Formação da Central dos Sindicatos Alemães
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
ECOSOL	Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário
EES	Empreendimento Econômico Solidário
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FBB	Fundação Banco do Brasil
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FMI	Fundo Monetário Internacional
FRENCOOP	Frente Parlamentar do Cooperativismo
FSM	Fórum Social Mundial
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Socioeconômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICCO	Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
ITERRA	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OCE	Organização das Cooperativas Estaduais
OEP	Organização Econômica Popular
ONG	Organização Não Governamental
PAC	Projeto Alternativo Comunitário
PACS	Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado
PNQ	Plano Nacional de Qualificação

PROGER	Programa de Geração de Emprego e Renda
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares
RBSES	Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária
RIPESS	Rede Intercontinental para a Promoção da Economia Solidária
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa
SECAFE	Sistema Estadual de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária
SENAC	Serviço Nacional do Comércio
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo da OCB
SESI	Serviço Social da Indústria
SIES	Sistema de Informações em Economia Solidária
UNASCO	União Nacional das Associações Cooperativas
UNISOL Brasil	Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários
UNITRABALHO	Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

SUMÁRIO

Introdução	14
1 Trabalho, trabalho subordinado e as formas de enfrentamento da classe trabalhadora à exploração capitalista	20
1.1 O trabalho como categoria fundante do ser social	21
1.2 Capitalismo e sua lógica de subordinação do trabalho à produção de mercadorias	23
1.3 Atuação sindical no enfrentamento a exploração capitalista	29
<i>1.3.1 Sindicatos: estratégia defensiva, espaço de organização e de formação da classe trabalhadora</i>	29
<i>1.3.2 Os sindicatos no contexto da crise estrutural do capital</i>	36
1.4 Cooperativismo: da origem a expansão frente à crise estrutural do capital	43
<i>1.4.1 Origem, limites e possibilidades do cooperativismo: o que dizem os clássicos?</i>	43
<i>1.4.2 O processo de expansão do cooperativismo frente à crise estrutural do capital: qual(is) a(s) função(ões) social atual das cooperativas?</i>	51
2 O processo de expansão do cooperativismo no Brasil: a construção de uma alternativa de enfrentamento ao capital ou uma alternativa ao desemprego?	60
2.1 Da origem do cooperativismo no Brasil à sua retomada no cenário neoliberal: delineando alguns traços da expansão	61
2.2 Os agentes fomentadores do cooperativismo no Brasil: que interesses permeiam a expansão dos empreendimentos autogestionários?	82
2.3 A construção da economia solidária como política pública de trabalho no Brasil	100
<i>2.3.1 A política pública de economia solidária no Governo Lula da Silva</i>	103
<i>2.3.2 Dados sobre a política pública de economia solidária</i>	115
3 Cooperativismo e sindicalismo: uma análise sobre a intervenção da CUT no âmbito da economia solidária	124
3.1 Da abordagem pontual à atuação propositiva: alterações na relação da CUT com o cooperativismo	126
3.2 Política sindical cutista de economia solidária: estratégia para o enfrentamento ao capitalismo ou alternativa ao desemprego?	131
Conclusão	147
Referências Conclusão	153
Anexos	

Introdução

As cooperativas surgiram no cenário mundial no século XIX, concomitante ao advento do movimento operário, como reação dos trabalhadores às condições de exploração, pobreza e miséria engendradas pelo capitalismo industrial. Fundado inicialmente com os socialistas utópicos (Robert Owen, Charles Fourier, Saint-Simon), o movimento cooperativista – orientado por princípios democráticos e igualitários – propunha a autogestão do trabalho como uma alternativa às injustiças e opressões inauguradas com o novo modo de produção.

O desenvolvimento do capitalismo moderno não apenas mostrou-se contrário a toda reforma moralizadora e humanizadora da produção econômica, como também aprofundou e expandiu as contradições originárias, substanciadas na contradição entre produção social e apropriação privada da riqueza, socialização crescente do trabalho e concentração da propriedade, aumento da riqueza e do número de pobres/explorados, desenvolvimento das forças produtivas e privação de imensas massas de trabalhadores.

Frente a esse contexto, o cooperativismo experimentou, nos primórdios do Século XX, um período de expansão nas nações de formação clássica do capitalismo, vindo a sofrer posteriormente um declínio ocasionado pela expansão do emprego industrial e o aumento na demanda por mão-de-obra assalariada – essa expansão se acentuou e generalizou após a Segunda Guerra Mundial. Desta forma, nas circunstâncias do mundo urbanizado e industrializado da terceira década do século passado, as lutas dos trabalhadores do capitalismo central voltaram-se mais para assegurar melhores condições de trabalho, aumentos salariais e um conjunto de direitos trabalhistas que constituíram a massa salarial indireta responsável, em parte, pela agregação de demanda ao mercado no período keynesiano/fordista.

O fordismo/keynesianismo vigorou como modelo de acumulação na grande indústria, praticamente ao longo de todo o século XX. Baseava-se na uniformidade, padronização e verticalização da produção em massa de bens homogêneos, para um consumo em massa. Entretanto, já em meados da década de 60 surgiram problemas sérios – entre outros, o excesso de fundos com ausência de áreas produtivas para investimentos e a crise fiscal do Estado – que culminaram com a crise do fordismo e a estagnação da economia.

Além do estancamento econômico, um segundo elemento contribuiu de forma decisiva para que se iniciasse na década de 1970 a crise estrutural do capital. Tratou-se do acirramento da luta de classes motivado por duas contradições: a primeira correspondia a separação entre concepção e execução no trabalho, característica marcante do processo de trabalho no fordismo; e a segunda contradição era entre a produção (marcada pela vigência de técnicas de

disciplinamento que visavam intensificar a exploração da força de trabalho) e o consumo, amplamente propagado, mas não se concretizava para a grande maioria dos trabalhadores.

A essa crise o capital respondeu reorganizando suas esferas econômica, política e ideológica. Na esfera política o processo de reorganização do capital ocorreu pela ascensão do neoliberalismo, expresso na contra-reforma do Estado, nas privatizações, na liberalização do mercado e na desregulamentação dos direitos sociais. Na esfera ideológica tem-se o culto ao individualismo, competitividade, consumismo e o processo de cooptação da subjetividade do trabalhador promovendo um retrocesso na organização sindical. No âmbito econômico tem-se a reestruturação produtiva, caracterizada, entre outros aspectos: pela mudança tecnológica, automação, a dispersão geográfica para zonas de controle mais fácil sobre a força de trabalho, horizontalização da produção. As mudanças operadas sinalizam a transformação do padrão de acumulação fordista para um padrão de acumulação flexível, que se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

Dentre as conseqüências geradas pelo novo padrão de acumulação tem-se: o desemprego estrutural, proveniente da expansão do uso de novas tecnologias no interior das indústrias como estratégia do capital para elevar a produção e ao mesmo tempo reduzir os custos com a força de trabalho; e a precarização do trabalho (novas formas de trabalho terceirizado, temporário, subcontratado etc) provocada pela horizontalização da produção, na qual a empresa base conta com uma série de outras empresas subcontratadas para fornecer os elementos necessários à produção.

É nesse cenário marcado pelo desemprego estrutural, desregulamentação de direitos e precariedade das relações de trabalho que ocorre um novo surto expansionista das atividades e experiências de economia popular, dentre as quais o cooperativismo. Contudo, se em sua origem as cooperativas surgiram atreladas ao movimento operário, na expansão atual são impulsionadas também por outros agentes com perspectivas ideológicas e interesses distintos, resultando em duas tendências: de um lado a criação de “cooperativas defensivas”, fundadas em princípios e propósitos norteados para a autogestão do trabalho; do outro, “cooperativas pragmáticas” que objetivam a sobrevivência dos trabalhadores ou, no caso das cooperativas incentivadas ou criadas e controladas por empresas, diminuir os custos de produção.

No Brasil, o cooperativismo remonta à segunda metade do Sec. XIX, quando se criaram as primeiras cooperativas de consumo e de produção agrícola, momento que fora seguido por uma expressiva expansão nas primeiras décadas do Século XX, a exemplo do que ocorrera no mundo industrializado do centro do capitalismo. Nos anos que se seguem à industrialização brasileira, principalmente após a II Guerra, os trabalhadores passam a

priorizar as lutas em defesa do emprego, do salário, da diminuição da jornada de trabalho e dos direitos trabalhistas e cidadãos, organizados em associações e sindicatos. Por conta disso e seguindo tendência mundial, a marcha ascendente do cooperativismo foi refreada, além de ser coagida a vincular-se ao Estado por meio de legislação específica criada em plena ditadura militar. Esse atrelamento foi superado por força do movimento trabalhista que fez inscrever-se na Constituição Federal de 1988 o preceito que torna livre a associação em cooperativas e veda a interferência do Estado no seu funcionamento.

A crise capitalista vivida nos países centrais na década de 1970 rebate fortemente no Brasil a partir dos anos 80, ocasionando transformações de grande monta na economia doméstica, que iriam implicar em novo surto expansionista do cooperativismo também no país. A reestruturação técnica e produtiva e a implantação do projeto neoliberal teriam implicações graves nos índices de desemprego, na precarização do trabalho, na explosão da pobreza e da miséria no cenário brasileiro dos anos 1990. Isto tudo ocorria simultaneamente, *et pour cause*, ao enfraquecimento das ideologias socialistas, impondo grave crise aos partidos e sindicatos contestatórios de base trabalhista e popular.

Nesse cenário, o cooperativismo e outras formas de economia popular tornaram-se um consenso costurado por forças políticas de matizes variados: empresariado, partidos políticos, organismos internacionais, governos, Organizações Não Governamentais, sindicatos, associações, movimentos sociais, Igreja. A expansão do cooperativismo sinaliza assim, não só para um processo, fundamentalmente, de busca dos trabalhadores pela garantia da sobrevivência. Fomentado por diferentes agentes de interesses distintos, a sua forma de inserção dentro da totalidade do sistema capitalista sinaliza para uma readequação da dinâmica de dominação do capital sobre o trabalho, tendo em vista que essa estratégia dos trabalhadores já vem sendo devidamente incorporada pelo capital.

No mesmo período em que se articulou esse consenso, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) operou importante deslocamento tático e estratégico, passando a adotar uma pragmática propositiva, diferentemente da postura histórica caracterizada pelo combate aberto ao empresariado e ao capitalismo. É no bojo desse deslocamento que se inscreverá nas resoluções congressuais da central a defesa dos empreendimentos autogestionários.

Considerando essas tendências do desenvolvimento do cooperativismo no contexto atual e o papel relevante que os sindicatos, ademais de outros organismos de classe, devem desempenhar no processo de formação e organização da classe trabalhadora, faz-se necessário analisar a intervenção cutista no âmbito do cooperativismo. Nesse sentido, a presente pesquisa

de cunho quanti-qualitativo¹ buscou apreender se o fomento de empreendimentos autogestionários pela Central tem objetivado fundamentalmente a criação de uma alternativa ao desemprego ou a construção de uma estratégia de enfrentamento ao capitalismo, discutindo, ainda que superficial e parcialmente, acerca das implicações dessa prática para o processo de organização e formação da consciência de classe dos trabalhadores.

O alcance desse propósito mostrou ser necessário ampliar o processo investigativo para além da análise das concepções e ações da CUT relacionadas ao cooperativismo, remetendo-o – de forma precedente a investigação da intervenção cutista propriamente dita – para o estudo acerca: 1) dos movimentos sindical e cooperativista, procurando apreender seus aspectos fundamentais – função no contexto da luta de classes, limites e possibilidades dessas organizações enquanto estratégias elaboradas pela classe trabalhadora para o enfrentamento à exploração capitalista, etc – e analisar suas tendências e possibilidades no contexto atual de crise do capital; 2) da particularidade do processo de expansão do cooperativismo no Brasil, atendo-se, entre outros aspectos, ao contexto histórico no qual ocorre, as tendências apresentadas, os agentes fomentadores e os interesses envolvidos. Todos esses pontos constituíram objetivos secundários, porém estratégicos para o desenvolvimento da pesquisa.

Para identificar o objetivo da CUT no fomento ao cooperativismo, pensou-se em analisar o material utilizado nas assessorias de formação dos trabalhadores para a autogestão, que a central realiza nos empreendimentos autogestionários que assessora. O intuito era apreender que concepções sobre o cooperativismo são difundidas junto aos trabalhadores. Contudo, essas assessorias realizadas por técnicos da UNISOL BRASIL, são elaboradas a partir das demandas (comercialização, crédito, etc) apresentadas pelos empreendimentos e utilizam materiais diversos, de instituições diversas, não tendo sido, portanto, encontrado material didático elaborado pela CUT para o fim especificado.

Apesar da inviabilidade da idéia inicial, manteve-se como procedimento metodológico a análise documental, passando-se a considerar como fonte fundamental as resoluções dos Congressos Nacionais da CUT, no período de 1984 (ano de realização do seu primeiro congresso nacional) a 2009, quando ocorre o décimo e último congresso nacional da Central até o presente momento. A proposta foi analisar a resolução de cada CONCURT, procurando

¹ A pesquisa qualitativa se preocupa com o nível da realidade que não pode ser apreendido por quantificações, seja esse nível o que compreende os significados, motivos, aspirações, crenças, valores e tudo aquilo que compõem as relações, processos e fenômenos, mas que não pode ser reduzido a números/variáveis. A diferença entre qualitativo e quantitativo é de natureza, pois enquanto o quantitativo se dirige aos aspectos do fenômeno que podem ser apreendidos por equações, médias e estatísticas, o qualitativo se preocupa com os significados das ações e relações humanas. Contudo, os dados quantitativos e qualitativos apesar de serem diferentes não são opostos, ou seja, a diferença não implica numa contrariedade, mas sim numa complementaridade, uma vez que a realidade que um apreende interage com a apreendida pelo outro (MYNAIO, 1994).

ater-se às concepções e ações da CUT relacionadas ao cooperativismo e, assim, apreender o objetivo norteador da intervenção cutista no fomento de cooperativas. Além da análise documental, a presente pesquisa se fundamentou em um amplo estudo de obras clássicas e contemporâneas fundamentadas no referencial teórico marxista sobre o tema e na análise de dados estatísticos do período de 1990 a 2010, relacionados à expansão dos empreendimentos autogestionários e a alguns indicadores macroeconômicos e sociais.

Quanto à estrutura, o presente estudo encontra-se dividido em três capítulos. O primeiro, intitulado “*Trabalho, trabalho subordinado e as formas de enfrentamento da classe trabalhadora à exploração capitalista*”, se inicia com uma sucinta análise sobre o trabalho, enfatizando sua essência e importância para o desenvolvimento da sociabilidade humana. Em seguida, discute-se sobre o trabalho subordinado (forma específica de realização do labor humano na sociedade capitalista) e como a partir do conflito fundamental entre as classes sociais antagônicas emergem os movimentos sindical e cooperativista. Por fim, realiza-se a discussão sobre aspectos fundamentais desses movimentos e suas tendências e possibilidades no atual estágio de desenvolvimento do sistema capitalista.

No segundo capítulo, intitulado “*O processo de expansão do cooperativismo no Brasil: a construção de uma alternativa de enfrentamento ao capital ou uma alternativa ao desemprego?*”, realiza-se um breve resgate histórico da origem das cooperativas no país e investiga-se o atual processo de expansão do cooperativismo, buscando apreender a dinâmica dessa expansão (seus aspectos geográficos, políticos, sociais etc), suas tendências, os agentes que a têm impulsionado e quais os objetivos, interesses que permeiam as distintas ações envolvidas. Finaliza-se o capítulo com a análise dos traços gerais do processo de construção da economia solidária como política pública de trabalho no Governo Lula da Silva, delineando o contexto social e político em que esse fenômeno ocorre, os agentes e interesses que permeiam a nova política. Descreve-se ainda, o programa, as ações e os recursos relacionados à referida política pública.

No terceiro capítulo, intitulado “*Cooperativismo e sindicalismo: uma análise sobre a intervenção da CUT no âmbito da economia solidária*”, analisa-se, a partir do estudo das resoluções dos congressos nacionais da CUT, a evolução das deliberações cutista sobre o cooperativismo, o objetivo que tem norteador o fomento de empreendimentos autogestionários pela Central e as implicações dessa prática para o processo de organização e formação da consciência de classe dos trabalhadores.

Contudo, cabe ressaltar que se trata de uma pesquisa em andamento, pois apesar das resoluções dos Concuts indicarem as tendências do movimento sindical cutista, elas não

possibilitam afirmar que a prática cotidiana dos empreendimentos autogestionários esteja em total concordância com as orientações da Central. Apenas a pesquisa empírica junto aos empreendimentos assessorados pela CUT permitirá confrontar as posições oficiais dela com a realidade vivenciada nesses, e assim, corroborar ou não as idéias apresentadas neste trabalho.

A motivação para pesquisar a essência, os objetivos e o papel social do cooperativismo no contexto da sociedade capitalista originou-se da observação cotidiana e informal das condições de trabalho e de vida – precárias condições de trabalho, instabilidade financeira das cooperativas, importância social dos empreendimentos como alternativas de trabalho para uma parte da grande parcela de desempregados rurais, entre outros aspectos – experimentadas pelos trabalhadores vinculados às cooperativas existente em dois municípios do interior cearense (Aracoiaba e Ocara) com os quais se mantém contato diário ou periódico.

Acredita-se que esta pesquisa poderá contribuir não só com os trabalhadores associados, mas com a classe trabalhadora de uma forma geral, ajudando a refletir sobre os limites e as possibilidades do trabalho autogestionário como alternativa a ser aprimorada e apropriada pelos trabalhadores e suas instâncias representativas (sindicatos, partidos políticos) e demais organizações da sociedade civil, na luta contra o trabalho subordinado que aprisiona e degrada tantos seres humanos.

1 Trabalho, trabalho subordinado e as formas de enfrentamento da classe trabalhadora à exploração capitalista

O atual processo de expansão das cooperativas no Brasil é produto da intervenção de diferentes agentes que, norteados por interesses distintos, vêm fomentando a criação de empreendimentos autogestionários (cooperativas, empresas autogestionárias, grupos produtivos informais) no país – conforme se explicitará no decorrer deste e do próximo capítulo. Dentre os agentes fomentadores está a Central Única dos Trabalhadores (CUT), organização sindical cuja perspectiva de intervenção no âmbito do movimento cooperativista constitui o objeto de análise do presente trabalho.

Para apreender o objetivo norteador da intervenção cutista no fomento ao cooperativismo e analisar, ainda que superficial e parcialmente, as implicações dessa prática para o processo de formação e organização da classe trabalhadora, faz-se necessário antes analisar separadamente essas duas organizações – sindicato e cooperativa – instituídas pelos trabalhadores para o enfrentamento à exploração capitalista, procurando apreender seus aspectos fundamentais. Esses elementos favorecerão a compreensão acerca da relação entre sindicato e cooperativa, da mesma forma que a análise do contexto histórico no qual essa articulação se reafirma – conforme se explicitará, a relação entre sindicalismo e cooperativismo é retomada e aprofundada no contexto social recente, porém sua origem é concomitante ao surgimento do próprio sistema capitalista – também contribuirá.

Nessa perspectiva, o estudo se inicia com uma sucinta análise sobre o trabalho, enfatizando sua essência e importância para o desenvolvimento da sociabilidade humana. Em seguida, passa-se à discussão sobre o trabalho subordinado – forma específica de realização do labor humano na sociedade capitalista –, buscando, ao analisar aspectos fundamentais do modo de produção capitalista, explicitar o processo de exploração ao qual o grupo dominante submete o grupo desprovido dos meios de produção e, ainda, evidenciar como a partir da subordinação estrutural se desenvolve o conflito fundamental entre as classes sociais antagônicas, conflito esse no qual reside o germen dos movimentos sindical e cooperativista.

Em seguida realiza-se a discussão sobre os sindicatos e as cooperativas, nessa respectiva ordem. Além do aprofundamento sobre a dinâmica particular de cada organização – busca-se evidenciar a origem, a essência de sua ação prática, os objetivos, a função desempenhada e/ou almejada no contexto da luta de classes, os limites e as possibilidades inerentes a essas organizações enquanto estratégias da classe trabalhadora no enfrentamento à exploração capitalista –, analisa-se as tendências e possibilidades apresentadas pelos

movimentos sindical e cooperativista frente à crise estrutural do capital, buscando perceber como as transformações no mundo do trabalho ocasionadas pela reorganização econômica, política e ideológica do capitalismo impactaram sobre essas organizações, sem esquecer-se, ainda, de discutir acerca da relação entre os sindicatos e as cooperativas, retomada e fortalecida nesse contexto de crise amplamente desfavorável à classe trabalhadora.

1.1 O trabalho como categoria fundante do ser social

O trabalho, apreendido na perspectiva da ontologia marxiana desenvolvida por Lukács (1981), tem como essência um claro caráter intermediário, sendo o elemento que ao mesmo tempo distingue e articula o ser social (homem) à natureza (inorgânica e orgânica), pois é através do trabalho que o homem supera a esfera biológica ao transformar a natureza buscando suprir as suas necessidades. Promovendo “um retrocesso das barreiras naturais, embora jamais um completo desaparecimento delas, ele ingressa num novo ser, autofundado: o ser social” (LUKÁCS, 1981, p.54) que, através do seu trabalho, constrói um ambiente e uma história cada vez mais determinada pelos atos humanos e menos pelas leis naturais.

Como intercâmbio material entre o homem e a natureza visando à produção de valores de uso, o trabalho constitui uma condição natural e permanente da vida humana, sendo comum a todas as suas formas sociais. Através do trabalho o homem transforma não só o meio no qual está inserido, mas a si próprio, pois “atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais” (MARX, 1975, p.202).

Nesse sentido, a importância do trabalho para o desenvolvimento da humanidade não se traduz apenas na produção de objetos pela transformação da natureza. A ação do homem através do trabalho implica também a transformação do indivíduo – ampliando e aperfeiçoando seu conhecimento e, logo, sua capacidade de intervenção – e a transformação e desenvolvimento da sociedade, ao criar novas possibilidades e, por consequência, novas necessidades sociais (LUKÁCS, 1981).

Em sua análise sobre o trabalho, Marx (1975) assinala este como uma forma de intervenção exclusivamente humana, uma vez que a presença da consciência permite que a transformação da natureza pelo homem seja realizada através de atos teleologicamente postos:

[...] Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade (Ibidem, p.202).

Enquanto ato teleológico, o processo de trabalho é formado por dois momentos interdependentes: a prévia-ideação e a objetivação. A prévia-ideação é o momento no qual se constrói um planejamento que antecede e dirige a ação, estabelecendo-se os fins (necessidades) e os meios. Nesse momento, o resultado do ato de trabalho é idealizado na consciência. A objetivação é o momento da prática, em que a prévia-ideação se materializa num objeto que expressa em si as características da subjetividade (as necessidades, os valores, as idéias etc) do seu criador. Após o processo de objetivação tem-se a exteriorização, momento da objetivação pelo qual se torna real a separação/distinção entre o criador e o objeto criado (LESSA, 1996).

Contudo, nem todas as objetivações/exteriorizações apresentam um papel positivo no desenvolvimento da sociabilidade humana, podendo, em momentos historicamente determinados, colocarem-se como obstáculos a esse desenvolvimento, na medida em que a exteriorização não represente apenas a separação entre criador e objeto criado, mas implique a negação do homem, sendo esse processo denominado de alienação (Idem).

A alienação é própria das sociedades onde existe a divisão social do trabalho, a propriedade privada dos meios de produção e, logo, a divisão dos homens em classes sociais, sociedades “nas quais o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence, nas quais o trabalhador é expropriado – quer dizer, sociedades nas quais existem formas determinadas de exploração do homem pelo homem” (NETTO; BRAZ, 2009, p.45).

Historicamente, é na sociedade capitalista que o fenômeno da alienação se amplia e se intensifica, como consequência da submissão do trabalho à lógica da produção de mercadorias, na qual os produtos do labor humano visam à reprodução do capital – através do acúmulo de riqueza obtido pela extração de mais-valia –, e não à satisfação das necessidades impostas pela reprodução do homem. Em outras palavras, os produtos do trabalho se confrontam com o trabalhador como coisas alheias e estranhas a este. O capital, síntese de relações socialmente construídas, passa a dominar a vida de seus criadores, tornando o trabalho e a vida carentes de sentido, estranhados. Para explicitar a peculiaridade da alienação

na sociedade produtora de mercadorias faz-se necessário analisar mais detalhadamente alguns elementos fundamentais da dinâmica do sistema capitalista.

1.2 Capitalismo e sua lógica de subordinação do trabalho à produção de mercadorias

A primeira consideração a ser feita sobre o sistema capitalista de produção refere-se ao fato de que a propriedade privada dos meios de produção constitui a condição essencial para a existência do capitalismo, pois conforme afirma Marx (1975, p.190), “[...] Só aparece o capital quando o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre no mercado vendendo sua força de trabalho”. Em outras palavras, estando o trabalhador desprovido dos meios de produção – estes apropriados pelo capitalista –, resta-lhe vender a única mercadoria que possui, sua força de trabalho, em troca de um salário que deverá suprir os meios de subsistência necessários à sua reprodução.

O que caracteriza a época capitalista é adquirir a força de trabalho, para o trabalhador, a forma de mercadoria que lhe pertence, tomando seu trabalho a forma de trabalho assalariado. Além disso, só a partir desse momento se generaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho (Ibidem, p.190).

Outra característica fundamental do capitalismo refere-se ao fato de que a produção tem por finalidade, objetivo primordial, a produção de valor excedente, mais-valia. O produto do trabalho constitui uma mercadoria cujo valor deve sempre ser mais elevado que a soma dos meios de produção (instrumentos, matérias-primas e a força de trabalho) necessários para produzi-lo. Ao assumir a forma mercadoria, o produto do trabalho tem seu valor de uso submetido ao valor de troca, ou seja, é produzido não para satisfazer uma legítima necessidade social do trabalhador que o produziu, mas para ser vendido e assim, atender a necessidade do capitalista de acumular capital (Idem).

Trata-se de um “processo de alienação” no qual “o capital degrada o sujeito real da produção, o trabalho, à condição de uma objetividade reificada – um mero ‘fator material da produção’ –, subvertendo desse modo, não só na teoria mas também na prática social mais palpável, a relação real do sujeito/objeto” (MÉSZÁROS, 2002, p.17).

Em decorrência de se tornarem os meios de produção e a capacidade de trabalho do trabalhador propriedades do capitalista, este é quem decide o que será produzido e como será produzido, sendo também aquele que se apropria dos produtos construídos. Desta forma, tanto

o processo de trabalho quanto os objetos produzidos apresentam-se ao trabalhador como coisas alheias, decorrendo daí a alienação peculiar do modo de produção capitalista.

O processo de trabalho, quando ocorre como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, apresenta dois fenômenos característicos. O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. [...] Além disso, o produto é propriedade do capitalista, não do produtor imediato, o trabalhador. [...] O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O produto desse processo pertence-lhe do mesmo modo que o produto do processo de fermentação em sua adega (MARX, 1975, p.209-210).

A finalidade do processo de trabalho na sociedade produtora de mercadorias, conforme mencionado anteriormente, é a geração de mais-valia, riqueza excedente que possibilita a acumulação de capital. Para realizar a produção da mercadoria, o capitalista necessita trocar o dinheiro que detém pelos elementos componentes do processo de trabalho, que são: a atividade adequada a um fim, o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho (Idem).

O valor da mercadoria produzida é definido pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, ou seja, seu valor deve ser equivalente ao conjunto dos valores (definidos pelo tempo de trabalho total empregado na produção) das mercadorias utilizadas (matéria-prima, instrumentos e força de trabalho) no seu processo de criação. No que se refere ao valor da força de trabalho, este é equivalente ao valor total dos meios de subsistência necessários à reprodução do trabalhador e de sua família (Idem).

Se o processo de produção de uma mercadoria for definido pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, o valor do produto produzido apenas iguala a soma dos valores das mercadorias que nele entraram. O objetivo da produção capitalista, contudo, não é apenas criar valores de uso, mas valores de troca, mercadorias cujo valor seja superior ao que foi empregado nos meios necessários à sua produção (Idem).

O valor de uma mercadoria é uma combinação entre um novo valor e os valores antigos. Os valores antigos são aqueles dos meios de produção empregados na produção da mercadoria e que são transferidos ao valor final desta, ainda que, como é o caso da maquinaria, parcialmente e ao longo de um certo período. O novo valor decorre da transformação em uma nova forma e/ou da combinação, dos meios de produção empregados. Ambos os valores são concretizados através do trabalho:

Os diversos elementos do processo do trabalho desempenham papéis diferentes na formação do valor dos produtos. Pondo-se de lado o conteúdo, a finalidade e a natureza técnica do trabalho, o trabalhador acrescenta ao material, ao objeto de trabalho novo valor por meio do acréscimo de determinada quantidade de trabalho. Além disso, os valores e os meios de produção consumidos reaparecem como partes componentes do valor do produto; [...] O valor dos meios de produção se conserva através de sua transferência ao produto. Ocorre essa transferência durante a transformação dos meios de produção em produto, no processo de trabalho. É levada a efeito pelo trabalho (Ibidem, p.224).

Nesse sentido, o valor excedente não provém dos instrumentos ou da matéria-prima empregada, pois estes não mudam sua magnitude de valor no processo de produção, apenas transferem seus valores ao produto, sendo por isso denominados por Marx como capital constante. O valor excedente também não tem sua origem na esfera da circulação – apesar de se concretizar nesta pela venda da mercadoria –, pois, se fosse possível a alguém vender mais caro o que tivesse ganhado nessa troca, perderia quando ocupasse a condição de comprador e vice-versa. De acordo com Marx, a mais-valia tem sua origem na esfera da produção, como resultado da alteração na magnitude do valor da força de trabalho, por isso denominada pelo autor como capital variável. A mais-valia constitui trabalho humano não pago pelo capitalista:

Mas, o trabalho pretérito que se materializa na força de trabalho e o trabalho vivo que ela pode realizar, os custos diários de sua produção e o trabalho que ela despense são duas grandezas inteiramente diversas. A primeira grandeza determina seu valor-de-troca, a segunda constitui seu valor-de-uso. Por ser necessário meio dia de trabalho para a manutenção do trabalhador durante 24 horas, não se infira que este está impedido de trabalhar uma jornada inteira. O valor da força de trabalho e o valor que ela cria no processo de trabalho são, portanto duas magnitudes distintas. O capitalista tinha em vista essa diferença de valor quando comprou a força de trabalho. [...] A manutenção quotidiana da força de trabalho custa apenas meia jornada, apesar de a força de trabalho poder operar, trabalhar uma jornada inteira, e o valor que sua utilização cria num dia é o dobro do próprio valor-de-troca. Isso é uma grande felicidade para o comprador, sem constituir injustiça contra o vendedor (Ibidem, p.218).

Nessa passagem, Marx nos revela como o processo de exploração da massa de trabalhadores é justificado e aceito socialmente – embora não sem conflitos, conforme será abordado adiante – em virtude da legalização do processo de compra e venda da força de trabalho, processo esse que se ampara por um lado, na necessidade de sobrevivência dos desprovidos dos meios de produção, e por outro, na busca incessante da produção de riqueza/mais-valia que provém da ampliação do tempo de trabalho para além do necessário à reposição do valor que o capitalista pagou pela força de trabalho:

Comparando o processo de produzir valor com o de produzir mais valia, veremos que o segundo só difere do primeiro por se prolongar além de certo ponto. O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais valia (valor excedente) (Ibidem, p.220).

Sendo o trabalho a fonte geradora de mais-valia, o intuito em acumular capital – principal finalidade da produção capitalista – implica a busca por estratégias para ampliar o tempo de trabalho não pago. Marx assinala como sendo as duas formas possíveis de extração de valor excedente, a mais-valia absoluta e a mais-valia relativa. A mais-valia absoluta, obtida pela ampliação da jornada de trabalho, encontra limites físicos e sociais a sua expansão. Já a mais-valia relativa é obtida pela elevação da produtividade do trabalho, que constitui “uma modificação no processo de trabalho por meio da qual se encurta o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, conseguindo-se produzir com a mesma quantidade de trabalho quantidade maior de valor-de-uso” (Ibidem, p.362). Sua forma de extração de sobrevalor consiste, portanto, em reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário para ampliar o tempo de trabalho excedente.

Para o autor (Ibidem, p.367) “é impulso imanente e tendência constante do capital elevar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, como consequência, o próprio trabalhador”. O aumento da produtividade resulta de alterações no processo de trabalho oriundas da implantação de novas formas de organização da produção, da inserção de novas técnicas e/ou pela incorporação de novos instrumentos de trabalho, sendo a máquina o elemento mais característico desse processo.

A máquina maneja os instrumentos, as ferramentas de trabalho, ou seja, se apropria do ofício manual do trabalhador, que por sua vez, fica limitado às funções de vigiar e corrigir (com a mão) os erros do instrumental de trabalho. Movida por forças naturais, em substituição à força humana que movia as ferramentas na manufatura, a máquina supera os limites orgânicos do trabalhador e sua ferramenta, impondo objetividade ao processo de trabalho, fazendo com que o trabalhador se ajuste ao seu ritmo de funcionamento. Com a inserção da máquina na produção ocorre a subsunção real do trabalhador ao mecanismo coletivo fabril e ao instrumental automático, intensifica-se a subsunção do trabalho ao capital² (Idem).

² A *subsunção do trabalho ao capital* é a expressão marxista utilizada para explicitar a condição de subordinação do trabalho dentro da lógica do sistema produtor de mercadorias. No capitalismo, o trabalho deixa de centrar-se na produção de valores-de-uso para o consumo do produtor imediato, convertendo-se em instrumento para a produção de riqueza excedente que atenda ao processo de autovalorização do capital. As formas de subsunção do trabalho ao capital são correspondentes ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas e logo, as estratégias possíveis e utilizadas para explorar a força de trabalho alheia. No caso da *subsunção* dita *formal*, o

De acordo com Marx (1975, p.424), o emprego da maquinaria pelo capital tem por finalidade “baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. A maquinaria é meio para produzir mais valia”. Ela torna possível elevar em altos índices a produtividade do trabalho devido a sua capacidade de manipular uma maior quantidade de ferramentas, aumentando o número de mercadorias produzidas, sem que seja necessário aumentar o número de trabalhadores. Na verdade, ocorre justamente o contrário, pois com a inserção da máquina na produção, uma parte da força de trabalho torna-se desnecessária:

O instrumento de trabalho, ao tomar a forma de máquina, logo se torna concorrente do próprio trabalhador. A auto-expansão do capital através da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói. Todo o sistema de produção capitalista baseia-se na venda da força de trabalho como mercadoria pelo trabalhador. A divisão manufatureira do trabalho particulariza essa força de trabalho, reduzindo-a à habilidade muito limitada de manejar uma ferramenta de aplicação estritamente especializada. Quando a máquina passa a manejar a ferramenta, o valor-de-troca da força de trabalho desaparece ao desvanecer seu valor-de-uso. O trabalhador é posto fora do mercado como o papel-moeda retirado da circulação (Ibidem, p.492-493).

Tendo em vista que a mais-valia não se origina do capital constante – este, como já mencionado, apenas transfere seu valor para o produto criado, sendo essa transferência uma ação concretizada pelo trabalho –, mas do capital variável, e que este é reduzido com a inserção da máquina no processo produtivo, o capital necessita, então, intensificar a exploração da força de trabalho ativa, a fim de compensar a parte excluída. Diante dos limites impostos à expansão da jornada ilimitada de trabalho, opera-se uma alteração no caráter da mais-valia relativa, no sentido de intensificar e tornar mais eficaz o processo de trabalho:

A redução da jornada cria de início a condição subjetiva para intensificar o trabalho, capacitando o trabalhador a empregar mais força num tempo dado. Quando essa redução se torna legalmente obrigatória, transforma-se a máquina nas mãos do capital em instrumento objetivo e sistematicamente empregado para extrair mais trabalho no mesmo espaço de tempo. É o que

trabalhador está subordinado ao capitalista, entretanto, o estágio de desenvolvimento das forças produtivas não permite ainda ao capital lançar mão de estratégias diversas para uma livre exploração da força de trabalho. A dinâmica do processo produtivo encontra-se ainda restringida pelas limitações impostas pelo trabalhador (o processo produtivo é dependente do saber do trabalhador e de suas condições físicas), ao mesmo tempo em que não existem meios efetivos para se expandir o trabalho excedente a ser apropriado, ocorrendo a produção de mais-valia pelo *prolongamento do tempo de trabalho*, ou seja, sob a forma da *mais-valia absoluta*. Com o desenvolvimento das forças produtivas tem-se a *subsunção real do trabalho ao capital*. O uso capitalista da ciência e da maquinaria no processo produtivo impõe objetividade à produção, o que implica a superação dos limites impostos pelo trabalhador, ao mesmo tempo em que possibilita a elevação da produtividade, produzindo *mais-valia relativa* em decorrência do aumento do tempo de trabalho excedente (MARX, 1978).

se obtém de duas maneiras: aumentando a velocidade da máquina e ampliando a maquinaria a ser vigiada por cada trabalhador, ou seja, seu campo de trabalho (Ibidem, p.470).

Assim, a elevação da produtividade do processo de trabalho pela inserção da maquinaria ocasiona a substituição de enormes contingentes de trabalhadores por máquinas, originando o que Marx (1975) denomina “exército industrial de reserva”. Os trabalhadores desempregados e desprovidos dos meios de produção passam a se submeter a situações de trabalho – quando encontram um novo trabalho – e de vida ainda mais precárias. Concomitante ao fato de que o exército industrial de reserva possibilita um maior controle do capital sobre o trabalho em decorrência de que, sendo o número de trabalhadores disponíveis superior à quantidade de postos de trabalho, esta situação ocasiona uma depreciação do valor da força de trabalho e uma pressão maior para que os trabalhadores ativos se submetam às exigências impostas pelos empregadores/capitalistas.

Em suma, a busca pela produtividade que gera o aumento da mais-valia e, logo, acúmulo de capital, é o objetivo que norteia a produção capitalista. Sendo a força de trabalho a fonte produtora de mais-valia, as modificações na dinâmica do capitalismo visam o maior controle do capital sobre o trabalho, aprofundando o fenômeno da alienação – esse, conforme já ressaltado, consiste no fato de que o trabalho sob a lógica do capital, se torna compulsório, forçado e estranhado, tanto no que diz respeito às suas condições de realização (o trabalhador não possui os meios necessários à produção e perde o domínio sobre o processo produtivo, pois, além de deter um conhecimento parcial do processo de trabalho, não decide como e o que produzir), quanto com relação ao produto, que não pertence ao indivíduo que o produziu, mas ao capitalista que comprou os meios de produção e também a força de trabalho – e também a precarização das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores.

Contudo, cabe ressaltar que a subordinação do trabalho ao capital não ocorre de forma pacífica, mas permeada pelo conflito, pela luta entre as classes sociais antagônicas, que remonta à própria origem do capital. No tópico a seguir abordar-se-á melhor a questão da luta de classes, centrando a discussão no sindicalismo enquanto uma das estratégias utilizadas pela classe trabalhadora no enfrentamento a exploração capitalista. Buscar-se-á discutir sucintamente os objetivos do sindicato e a essência de sua prática, recuperando, ainda, as teses clássicas acerca dos limites e das possibilidades intrínsecas a essa organização do trabalho. Para finalizar o tópico, se discutirá, de forma breve, a intervenção atual dos sindicatos no contexto da crise estrutural do capital.

1.3 Atuação sindical no enfrentamento a exploração capitalista

1.3.1 Sindicatos: estratégia defensiva, espaço de organização e de formação da classe trabalhadora

O conceito de “subordinação estrutural necessária do trabalho ao capital na sociedade de mercadorias” constitui a essência da teoria marxista de classes (MÉSZÁROS, 1993, p.92). No capitalismo, conforme já enfatizado anteriormente, os detentores dos meios de produção, os capitalistas, necessitam explorar a força de trabalho daqueles que, desprovidos dos meios necessários ao processo de trabalho, submetem-se a venda de sua capacidade de trabalho em troca do salário que garantirá, ainda que minimamente, os meios necessários a sua subsistência e de sua família.

Intensificar a exploração do trabalho alheio constitui uma premissa do acúmulo de riqueza e implica ainda degradar as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. Assim é que capitalistas e trabalhadores apresentam interesses opostos. Enquanto o grupo dominante busca formas de manter e intensificar a submissão do grupo subordinado, este lutará para superar a subordinação estrutural, e a luta de classes formula-se então como uma *antítese*, “constituindo – com seus lados positivo e negativo – um todo único, cujos elementos não podem ser *absolutizados* (uma vez que eles se mantêm ou caem juntos), nem podem, na verdade, ser conduzidos a uma trégua ou ‘reconciliação’” (Ibidem, p.85).

A subordinação ao capital é uma condição real experimentada pela classe trabalhadora em todos os estágios do desenvolvimento capitalista, independente de que os sujeitos subordinados estejam conscientes ou não dessa condição (Idem). Ademais, as condições objetivas vivenciadas pela classe trabalhadora em decorrência de sua *localização social* e de *seu papel na produção, na sociedade e no Estado* (TROTSKI, 1978), determinam sua tarefa histórica de lutar pela superação da condição de subordinação em relação à classe dominante, tarefa essa que a classe trabalhadora não só pode como precisa realizar:

Não é uma questão do que este ou aquele proletário, ou mesmo o proletariado todo, no momento, considere como sua meta. É uma questão do *que o proletariado é*, e o que, de acordo com este ser, *ele será historicamente forçado a fazer*. Sua meta e sua ação histórica são previstas *irrevogável* e claramente em sua própria situação de vida, como também em toda a organização da sociedade burguesa hoje (MARX apud MÉSZÁROS, 1993, p.75).

A luta pela superação da subordinação marca a evolução da consciência dos trabalhadores, de sua compreensão sobre o modo de produção capitalista. A construção da consciência de classe busca concretizar a superação do capitalismo, implicando a passagem de uma *classe em si*, que percebe os fatos de forma isolada e que se centra na *luta econômica* contra os efeitos provocados pelas contradições capitalistas, para uma *classe para si*, que por deter o entendimento da totalidade volta-se ao combate das causas das contradições, lançando a necessidade da *luta política* pela construção de um projeto político alternativo à sociedade de classes (ANTUNES, 1982).

Apenas a classe trabalhadora é capaz de elevar-se de “classe em si” em “classe para si”, de propor uma alternativa universal centrada na defesa da emancipação humana, pois a busca por superar sua submissão à classe dominante, extinguindo, assim seu pólo oposto, implica que a classe trabalhadora suprima sua própria condição de classe, efetive sua auto-abolição, e se constitua como a única classe capaz de poder lutar pela extinção da sociedade de classes, conforme ressalta Mészáros (1993, p.105):

[...] a burguesia não pode se transformar de classe em si em classe em si e para si, uma vez que seu modo de existência como classe em si privilegiada pressupõe necessariamente a preservação da subordinação estrutural do proletariado à burguesia, dentro da ordem social vigente. Da mesma forma, o proletariado é uma classe em si e para si apenas na medida em que é objetivamente capaz de estabelecer uma *alternativa histórica* viável à sua própria subordinação estrutural, bem como à necessidade de subordinar *qualquer* classe a qualquer outra. (A extinção das classes, naturalmente, dá um fim à subordinação estrutural necessária do indivíduo à classe, uma relação que é substituída pela unidade não contraditória entre a parte e o todo: *o indivíduo social automediado*).

A consciência de classe corresponde a uma unidade dialética de determinações objetivas (limitações histórico-sociais que delimitam objetivamente as possibilidades de ação em cada período histórico) e subjetivas (desenvolvimento da autoconsciência), ou seja, a formação da consciência de classe sofre a influência da realidade objetiva, assim como também sofre alterações pelo desenvolvimento da subjetividade dos sujeitos, não havendo, portanto, predominância da dimensão objetiva ou subjetiva, mas uma inter-relação dessas. A consciência de classe evolui – para usar os termos propostos por Mészáros, termos esses correspondentes aos conceitos de *classe em si* e *classe para si* – entre a *consciência contingente* e a *consciência necessária*³ (Idem).

³ Para Mészáros (1993, p.118), a diferença fundamental entre a consciência de classe contingente e a consciência de classe necessária está em que “enquanto a primeira percebe simplesmente alguns aspectos isolados das

Historicamente, as formas de enfrentamento da classe trabalhadora à sua subordinação ao capital oscilam entre a “consciência de classe contingente” e a “consciência de classe necessária”, pois conforme nos ressalta Antunes (1982, p.22), a construção da consciência de classe não pode ser compreendida como uma evolução linear, mas deve ser concebida como um “processo com fluxos e refluxos, onde ora são predominantes os momentos da falsa consciência, ora se está próximo da consciência verdadeira”.

A distinção entre “consciência de classe contingente” e a “consciência de classe necessária” não se situa fundamentalmente no fato da ação ser desenvolvida por indivíduos isolados ou por grupos, mas sim na condição de ser guiada por *objetivos estrategicamente significativos*, que não estejam voltados para *interesses parciais de grupo limitado de trabalhadores* (MÉSZÁROS, 1993).

Em Alves (2003), encontramos uma síntese das observações feitas por Engels quanto à evolução das formas de enfrentamento dos trabalhadores à exploração capitalista, evolução essa que demarca o avanço na construção da consciência de classe necessária. Logo no início do desenvolvimento da indústria, o método menos evoluído e ineficaz utilizado pelos operários contra a burguesia era o *roubo*, uma prática que não tinha o caráter de revolta de classe, mas sim de indivíduos.

O início da oposição efetiva da classe trabalhadora à burguesia ocorreu com a resistência violenta à introdução das máquinas, nos primórdios da Revolução Industrial. Segundo Marx (1975), essas primeiras manifestações de resistência dos trabalhadores não atacavam o cerne da exploração capitalista, sinalizando o autor que, com a introdução da máquina, o trabalhador passa a combater o próprio instrumental de trabalho – fenômeno que ficou conhecido por luddismo –, vendo nela o fundamento material do modo capitalista de produção. Contudo, ele ressalta ainda que era “mister tempo e experiência para o trabalhador aprender a distinguir a maquinaria de sua aplicação capitalista e atacar não os meios materiais de produção, mas a forma social em que são explorados” (Ibidem, p.490-491).

Ao longo da experiência histórica a consciência de classe contingente foi se enriquecendo, tornando-se mais abrangente e trazendo à luz contradições cada vez mais

contradições, a última as compreende em suas inter-relações, isto é, como traços necessários do sistema global do capitalismo. A primeira permanece emaranhada em conflitos sociais, mesmo quando a escala da operação é relativamente grande, enquanto a última, ao focalizar a sua atenção sobre o tema estrategicamente central do *controle social*, preocupa-se com uma solução abrangente, mesmo quando seus objetivos imediatos parecem limitados (por exemplo, uma tentativa de manter viva, sob o controle dos operários, uma fábrica que esteja sucumbindo à “racionalização” capitalista). A necessidade histórica do desenvolvimento dessa consciência reside nas contradições objetivas do sistema sócio-econômico, para as quais ele tem de fornecer uma alternativa estratégica global. Neste sentido, a consciência de classe necessária é a consciência do caráter necessariamente global de qualquer alternativa histórica viável em relação à ordem das relações produtivas vigentes”.

profundas e essenciais do modo de produção vigente. Do roubo e do luddismo passou-se às organizações da classe trabalhadora, entre as quais os sindicatos. Marx (1866), ao discutir a origem do movimento sindical nos ressalta que o único poder social dos trabalhadores reside em seu número, na quantidade de indivíduos sujeitos às mesmas condições. A ameaça a esse poder, decorrente da desunião criada e reproduzida pela “*inevitável concorrência entre eles próprios*”, fez surgir os sindicatos como estratégia para manter a união entre os trabalhadores e efetivar a oposição aos patrões. Justamente por situar a luta não mais entre ricos e pobres, mas entre as classes sociais antagônicas, desenvolvendo *a consciência de classe e a ambição de classe*, é que os sindicatos apresentaram-se como um movimento verdadeiramente novo (ALVES, 2003).

As Uniões de Ofícios [*Trades' Unions*] nasceram das tentativas *espontâneas* de operários para remover ou, pelo menos, controlar essa concorrência, a fim de conquistar termos de contrato tais que os pudessem elevar, pelo menos, acima da condição de meros escravos (MARX, 1866)⁴.

A luta sindical caracteriza-se por sua *natureza essencialmente defensiva*, orientada para o combate às incessantes usurpações do capital quanto à questão salarial (consistindo ou na defesa da elevação dos salários ou na busca por evitar a sua redução) e o tempo de trabalho. Trata-se de uma luta por interesses imediatos, mas que contribui para o despertar da classe trabalhadora e que, por isso, não diminui a importância dos sindicatos enquanto escola pioneira do trabalho.

Às usurpações salariais e os agravos à jornada de trabalho constituem, por sua vez, alterações próprias da dinâmica capitalista que está, conforme ressaltado no tópico anterior, sempre direcionada para o acúmulo crescente de riqueza, a ser obtida via redução dos salários e/ou alterações no tempo de trabalho. Nesse sentido, a luta sindical é desencadeada *apenas como decorrência de modificações anteriores postas pelo movimento do capital*, tendendo, por conta disso, a permanecer presa à lógica capitalista e às circunstâncias de seu movimento (ALVES, 2003).

Marx, Engels, Luxemburgo, Trotski, são alguns teóricos clássicos que ressaltaram os limites do sindicalismo, apontando que a luta sindical constitui-se fundamentalmente como

⁴ Essa citação foi retirada da obra de Marx em um formato digitalizado, disponível no site: www.marxists.org. No arquivo digitalizado não consta a paginação da obra, inviabilizando que as citações do referido texto sejam elaboradas no formato exigido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, no qual deve constar o sobrenome do autor, a data de publicação da obra e a página da qual foi retirada a passagem textual. Assim como os textos de Marx (1864 e 1866), as obras de Luxemburgo (1900) e de Trotski (1906) trabalhadas ao longo do presente trabalho, também foram obtidas no mesmo formato digitalizado e por isso, as citações referentes a essas publicações também não apresentam as páginas das quais foram retiradas.

uma *luta econômica*, direcionada ao combate dos efeitos decorrentes das contradições postas pelo sistema capitalista e não das causas fundamentais dessas contradições. Sujeitos às crises cíclicas da economia capitalista que ameaçam a sua própria continuidade, os sindicatos se mostram incapazes de mudarem as suas leis fundamentais, que regem o salário, a dinâmica do trabalho e determinam a exploração dos trabalhadores e a precariedade de suas vidas:

Começemos pelos sindicatos: a sua função principal [...] **consiste em permitir aos operários a realização da lei capitalista dos salários**, quer dizer a venda da força de trabalho ao preço conjuntural do mercado. Os sindicatos servem o proletariado utilizando no seu próprio interesse, a cada instante, essas conjunturas do mercado. **Mas as próprias conjunturas, isto é, por um lado a procura da força de trabalho determinada pelo estado da produção e, por outro, a oferta da força de trabalho criada pela proletarização da classe operária, enfim, o grau de produtividade do trabalho, estão situadas fora da esfera de influência dos sindicatos.** Assim, esses elementos não podem suprimir a lei dos salários. Podem, na melhor das hipóteses, manter a exploração capitalista no interior dos limites "normais" determinados em cada momento pela conjuntura, **mas estão longe do processo de suprimir a exploração em si-mesma, mesmo que progressivamente** (LUXEMBURGO, 1990) [*grifo nosso*].

As limitações dos sindicatos não se situam apenas na luta pela defesa dos salários, mas também na tentativa de redução da jornada de trabalho, pois para que possa intervir na regulamentação do dia de trabalho, seria necessária uma intervenção legislativa, o que já não se situa no campo da luta econômica dos sindicatos, mas na ação política geral da classe trabalhadora (ALVES, 2003).

Além dos limites já mencionados, são apontados pelos autores clássicos como outras restrições do sindicalismo: 1) a quebra de solidariedade entre os trabalhadores – ocasionada pela própria concorrência existente entre eles na luta pela sobrevivência – que limita o poder das greves sindicais e logo, a eficácia dos sindicatos; 2) a focalização das lutas defensivas dos sindicatos, que por serem direcionadas para a defesa de interesses de grupos de trabalhadores não produzem um efeito generalizado para toda a classe trabalhadora, não apresentando, assim, um caráter político propriamente dito; 3) a incapacidade dos sindicatos de suprimir a concorrência em geral, pois suprimem apenas a que existe entre os trabalhadores, mas não a concorrência entre os capitalistas que é, por sua vez, a fonte das crises que recaem sobre os próprios sindicatos; 4) a tendência à conciliação com a classe dominante nos períodos de acentuação da luta de classes:

Enquanto organizações das camadas superiores do proletariado, os sindicatos, como o atesta toda experiência histórica, inclusive a ainda recente

das organizações anarco-sindicalistas da Espanha, **desenvolvem poderosas tendências à conciliação com o regime democrático burguês. Nos períodos agudos da luta de classes, os aparelhos dirigentes dos sindicatos esforçam-se por se transformar em senhores do movimento de massas para domesticá-lo.** Isso se produz mesmo em ocasião de simples greves, sobretudo nas ocupações de fábricas, que sacodem os princípios da propriedade burguesa. Em tempos de guerra ou de revolução, quando a situação da burguesia é particularmente difícil, **os dirigentes sindicais transformam-se geralmente em ministros burgueses** (TROTSKI, 1978, p.90) [*grifo nosso*].

Todas as limitações apontadas não diminuem, entretanto, a importância e necessidade da luta econômica dos sindicatos para a luta geral da classe trabalhadora contra o capital. Primeiramente porque o combate às usurpações salariais e aos agravos à jornada de trabalho visa melhorar as condições de existência dos trabalhadores, confrontando a tendência capitalista de precarização crescente do trabalho e da vida desses sujeitos. As citações abaixo corroboram justamente essa primeira implicação à cerca da importância da luta sindical, apesar de suas limitações:

O objetivo imediato das Uniões de Ofícios estava, por conseguinte, confinado às necessidades de todos os dias, aos expedientes para obstrução das incessantes usurpações do capital, numa palavra, a questões de salários e tempo de trabalho. Esta atividade das Uniões de Ofícios não é só legítima, é necessária. Não pode ser dispensada enquanto o presente sistema de produção durar. Pelo contrário, terá de ser generalizada pela formação e combinação de Uniões de Ofícios por todos os países (MARX, 1866).

[...] a luta sindical é um autêntico trabalho de Sísifo. Esse trabalho de Sísifo é indispensável, se se quer que o operário receba a taxa de salário que lhe vem da situação conjuntural do mercado, que a lei capitalista se realize e que a tendência depressiva do desenvolvimento econômico seja travada, ou mais exatamente, atenuada no seu efeito (LUXEMBURGO, 1990).

Segundo, porém não menos essencial no que se refere à importância e necessidade da luta sindical para a luta geral da classe trabalhadora contra o capital é o papel desempenhado pelos sindicatos no processo de organização e formação da consciência revolucionária, política da classe trabalhadora. Como mencionado no início deste tópico, compete a classe subordinada ao capital lutar pela sua emancipação e ao mesmo tempo, pela emancipação de toda a humanidade, buscando construir uma sociedade livre de classes.

Para a compreensão dessa tarefa histórica, é necessário que se desenvolva a consciência de classe, a passagem da *classe em si* em *classe para si*. Contudo, a formação da consciência de classe não é algo que ocorre de forma espontânea e nem constitui um processo

linear e mecânico, ao contrário, depende, para se realizar, da mediação de uma atuação humana consciente, que por sua vez necessita da intervenção de algum tipo de instituição para se desenvolver:

[...] **O desenvolvimento da consciência de classe é um processo *dialético*: é uma “inevitabilidade histórica” precisamente na medida em que a tarefa é realizada através da mediação necessária de uma atuação humana autoconsciente. Isto requer, inevitavelmente, algum tipo de organização – seja a constituição de partidos, ou de outras formas de mediação coletiva – estruturada segundo as condições histórico-sociais específicas que predominam em uma época particular**, com o objetivo estratégico global de intervenções dinâmicas no curso do desenvolvimento social. [...] Em outras palavras, o desenvolvimento “direto” e “espontâneo” da consciência de classe proletária – seja sob o impacto de crises econômicas ou como resultado do auto-esclarecimento individual – é um sonho utópico (MÉSZÁROS, 1993, p.97-98) [*grifo nosso*].

Trotsky (1978, p.20), reflete sobre a formação da consciência de classe proletária indagando: “como o proletariado chegará à *compreensão subjetiva* da tarefa histórica que lhe coloca sua situação objetiva?”. E, responde sinalizando – assim como Mézáros (1993) reafirmará alguns anos mais tarde – que se a classe trabalhadora “fosse capaz de compreender imediatamente sua tarefa histórica, não seriam necessários nem o partido nem os sindicatos. A revolução teria nascido, simultaneamente, com o proletariado”. Para Trotsky (1978), a formação da consciência de classe não é um processo espontâneo, simples e rápido, e afirma isso concluindo que somente após uma vasta experiência é que alguns sujeitos pertencentes aos movimentos de organização das massas atingem a compreensão da tarefa histórica reservada à classe trabalhadora.

Luxemburgo (1990), pensando a educação da classe trabalhadora para além dos processos formais e dos espaços institucionalizados, enfatiza os sindicatos, a experiência da luta sindical, assim como o partido e a luta política, como espaço para *dirigir e educar* progressivamente os trabalhadores para realizar a transformação socialista, uma vez que atuam sobre a consciência dos trabalhadores no sentido de formar a consciência de classe, a consciência revolucionária:

[...] No atual estado de coisas, a luta sindical e a luta parlamentar são encaradas como meios de dirigir e educar pouco a pouco o proletariado para a conquista do poder político. [...] a luta política e sindical têm uma significação socialista na medida em que preparam o proletariado – que é o fator subjetivo da transformação socialista – para realizar essa transformação. [...] Segundo a concepção corrente do partido, o proletariado adquire, através da experiência da luta sindical e política, a convicção de que

é impossível transformar radicalmente a sua situação por meio dessa única luta, e que só o conseguirá definitivamente depois de se apoderar do poder político. [...] A luta sindical e a luta política são importantes porque atuam sobre a consciência do proletariado, porque lhe dão uma consciência socialista, porque o organizam como classe (Idem).

Para os mencionados autores clássicos, as lutas sindicais contra as usurpações do capital teriam a capacidade de ensinar os trabalhadores a agir coletivamente, de forma organizada. As greves são vistas como a *escola de guerra dos operários* e contribuem para o processo de organização dos trabalhadores e para a formação da sua consciência de classe. Dessas lutas “poderia vir a *força moral*, que constituiria a verdadeira consciência revolucionária. Dos movimentos corajosos, que os operários levariam diariamente contra o capital, poderia vir a iniciativa de ‘movimentos de maior envergadura’” (MARX apud ALVES, 2003, p.231-232).

Em “*Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório*” de 1866, Marx aborda onze pontos relacionados à organização da Associação Internacional, estando entre esses pontos os sindicatos. Nas suas considerações sobre essas organizações, o referido autor analisa o passado, o presente e faz considerações acerca do futuro, sinalizando que os sindicatos “têm agora de aprender a agir deliberadamente como centros organizadores da classe operária no amplo interesse da sua *completa emancipação*. Têm de ajudar todo o movimento social e político que tende para essa direção”.

Desempenhar essa função de centro organizador da classe trabalhadora se tornará, entretanto, anos depois, diante da crise estrutural do capital, uma ação tão complexa quanto se apresentará difícil manter até a costumeira postura defensiva em prol dos salários e da jornada de trabalho.

1.3.2 *Os sindicatos no contexto da crise estrutural do capital*

As lutas sindicais orientam-se eminentemente, conforme já retratado, para o combate às incessantes usurpações do capital quanto à questão salarial e o tempo de trabalho. Trata-se de um sindicalismo tradicional que prioriza as lutas defensivas e focalizadas, direcionadas para a defesa de interesses de grupos de trabalhadores específicos: os trabalhadores formais (ANTUNES, 2002). Esse tipo de sindicalismo tradicional caracterizou a organização da classe trabalhadora no período de vigência do fordismo, modelo/padrão de acumulação que vigorou na grande indústria, praticamente ao longo de todo o século XX. Baseava-se na uniformidade,

padronização e verticalização da produção em massa de bens homogêneos, para um consumo em massa (HARVEY, 1994).

O fordismo se expandiu no pós-guerra mediante uma série de compromissos e reposicionamentos por parte dos principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista. O Estado (keynesiano) teve de assumir novos papéis e construir novos poderes institucionais, ajudando a promover o desenvolvimento econômico através do patrocínio, entre outros, na reconstrução de economias devastadas pela guerra; na suburbanização; no fornecimento de um forte complemento ao salário social com as políticas públicas; e na definição dos direitos dos trabalhadores (Idem).

O capital corporativo teve de fazer alguns ajustes visando o caminho pela lucratividade segura. Já o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções, relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção, sendo característico do “compromisso fordista”, o fato dos sindicatos serem cooptados, tendo, portanto, sua existência aceita devido ao compromisso em cooperar com o sistema:

[...] O “compromisso fordista” deu origem progressivamente à subordinação dos organismos institucionalizados, sindicais e políticos, da era da prevalência social-democrata, convertendo esses organismos em “verdadeiros co-gestores do processo global de reprodução do capital [...]”. Pela estratégia de integração, [...], o proletariado europeu, por meio dos organismos que assumiam sua representação, tinha como eixo de sua pauta política a ação pela melhoria das condições salariais, de trabalho e de seguridade social, requerendo do Estado condições que garantissem e preservassem essas conquistas que resultavam do “compromisso”. Mas de outra parte, por meio de sua integração, o movimento operário progressivamente se transformou em estrutura mediadora do comando do capital sobre o proletariado (ANTUNES, 2006, p.39).

Contudo, se “o operário-massa foi a base social para a expansão do “compromisso” social-democrático, ele foi também seu principal elemento de transbordamento, ruptura e confrontação” (Ibidem, p.41). Em meados da década de 1970 tem início a *crise estrutural do capitalismo*⁵ que teve, segundo o referido autor dois elementos centrais. O primeiro refere à

⁵ Mészáros (2002) analisa que a crise iniciada nos anos de 1970 e que se estende aos dias de hoje, não compreende uma crise de superacumulação (superprodução acompanhada de subconsumo). Para ele, trata-se, na verdade, de um “*continuum depressivo*, que exhibe as características de uma crise cumulativa, endêmica, mais ou menos permanente e crônica, com a perspectiva última de uma crise estrutural” (Ibidem, p.697), cuja novidade histórica se manifesta em quatro aspectos principais: (1) *seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.);* (2) *seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram as outras crises no passado);* (3) *sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;* (4) *em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos*

estagnação econômica, sinalizada pela crise do modelo de acumulação fordista expressa entre outros aspectos, no excesso de fundos com ausência de áreas produtivas para investimentos e na crise fiscal do Estado.

O segundo elemento corresponde justamente ao acirramento da luta de classes motivado por duas contradições. A primeira refere-se à separação entre concepção e execução no trabalho, pois o fordismo “realizava uma expropriação intensificada do operário-massa, destituindo-o de qualquer participação na organização do processo de trabalho, que se resumia a uma atividade repetitiva e desprovida de sentido” (Ibidem, p. 41). A outra contradição era entre a produção (marcada pela vigência de técnicas de disciplinamento que objetivavam intensificar a exploração da força de trabalho) e o consumo, que era amplamente propagado, mas que não se concretizava para a grande maioria dos trabalhadores.

O movimento da classe trabalhadora, entretanto, não conseguiu ultrapassar os limites das fábricas e se articular aos movimentos sociais que emergiam (feminista, ecológico, antinucleares etc) para elaborar um projeto alternativo com o qual pudesse se contrapor hegemonicamente à sociabilidade do capital, terminando por se enfraquecer e refluir, permitindo que o capital elaborasse sua resposta para a crise, que consistiu numa reorganização de suas esferas econômica, política e ideológica (Idem).

No âmbito econômico tem-se o processo de reestruturação produtiva. Com uma capacidade excedente inutilizável, as corporações entram num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho, passando a compor no primeiro plano das suas estratégias: a mudança tecnológica, a automação, a busca de novas linhas de produto e nichos de mercado, a dispersão geográfica para zonas com menor organização sindical e controle mais fácil sobre a força de trabalho, funções e medidas para acelerar o tempo de giro do capital, horizontalização da produção. As mudanças operadas sinalizam a transformação do padrão de acumulação fordista para um padrão de acumulação flexível⁶ que, conforme Harvey (1994, p.10), “se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo”.

Segundo Antunes (2006, p. 44), o salto tecnológico que então se iniciava constitui-se “numa primeira resposta do capital à confrontação aberta do mundo do trabalho, que aflorava

do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (Ibidem, p.796).

⁶ Vale destacar que a implementação dos modelos econômicos pautados pela lógica da acumulação flexível não é algo uniforme em todos os setores da economia e em todos os países e que, ao contrário, esses novos modelos convivem e até promovem o ressurgimento de velhas formas de organização do trabalho. O fordismo, portanto, não desaparece. Os dois padrões de acumulação se entrelaçam.

nas lutas sociais dotadas de maior radicalidade no interior do espaço fabril. E respondia, por outro lado, às necessidades da própria concorrência intercapitalista na fase monopólica”.

Dentre as conseqüências geradas pelo novo padrão de acumulação tem-se: o desemprego estrutural, proveniente da expansão do uso de novas tecnologias no interior das indústrias como estratégia do capital para elevar a produção e ao mesmo tempo reduzir os custos com a força de trabalho; e a precarização do trabalho (novas formas de trabalho terceirizado, temporário, subcontratado etc) provocada pela horizontalização da produção, na qual a empresa base conta com uma série de outras empresas subcontratadas para fornecer os elementos necessários à produção (HARVEY, 1994).

Na esfera política o processo de reorganização do capital ocorreu pela ascensão do neoliberalismo, expresso na contra-reforma⁷ do Estado, nas privatizações, na liberalização do mercado e na desregulamentação dos direitos sociais. Na esfera ideológica tem-se o culto ao individualismo, competitividade, consumismo exacerbado, bem como o processo de cooptação da subjetividade do trabalhador promovendo um retrocesso na organização sindical dos trabalhadores (ANTUNES, 2006).

Para Antunes (2002), as metamorfoses em curso no mundo do trabalho, decorrentes da crise estrutural, desencadearam uma verdadeira crise no sindicalismo contemporâneo que atingiu não só a *subjetividade* da classe trabalhadora – como mencionado no parágrafo acima – mas também a sua *materialidade*. De um lado, o desemprego estrutural, que reduz o número de trabalhadores estáveis e acarreta *uma nítida tendência da diminuição das taxas de sindicalização*, contribui para que os sindicatos intensifiquem a sua tendência defensiva e corporativista de procurar preservar os interesses do operariado estável a eles vinculado. Do outro, a precarização das relações de trabalho amplia o número de trabalhadores subcontratados, terceirizados etc, que o sindicalismo vertical – historicamente vinculado aos trabalhadores estáveis organizados em categorias – herdado do fordismo, não consegue englobar para fortalecer suas ações e práticas de greve.

⁷ De acordo com Behring (2003), a refuncionalização do papel do Estado não caracterizou um processo de reforma, mas um processo de contra-reforma, tendo em vista que as medidas adotadas (as privatizações, as liberalizações, as desregulamentações, o corte dos gastos estatais com as políticas públicas, etc) ocasionaram um profundo retrocesso social. Ademais, a autora (2003, p.58-59) ressalta que a “contra-reforma” do Estado assume características particulares em cada país, não sendo, portanto, um processo homogêneo: *Em relação ao Estado, portanto, existem fortes repercussões dos processos delineados anteriormente – a reestruturação produtiva e a mundialização – que configura as linhas gerais de uma verdadeira contra-reforma. Esta adquire maior ou menor profundidade, dependendo das escolhas políticas dos governos em sua relação com as classes sociais em cada espaço nacional, considerando a diretiva de classe que hegemoniza as decisões no âmbito do Estado. [...] Trata-se de uma contra-reforma, já que existe uma forte evocação do passado no pensamento neoliberal, bem como um aspecto realmente regressivo quando da implementação de seu receituário, na medida em que são observadas as condições de vida e de trabalho das maiorias, bem como as condições de participação política.*

Frente a esse contexto desfavorável, a agenda sindical passou a sofrer expressivas alterações: a luta por emprego e pela sua manutenção ganhou centralidade, em substituição da questão salarial; entraram em pauta também a participação nos lucros e resultados da empresa, a redução dos benefícios sociais, a flexibilização da jornada de trabalho, a formação profissional e o desenvolvimento da economia solidária (COIMBRA et al, 2010).

Os empreendimentos cooperativos (cooperativas, grupos informais, empresas autogestionárias) – definidos, entre outros, pelo conceito de economia solidária – se multiplicam no cenário do desemprego estrutural fundamentalmente como uma estratégia dos trabalhadores para a garantia de sua sobrevivência. Essa expansão – conforme será explicitado no tópico seguinte – é fomentada por diversos agentes com diferentes perspectivas ideológicas, dentre os quais estão os sindicatos⁸. Esses, segundo Tiriba (2001), passam a apoiar a formação de empreendimentos cooperativos por enxergar neles uma estratégia para o enfrentamento não só do contexto adverso imposto pelo neoliberalismo – ao viabilizar, entre outras coisas, a inserção produtiva dos trabalhadores expulsos do mercado de trabalho –, mas do próprio sistema capitalista:

Superando em maior ou menor grau a cultura do simples protesto e reivindicação, além de seguir reclamando a estabilidade no emprego, a criação de novos postos de trabalho, o aumento de salários e a garantia dos direitos trabalhistas, os sindicatos começam a atribuir às suas organizações parte da responsabilidade com respeito ao futuro do grande contingente de trabalhadores que, conforme estabelece a legislação sindical, deixa de pertencer à respectiva base sindical depois de um determinado período de desemprego. Na atual conjuntura em que a eliminação acelerada do emprego vem colaborando para diminuir a capacidade de negociação com os empresários, **os sindicalistas descobrem os empreendimentos econômicos populares como forma de resistência contra os efeitos da nova ordem internacional, passando a considerá-los parte integrante dos movimentos populares e uma das instâncias de luta pela construção de uma nova sociedade** (TIRIBA, 2001, p.156) [*grifo nosso*].

As possibilidades de resistência e confrontação dos empreendimentos autogestionários ao sistema capitalista situam-se, de acordo com autores como Singer (2002), na forma como o processo produtivo é organizado – ou, idealmente, deveria ser – em seu interior. O autor

⁸ Sobre o envolvimento dos sindicatos com as cooperativas no contexto atual, Singer (2002) sinaliza que não se trata de um fato histórico inédito. Segundo ele, no período de ascensão do cooperativismo, em meados do século XIX, o ideal cooperativista foi assumido, incorporado pelo então crescente movimento sindical como estratégia de luta, uma fase da história das cooperativas, denominada por ele de “cooperativismo revolucionário”: *A criação desse tipo de cooperativa, estreitamente ligada à luta de classes conduzida pelos sindicatos, conferia a essa luta uma radicalidade muito maior. Os trabalhadores em conflito com seus empregadores, em vez de se limitar a reivindicações de melhora salarial e de condições de trabalho, passavam a tentar substituí-los no mercado. A greve tornava-se uma arma não para melhorar a situação do assalariado, mas para eliminar o assalariamento e substituí-lo por autogestão* (Idem, p.29).

ressalta que nesses empreendimentos, os princípios e valores que norteiam o trabalho são essencialmente distintos daqueles que o fundamentam na empresa capitalista – os aspectos do processo de trabalho sob a lógica do capital foi explicitado ao longo do primeiro tópico deste capítulo. Baseando-se na propriedade coletiva dos meios de produção, o assalariamento inexistente ou é mínimo, prevalecendo a associação, como única ou principal forma de relação.

A forma de administração adotada é a autogestão, gestão coletiva e democrática, caracterizada pelo controle do empreendimento pelos trabalhadores associados. Com a autogestão combate-se a alienação do processo produtivo em virtude da eliminação ou redução drástica do fosso que separa trabalho manual e trabalho intelectual, pois os trabalhadores não ficam limitados à execução do trabalho manual, sendo chamados a participar do gerenciamento, decidindo coletivamente sobre o processo de trabalho, sobre a organização do empreendimento (Idem).

Além do controle coletivo dos meios de produção e do processo de trabalho, outra característica central do empreendimento autogestionário deve ser a apropriação igualitária da riqueza produzida entre os trabalhadores associados. Cabe ressaltar que o objetivo da produção não é a obtenção do lucro, mas a valorização do trabalhador, pela busca, entre outras coisas, da manutenção dos postos de trabalho (Idem).

Apesar da produção socializada, a lógica capitalista permeia a organização do trabalho no interior dos empreendimentos cooperativos – essa questão será retomada no próximo tópico –, pois os produtos produzidos inserem-se no mercado capitalista, submetendo os empreendimentos às leis da concorrência que ditam, entre outras coisas, a jornada e ritmo de trabalho (LUXEMBURGO, 1900). Ou seja, os trabalhadores associados não estão imunes à acentuação do processo de trabalho, mas para muitos defensores do cooperativismo, mesmo a intensificação do trabalho nas cooperativas se difere da forma como ocorre na empresa capitalista tradicional. Em ambas as organizações, o objetivo da intensificação do processo de trabalho visa aumentar a produtividade, mas na empresa capitalista isso implica o acúmulo de capital pelo empresário, enquanto que no empreendimento cooperativo implica um montante maior de riqueza a ser dividida de forma igualitária entre todos os trabalhadores associados.

Voltando à discussão acerca do envolvimento dos sindicatos no fomento dos empreendimentos autogeridos, Tiriba (2001) conclui que esta vinculação está associada à tentativa do sindicato em suprir o que o Estado não tem sido capaz de garantir à classe trabalhadora. Contudo, esse envolvimento incita algumas reflexões. Considere-se que: 1) a atual expansão dos empreendimentos cooperativos tem sido fomentada também por outros agentes, cujos interesses pragmáticos estão relacionados à manutenção do sistema capitalista;

2) que os empreendimentos cooperativos apresentam-se idealmente como uma proposta revolucionária – o que não garante que se concretizem de fato na prática –, que tem na autogestão do trabalho e na propriedade coletiva dos meios de produção os seus fundamentos; 3) e que os sindicatos, conforme já retratado, têm um papel fundamental no processo de organização e formação da classe trabalhadora, na construção de sua consciência de classe.

Indaga-se: Os sindicatos estão fomentando esse tipo de empreendimento com o objetivo fundamental de criar alternativas ao desemprego? Ou ao contrário, o fomento desses empreendimentos pelos sindicatos fundamenta-se na crítica intransigente ao capital, buscando fortalecer a organização da classe trabalhadora e desenvolver a consciência e a luta de classe?

Fato é que a criação de empreendimentos cooperativos está em curso e responde a maior das necessidades humanas: a da sobrevivência. Frente a essa realidade, urge que os sindicatos tornem fato presente o que Marx (1866) já sinalizava como necessidade futura, a saber, que cuidem em *agir deliberadamente como centros organizadores da classe operária no amplo interesse da sua completa emancipação*, ajudando a *todo o movimento social e político que tende para essa direção*. Tal necessidade é corroborada pelos teóricos atuais que vivenciam essa problemática:

[...] A realidade nos mostra, então, que como os trabalhadores não querem morrer – o ser humano quer viver – se organizam sem muita ideologia, por uma questão de necessidade, para produzirem, das mais diversas formas a sua sobrevivência física. **É aí que o nosso maior desafio se apresenta de maneira mais evidente: dar caráter político, organização, caráter coletivo e de alternativa a esta realidade disforme, espontânea, premida pela urgência da necessidade.** E, aí, é preciso que as instituições da sociedade civil, os partidos e sindicatos vinculados historicamente às lutas dos trabalhadores reflitam, analisem para não enveredar em descaminhos (FRIGOTTO, 1999, p.101-102) [*grifo nosso*].

Explicitada a importância da atuação dos sindicatos junto aos empreendimentos autogeridos por trabalhadores – no sentido proposto de organizá-los politicamente, compreendendo as cooperativas não apenas como uma alternativa ao desemprego estrutural, mas também como uma estratégia de enfrentamento ao capitalismo –, faz-se necessário analisar o movimento cooperativista, buscando discutir acerca dos seus limites e possibilidades para se constituir como um instrumento de confrontação ao sistema capitalista ou – como defendem de forma “mais otimista” alguns teóricos clássicos e contemporâneos – como uma economia alternativa a esse.

1.4 Cooperativismo: da origem a expansão frente à crise estrutural do capital

1.4.1 *Origem, limites e possibilidades do cooperativismo: o que dizem os clássicos?*

O desenvolvimento da sociedade capitalista longe de consolidar, contestou os ideais defendidos pela Revolução Francesa, os quais traduziam em si a busca pela construção da sociedade e do Estado da razão em que “a superstição, a injustiça, o privilégio e a opressão seriam substituídos pela verdade eterna, pela eterna justiça, pela igualdade baseada na natureza e pelos direitos inalienáveis do homem (ENGELS, 2005, p.40)”. Ao contrário, o que se desenhou com o avanço do capitalismo foram, entre outros elementos, a igualdade formal burguesa reduzida em face da lei e a proclamação da propriedade burguesa como um dos direitos mais fundamentais do homem.

Às vésperas do Século XIX, o novo modo de produção apenas começava a se desenvolver, entretanto, já originava toda uma série de graves calamidades sociais (proletarização de grandes parcelas da população, condições miseráveis de trabalho e de vida etc) fazendo despontar movimentos contestatórios da incipiente classe proletária que “totalmente incapaz ainda para desenvolver uma ação política própria, não representava mais que um estrato social oprimido, castigado, incapaz de valer-se por si mesmo. A ajuda, no melhor dos casos, tinha que vir de fora, do alto (Ibidem, p.46)” e veio, conforme sinalizado por Engels (2005), com os socialistas utópicos:

[...] Nem teve melhor sorte a sociedade da razão. O antagonismo entre pobres e ricos, longe de dissolver-se no bem-estar geral, aguçara-se [...]. A ascensão da indústria sobre bases capitalistas converteu a pobreza e a miséria das massas trabalhadoras em condição de vida da sociedade. [...] Em outras palavras, comparadas com as brilhantes promessas dos pensadores, as instituições sociais e políticas instauradas pelo “triunfo da razão” redundaram em tristes e decepcionantes caricaturas. Faltavam apenas os homens que pusessem em relevo o desengano, e esses homens surgiram nos primeiros anos do século XIX. Em 1802, vieram à luz as *Cartas de Genebra* de Saint-Simon; em 1808, Fourier publicou a sua primeira obra, embora as bases de sua teoria datassem já de 1799; a 1º de janeiro de 1800, Robert Owen assumiu a direção da empresa de New Lanark (Ibidem, p.44-45).

A incipiência do modo capitalista de produção no período, não fornecia ainda os elementos necessários à construção da crítica propositora da subversão e eliminação do sistema. Isto porque a grande indústria acabava de surgir na Inglaterra e apenas com a sua expansão é que se desenvolve, por um lado, os conflitos (entre as classes sociais antagônicas e

também entre as forças produtivas e a forma de distribuição) que tornam a superação do capitalismo uma necessidade imperiosa, e, por outro lado, os meios para solucionar esses conflitos (Idem).

O socialismo da época “criticava o capitalismo e suas conseqüências, mas não conseguia explicá-lo nem podia, portanto, destruí-lo ideologicamente; nada mais lhe restava senão repudiá-lo, pura e simplesmente, como mau” (Ibidem, p.67). Assim, sem conseguir identificar em que consistia e como se originava a exploração da classe desfavorecida, reivindicavam como solução para os problemas sociais evidenciados a formulação de um sistema o mais perfeito possível da sociedade.

Essa situação histórica informa também as doutrinas dos fundadores do socialismo. Suas teorias incipientes não fazem mais do que refletir o estado incipiente da produção capitalista, a incipiente condição de classe. Pretendia-se tirar da cabeça a solução dos problemas sociais, latentes ainda nas condições econômicas pouco desenvolvidas da época. A sociedade não encerrava senão males, que a razão pensante era chamada a remediar. Tratava-se, por isso, de descobrir um sistema novo e mais perfeito de ordem social, para implantá-lo na sociedade vindo de fora, por meio da propaganda e, sendo possível, com o exemplo, mediante experiências que servissem de modelo. Esses novos sistemas sociais nasciam condenados a mover-se no reino da utopia; quanto mais detalhados e minuciosos fossem, mais tinham que degenerar em puras fantasias (Ibidem, p.46).

Sob as condições mencionadas e visando a elaboração de um sistema societário o mais perfeito é que os socialistas utópicos formulam suas estratégias de reforma da sociedade. Saint-Simon, ao identificar o antagonismo de classes como sendo o antagonismo entre “trabalhadores” (estando situados nesse grupo não apenas os trabalhadores assalariados, mas também os fabricantes, os comerciantes e os banqueiros) e “ociosos” (aqueles que viviam sem intervir na produção e comércio), propõe que a ciência e a indústria unidas pelo laço religioso regulem a vida social e formula a tese de que “todos os homens devem trabalhar” (Idem).

Charles Fourier propõe seu sistema de falanstério, em cuja proposta a coletividade dos meios de produção coexiste com a propriedade privada acionária (SINGER, 2002). E Robert Owen cria as cooperativas⁹ de consumo e de produção e os mercados operários

⁹ Considera-se como marco do movimento cooperativista o ano de 1844, data da criação em Rochdale, perto de Manchester, Inglaterra, da Rochdale Society of Equitable Pionner, uma cooperativa de consumo de operários têxteis que ficou conhecida como a primeira cooperativa moderna do mundo. Já em sua origem, o movimento cooperativista – orientado por princípios democráticos e igualitários – propunha a autogestão do trabalho (o controle do processo de trabalho e do produto pelos trabalhadores) dentro do capitalismo não apenas como estratégia de reação defensiva ao desemprego e às condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, mas

(estabelecimentos de troca dos produtos por meio de bônus de trabalho cuja unidade é a hora de trabalho produzido) como medidas de transição para a organização da sociedade na forma integralmente comunista (ENGELS, 2005).

O referido autor não concede às cooperativas um papel fundamental dentro do processo de superação do capitalismo. Segundo ele (Ibidem, p.55), as cooperativas “serviram, pelo menos, para demonstrar na prática que o comerciante e o fabricante não são indispensáveis” e ainda afirma que “esses estabelecimentos tinham necessariamente que fracassar”, entretanto ele não desenvolve essa afirmação.

Para Engels (Idem), uma vez que os conflitos desencadeados pelo modo capitalista de produção têm sua origem na contradição expressa pela apropriação privada da produção coletiva, a solução está essencialmente na posse coletiva dos meios de produção, transformação para a qual se fazem necessárias antes a tomada do poder político pelo proletariado e a conversão dos meios de produção em propriedade do Estado:

O modo capitalista de produção, ao converter mais e mais em proletários a imensa maioria dos indivíduos de cada país, cria a força que, se não quiser perecer, está obrigada a fazer essa revolução. E, ao forçar cada vez mais a conversão dos grandes meios socializados de produção em propriedade do Estado, já indica por si mesmo o caminho pelo qual deve produzir-se essa revolução. O proletariado toma em suas mãos o Poder do Estado e começa por converter os *meios de produção em propriedade do Estado*. Mas, nesse mesmo ato, destrói-se a si próprio como proletariado, destruindo toda diferença e todo antagonismo de classes, e com isso o Estado como tal (Ibidem, p.88).

Marx, em seu Discurso Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864) refere-se ao movimento cooperativista como uma vitória da economia política do trabalho sobre a economia política capitalista e acentua o mesmo aspecto ressaltado por Engels (2005), a saber, o fato das cooperativas mostrarem na prática que a produção independe da exploração do homem pelo homem, do controle do capitalista sobre os trabalhadores:

Mas, estava reservada uma vitória ainda maior da economia política do trabalho sobre a economia política da propriedade. Falamos do movimento cooperativo, especialmente, das fábricas cooperativas erguidas pelos

também como forma de superação do capitalismo (LIMA, 2004). Os princípios elencados com a origem do movimento cooperativista constituem até os dias atuais a base de fundamentação do cooperativismo, sendo esses: I - adesão voluntária e livre; II - gestão democrática; III - participação econômica dos membros; IV - autonomia e independência; V - educação, formação e informação; VI- intercooperação; VII – Interesse pela comunidade. (Disponível no site da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, a saber: www.ocb.org.br).

esforços, sem apoio, de algumas “mãos” ousadas. **O valor destas grandes experiências sociais não pode ser exagerado. Mostraram com fatos, em vez de argumentos, que a produção em larga escala e de acordo com os requisitos da ciência moderna pode ser prosseguida sem a existência de uma classe de patrões empregando uma classe de braços; que, para dar fruto, os meios de trabalho não precisam de ser monopolizados como meios de domínio sobre e de extorsão contra o próprio trabalhador;** e que, tal como o trabalho escravo, tal como o trabalho servo, o trabalho assalariado não é senão uma forma transitória e inferior, destinada a desaparecer ante o trabalho associado desempenhando a sua tarefa com uma mão voluntariosa, um espírito pronto e um coração alegre. Em Inglaterra, os gérmenes do sistema cooperativo foram semeados por Robert Owen; as experiências dos operários, tentadas no Continente, foram, de fato, o resultado prático das teorias, não inventadas, mas proclamadas em alta voz, em 1848 (MARX, 1864) [*grifo nosso*].

Por outro lado Marx (Idem) enfatiza também que o isolamento pode impor limites às cooperativas tanto no que se refere ao alcance do seu propósito mais geral de garantir a reprodução dos trabalhadores associados, como também ao seu desenvolvimento para além da reprodução imediata da vida, como estratégia para o enfrentamento ao modo capitalista de produção. Para a superação desses limites, o autor ressalta a importância do desenvolvimento do cooperativismo em escala nacional, e diante da oposição capitalista a qualquer propósito que se encaminhe para a defesa da emancipação do trabalho, destaca, assim como Engels, o caráter fundamental da conquista do poder político pela classe trabalhadora:

Ao mesmo tempo, a experiência do período de 1848 a 1864 provou fora de qualquer dúvida que o trabalho cooperativo – por mais excelente que em princípio [seja] e por mais útil que na prática [seja] –, **se mantido no círculo estreito dos esforços casuais de operários privados, nunca será capaz de parar o crescimento em progressão geométrica do monopólio, de libertar as massas, nem sequer de aliviar perceptivelmente a carga de suas misérias.** [...] Para salvar as massas industriais, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido a dimensões nacionais **e, conseqüentemente, ser alimentado por meios nacionais.** Contudo, os senhores da terra e os senhores do capital sempre usarão os seus privilégios políticos para defesa e perpetuação dos seus monopólios econômicos. Muito longe de promover, continuarão a colocar todo o impedimento possível no caminho da emancipação do trabalho. [...] **Conquistar poder político tornou-se, portanto, o grande dever das classes operárias** (Idem) [*grifo nosso*].

Rosa Luxemburgo, em sua obra *Reforma ou Revolução* (1900), também destaca os limites do sistema cooperativista e sinaliza que eles inviabilizam a tese de Bernstein, teórico de sua época que assinala o desenvolvimento gradual das cooperativas como via para se chegar ao socialismo sem a necessidade da revolução socialista com a tomada do poder político pelo proletariado.

Para a autora, os limites do cooperativismo nascem de sua própria natureza híbrida, caracterizada pela produção socializada seguida por uma troca capitalista. Isso porque, tendo em vista que a comercialização define a dinâmica da produção, ou seja, a dinâmica da concorrência capitalista determina a necessidade de mudanças no processo produtivo e que essas alterações se referem praticamente a uma intensificação do trabalho, as cooperativas ao se inserirem no mercado capitalista vivenciam a contradição de que os próprios trabalhadores precisam gerenciar o controle rígido de seu próprio trabalho. Dessa contradição, segundo a autora, só dois caminhos se apresentam as cooperativas: ver seus princípios degenerar-se, tornando-se uma empresa capitalista; ou, manter os princípios que norteiam a produção autogestionária, mas não manter-se produtivamente e por isso acabar dissolvendo-se.

As cooperativas e sobretudo as cooperativas de produção são instituições de natureza híbrida dentro do capitalismo: constituem uma produção socializada em miniatura que é acompanhada por uma troca capitalista. Mas na economia capitalista a troca domina a produção; por causa da concorrência exige, para que a empresa possa sobreviver, uma impiedosa exploração da força do trabalho, quer dizer, a dominação completa do processo de produção pelos interesses capitalistas. Praticamente, isso traduz-se numa necessidade de intensificação do trabalho, de encurtar ou prolongar a sua duração conforme a conjuntura, de contratar ou dispensar a força do trabalho conforme as necessidades do mercado, numa palavra, praticar todos os métodos, sobejamente conhecidos, que permitam a uma empresa capitalista sustentar a concorrência das outras empresas. Daí uma cooperativa de produção ter a necessidade, contraditória para os operários, de se governar a si própria com toda a autoridade absoluta necessária e de os seus elementos desempenharem entre si o papel de empresários capitalistas. Dessa contradição morre a cooperativa de produção, na acepção em que se torna uma empresa capitalista ou, no caso em que os interesses dos operários são mais fortes, se dissolve (LUXEMBURGO, 1900).

Degenerar ou dissolver-se são as possibilidades encontradas pelas cooperativas quando inseridas dentro do mercado de troca capitalista. Uma terceira possibilidade, na qual as cooperativas possam garantir sua reprodução mantendo a produção socializada sem o direcionamento pela lógica da intensificação da exploração do trabalho, surge apenas com a criação de cooperativas de consumo que garantam para as cooperativas de produção um mercado consumidor próprio, cujo funcionamento esteja isento das leis que regem a concorrência capitalista. Entretanto, Luxemburgo (1900) assinala que essa estratégia pode garantir a reprodução da cooperativa, mas inviabiliza suas possibilidades de se constituir como uma forma geral de produção alternativa à capitalista e logo, como estratégia de enfrentamento ao modo de produção do capital, pois limitaria a intervenção da cooperativa a

pequenos mercados locais voltados para produtos de primeira necessidade, ficando, portanto, fora do alcance das cooperativas os setores mais importantes da economia capitalista.

Do que resulta que a cooperativa só pode assegurar a sua existência no seio da economia capitalista quando suprime, por um rodeio, a contradição que recebe entre o modo de produção e o modo de troca, subtraindo-se artificialmente às leis da livre concorrência. Só o pode fazer assegurando antecipadamente um mercado, um círculo constante de consumidores. A cooperativa de consumo fornece uma via. [...] Verifica-se que a existência da cooperativa de produção liga-se, atualmente, à existência da cooperativa de consumo; do que resulta deverem as cooperativas de produção contentar-se, no melhor dos casos, com pequenos mercados locais e limitarem-se aos produtos da primeira necessidade, de preferência, produtos alimentares. Todos os sectores mais importantes da produção capitalista: a indústria têxtil, mineira, metalúrgica, petrolífera, assim com as indústrias de construção de máquinas, de locomotivas e de navios estão antecipadamente excluídas da cooperativa de consumo e por consequência da cooperativa de produção. É por isso que, mesmo abstraindo do seu carácter híbrido, as cooperativas de produção não podem intervir numa reforma social geral, a realização geral implica a supressão do mercado mundial e o parcelamento da atual economia mundial em pequenos grupos de produção e de troca localizados; em suma: tratar-se-ia do retrocesso do capitalismo para a economia mercantil da Idade Média (Idem).

Analisando a proposta das cooperativas como estratégia para uma reforma da sociedade em direção ao socialismo, Luxemburgo (Idem) assinala que a lógica da criação de cooperativas de consumo como estratégia para garantir a realização de cooperativas de produção dentro do sistema capitalista põe em evidencia que, no sistema cooperativista, as cooperativas de consumo teriam papel central em relação às cooperativas de produção, ou seja, pela via do cooperativismo a luta não seria travada contra o capital produtivo, setor fundamental da economia capitalista, mas contra o pequeno e o médio capital comercial. Assim, com as cooperativas o movimento socialista não estaria combatendo o modo de produção capitalista, mas a forma capitalista de repartição da riqueza ao criar espaços nos quais os trabalhadores possam se apropriar de um percentual maior do que é produzido, entretanto, sem suprimir a lógica capitalista de produção na sociedade em geral.

Mesmo nos limites da realização possível na sociedade atual, as cooperativas de produção seriam simples anexos das cooperativas de consumo; estas estariam no primeiro plano e apareceriam como a principal base da projetada reforma socialista. Por esse fato uma reforma socialista baseada no sistema das cooperativas abandona a luta contra o capital da produção, quer dizer, contra o setor fundamental da economia capitalista e contenta-se em dirigir os seus ataques contra o capital comercial, mais exatamente o pequeno e médio capital comercial. Só ataca os ramos secundários do tronco capitalista (Idem).

Os dois meios com que Bernstein pretendia realizar a reforma socialista, a saber, cooperativas e sindicatos, revelam-se totalmente incapazes de transformar o modo de produção capitalista. Bernstein tinha disso consciência mais ou menos clara, mas encarava-os como meios de reduzir o lucro capitalista e de enriquecer os operários, o que equivalia a **renunciar à luta contra o modo de produção capitalista e orientar o movimento socialista numa luta contra o modo de repartição capitalista**. O próprio Bernstein definiu por várias vezes o seu socialismo como uma tentativa para introduzir um modo de repartição "justa", "mais justa" (Idem) [*grifo nosso*].

Para Luxemburgo (1900), a superação do capitalismo passa necessariamente pela revolução socialista com a tomada do poder político pelo proletariado, conforme assinalado por Marx e Engels. Segundo ela, para “libertar o núcleo socialista da ganga capitalista, é preciso que o proletariado conquiste o poder político e que o sistema capitalista seja totalmente destruído”. Nessa busca pela emancipação humana, a autora acredita que o sistema cooperativista encaminha a luta não para o enfrentamento ao capitalismo, mas para o modo de repartição da riqueza.

[...] Antes de Marx e independentemente dele, houve um movimento operário e diversos sistemas socialistas; cada um a seu modo e segundo as condições da época, traduziram no plano teórico as aspirações de emancipação da classe operária. Todas as componentes da doutrina de Bernstein se encontram em sistemas anteriores ao marxismo: um socialismo fundamentado em noções morais de justiça, a luta dirigida mais contra o modo de repartição da riqueza do que contra o modo de produção, uma concepção de antagonismos de classe reduzidos ao antagonismo entre ricos e pobres; a vontade de enxertar na economia marxista o sistema do "cooperativismo". Ora, em seu tempo, eram teorias autênticas da luta de classes proletária, foram o alfabeto histórico onde o proletariado aprendeu a ler (Idem).

Assim como Luxemburgo, Trotsky (1906) também confronta a idéia de que as cooperativas constituam uma via para o socialismo, ou mais do que isso, como propõe Rozkov – teórico a quem o autor se contrapõe na referida obra – que o domínio da produção cooperativa constitua uma condição prévia para a realização do socialismo. Para Trotsky, o grande desenvolvimento econômico alcançado pelo capitalismo impõe a produção cooperada na sociedade em geral, porém uma cooperação pautada pela lógica capitalista, tendo no trabalho assalariado a sua base. Para o socialismo ser construído a partir da criação de cooperativas, essas teriam que assumir a direção do desenvolvimento industrial e isso só seria possível se fossem expropriadas todas as empresas capitalistas.

[...] Las cooperativas no pueden llegar a la cabeza del desarrollo industrial, no porque el desarrollo económico todavía no haya progresado suficientemente, sino porque lo ha hecho *demasiado*. El desarrollo económico prepara, indudablemente, el terreno para la producción cooperativa, pero ¿para cuál?: para la cooperación *capitalista* sobre la base del trabajo asalariado; cualquier fábrica nos puede servir como muestra de tal cooperación capitalista. Con el desarrollo técnico aumenta también la importancia de esta cooperación. Pero, ¿Cómo podría permitir la evolución del capitalismo que las empresas cooperativas lleguen a la cabeza de la industria? ¿En qué basa Rozkov sus esperanzas de que las cooperativas desplacen a los cárteles y a los trusts y se coloquen a la cabeza del desarrollo industrial? Está claro que, en este caso, las cooperativas tendrían que expropiar automáticamente a todas las empresas capitalistas, después de lo cual sólo quedaría reducir la jornada laboral hasta el punto en que todos los ciudadanos tuviesen trabajo, regulando el volumen de producción de las diferentes ramas para evitar las crisis. De esta forma estaría construido, en sus rasgos fundamentales, el socialismo. De nuevo aparece claro que no hay ninguna necesidad de la revolución o de la dictadura del proletariado (TROTSKY, 1906).

Ademais, ao explicitar as incongruências e inviabilidade dessa forma de construção do socialismo através do linear avanço da produção cooperativista, o autor põe também – assim como Marx, Engels e Luxemburgo – a revolução socialista como via essencial para a superação do modo capitalista de produção, deixando em evidência que as cooperativas de produção não podem substituir a direção política do proletariado na construção do socialismo:

[...] Nosotros mismos nunca hemos encontrado un socialista que creyera en un irresistible progreso tan simple de la concentración de la producción y de la proletarización de las masas populares, creyendo, al mismo tiempo, en el papel dirigente de las cooperativas de producción antes de la revolución proletaria. Unir estas dos condiciones es mucho más difícil en el ámbito del desarrollo económico que meramente en la cabeza de uno mismo, aunque incluso esto último nos pareció siempre casi imposible (Idem).

Sinalizadas as limitações que inviabilizam a tese das cooperativas como estratégia capaz de minar o sistema capitalista e de se estabelecer como alternativa a esse, e elencadas algumas das condições necessárias para que esse tipo de organização do trabalho se constitua como estratégia de enfrentamento – e não de substituição – ao capitalismo, partir-se-á para a análise acerca do movimento cooperativista no contexto atual de desenvolvimento do sistema produtor de mercadorias, buscando apreender as determinações e características do vigente processo de expansão das cooperativas, bem como que função social essas organizações vêm desempenhando atualmente.

1.4.2 O processo de expansão do cooperativismo frente à crise estrutural do capital: qual(is) a(s) função(ões) social atual das cooperativas?

Segundo Singer (2002), após vivenciar um período de expansão posterior a sua origem, o cooperativismo experimentou uma fase de declínio. Conforme o movimento operário conquistava direitos para os assalariados – avanço que se acentuou e generalizou após a Segunda Guerra Mundial – crescia o desinteresse pelas cooperativas, em parte ocasionado pelo fato dos sindicatos assumirem uma postura defensiva e de luta pela manutenção dos empregos e pela ampliação dos direitos trabalhistas conquistados, em detrimento da crítica à alienação provocada pelo assalariamento no capitalismo e, conseqüentemente, da busca por uma alternativa emancipatória.

Esta mudança foi sem dúvida uma das causas do crescente desinteresse pela economia solidária e pela tolerância do assalariamento nas cooperativas [...]. Em termos quantitativos, o movimento cooperativista nunca deixou de se expandir em plano mundial, mas qualitativamente é provável que a sua degeneração tenha se acentuado. Surgiu uma classe operária que se acostumou ao pleno emprego (que vigorou nos países centrais entre as décadas de 1940 e 1970) e se acomodou no assalariamento (Ibidem, p.110).

Compreende-se, entretanto, conforme já sinalizado no tópico anterior, que a atuação sindical é defensiva. Os sindicatos buscam defender os trabalhadores da usurpação incessante do capitalista, “manter o salário num patamar que possa garantir a reprodução da força de trabalho, bem como uma jornada de trabalho menos extenuante. Por atuarem dentro da lógica do assalariamento, suas limitações surgem mesmo daí” (COIMBRA et al, 2010, p.01).

Pensando o sindicato nessa perspectiva da defesa de direitos, fica claro o porquê da postura defensiva do movimento sindical no período destacado por Singer (2002), pois frente às dificuldades para garantir os direitos trabalhistas dentro das cooperativas, prevalecia no mercado de trabalho (no período de 1940-1970) o pleno emprego, e a problemática do trabalho desregulamentado não constituía, portanto, algo generalizado.

Além disso, cabe ressaltar que a incorporação do cooperativismo pelos sindicatos ocorre posteriormente ao advento desse tipo de empreendimento, como ressalta o próprio autor quando analisa a origem das cooperativas (ver nota de rodapé nº6). Nesse sentido, fica pressuposto que o surgimento de cooperativas não está atrelado de forma direta e exclusiva à iniciativa de sindicatos.

A retomada do cooperativismo desencadeia-se, conforme já sinalizado no tópico anterior, no contexto da crise estrutural do capital. É no cenário marcado pelo desemprego estrutural, desregulamentação dos direitos sociais e precariedade das relações de trabalho que ocorre, segundo Tiriba (2001), a expansão das atividades e experiências de economia popular¹⁰, setor que de acordo com Razeto (*Apud* Tiriba, 2001, 116) é composto basicamente por cinco tipos de atividades e empreendimentos:

- Soluções assistenciais (mendicância nas ruas, beneficência pública ou privada etc);
- Atividades ilegais ou envolvendo pequenos delitos (pequenos pontos de venda de drogas, prostituição, pequenos roubos ou outras atividades consideradas ilícitas ou que não atendam as normas sociais e culturais);
- Iniciativas individuais informais (comércio ambulante, prestação de serviços etc, muitas vezes ocorrendo de forma articulada ao comércio formal);
- Microempresas e pequenos escritórios e negócios de caráter familiar, individual ou de dois ou três sócios (pequenos comércios de bairro, oficinas de costura etc, sendo geralmente dirigidos pelos próprios proprietários, com a colaboração da família);
- Organizações econômicas populares – OEPs. Pequenos grupos organizados para buscar, associativa e solidariamente, formas de enfrentamento dos seus problemas econômicos, sociais e culturais mais imediatos, surgindo, geralmente, de paróquias, comunidades, sindicatos, partidos políticos e outras organizações populares.

A expansão das atividades e experiências de economia popular não está ligada exclusivamente a ação dos setores populares. Tiriba (2001) observa que nos países periféricos, as políticas sociais para o desenvolvimento das iniciativas populares têm sido propostas por diferentes agentes de interesses distintos – governos, partidos políticos, empresariado, organismos internacionais, Organizações Não Governamentais (ONGs), sindicatos, associações, movimentos sociais, Igreja –, o que implica propostas de diferentes perspectivas político-ideológicas:

¹⁰Segundo Tiriba (2001) existe uma grande diversidade de conceitos e denominações utilizadas para fazer referência ao setor que engloba as experiências econômicas desenvolvidas pelos setores populares, sendo que essa variedade de termos está diretamente ligada às diferentes perspectivas políticas e enfoques teóricos, e a diversidade das práticas econômicas desenvolvidas: [...] *além de economia informal, subterrânea, invisível, submersa, surgem novos termos, como economia popular, economia solidária, economia de solidariedade e trabalho, socioeconomia solidária e cooperativismo popular. É importante enfatizar que, sob a mesma denominação de “economia popular” ou “economia solidária”, diferentes enfoques e propostas têm sido sugeridos por analistas de diversas correntes de pensamento, desde experiências cristãs até de instituições não-governamentais e governamentais (nacionais e internacionais)* (Ibidem, p.104).

[...] a complexidade da economia popular não está dada somente pela diversidade de atividades com que se apresenta, mas também pela complexidade do emaranhado de interesses que orientam cada um de seus agentes e a sua totalidade. Para desnudar os pontos de interseção e confrontação entre as alternativas de trabalho empreendidas pelos setores populares e o projeto econômico neoliberal (e/ou empresarial-modernizante), é necessário considerar o atual tecido dos movimentos sociais, aprofundando a análise concernente ao fato de que, **se, de um lado, os trabalhadores criam instâncias para sua organização como trabalhadores “autônomos” ou como produtores associados, de outro, o governo, os empresários e seus agentes de apoio também estimulam o autoemprego, o cooperativismo e outras formas associativas nas quais os trabalhadores se tornem os proprietários e gestores de seu “próprio negócio”** (Ibidem, p.137) [*grifo nosso*].

Tratando especificamente dos órgãos internacionais, a referida autora ressalta que esses têm incentivado o processo de expansão do cooperativismo nos países periféricos como estratégia de engajamento da sociedade nos projetos de desenvolvimento, visando atenuar as desigualdades sociais produzidas pelo aprofundamento do processo de exploração capitalista e, assim, amenizar as pressões sobre o Estado, neutralizando os conflitos que possam ameaçar a governabilidade do sistema:

[...] Com o apoio técnico (e financeiro) de instituições públicas e privadas e levados a cabo por cooperantes, peritos e voluntários, as denominadas “ajuda”, “assistência” ou “cooperação” internacional ao desenvolvimento têm contribuído para escamotear e, em certa medida, atenuar as desigualdades sociais. Com a crise econômica agudizada pelos fatores de dependência, os países “em via de desenvolvimento” convertem-se em exportadores de capital para os países “desenvolvidos”; submetem-se aos planos de ajuste estrutural do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial como condição de obter novos créditos e outras formas de “ajuda”. (Ibidem, p.100-101).

Para Oliveira (2006), a intervenção de instituições diversas junto aos empreendimentos autogestionários pode contribuir para fortalecer o combate à subalternidade no empreendimento, mas também pode, contrariamente, produzir uma condição de subalternidade deste em relação à instituição fomentadora:

A decisão quanto à formação de um *empreendimento* coletivo é fruto da imponderabilidade (o *vir a ser*) e da objetividade das necessidades materiais. Esse é o espaço em que atuam as entidades de apoio e fomento, na condição de agentes externos necessários; nelas há melhores condições para a reflexão crítica, gradativamente amadurecida, e para o acionamento de competências técnicas e de instrumentos pedagógicos a serem utilizados na direção da negação da subalternidade. Por outro lado, a ação de agentes externos no processo de expansão da *economia solidária*, dependendo da natureza desta

intervenção, pode introduzir novas relações de dependência e transferir para eles a subalternidade combatida (Ibidem, p.263).

Lima (2004) faz considerações semelhantes às de Tiriba (2001) ao analisar o processo de expansão das cooperativas. Para o autor, enquanto em sua origem histórica as cooperativas surgem atreladas ao movimento operário como possibilidade autogestionária e de democracia no trabalho, no atual processo de expansão – expresso na multiplicação de cooperativas de trabalho e de produção¹¹ –, o cooperativismo é impulsionado também por outros agentes com perspectivas ideológicas e interesses distintos, o que possibilita distinguir de forma mais geral¹², dois grupos de cooperativas: as “pragmáticas” e as “defensivas”.

O autor busca estabelecer essa classificação pautando-se pelos objetivos que norteiam a implantação das cooperativas. Porém, entende-se que para além do objetivo que fundamentou a criação de uma cooperativa, é a sua dinâmica de funcionamento – adesão aos princípios que fundamentam o cooperativismo, o grau de efetivação da autogestão, ou seja, o controle coletivo dos meios de produção, do processo produtivo e do produto do trabalho – que possibilita definir a função social que ela desempenha.

As “cooperativas pragmáticas”, também denominadas de falsas, pseudocooperativas ou cooperatos, são cooperativas organizadas com o objetivo de terceirizar atividades de empresas, reduzindo os custos da produção em decorrência da desvinculação da empresa com as obrigações sociais dos trabalhadores cooperados. São geralmente organizadas pelas empresas contratantes, ou ainda, integram programas estatais de geração de renda. Nelas não existe a preocupação com democracia no trabalho ou autonomia do trabalhador, estando, portanto, em absoluta desvinculação dos princípios cooperativistas (LIMA, 2004).

Uma variação das “cooperativas pragmáticas” são as “*Endowed Co-operatives*”. Propostas por proprietários de empresas (as motivações são diversas, indo desde idéias

¹¹ Lima (2008) ressalta que a distinção entre “cooperativas de trabalho” e “cooperativas de produção” está em que nas primeiras, as qualificações/habilidades individuais são utilizadas na prestação de serviços (médicos, taxistas etc), não implicando necessariamente, em trabalho coletivo, sendo que nas “cooperativas de produção” o caráter fabril presente, implica que o processo de trabalho seja dependente do trabalho coletivo. Entretanto, o autor ressalta que a utilização dos termos é imprecisa e que o emprego de “cooperativas de trabalho” é comumente utilizado para definir os empreendimentos autogestionários, ou seja, nos quais os trabalhadores gerenciam coletivamente a própria força de trabalho.

¹² O autor faz menção às “cooperativistas alternativas” que parecem não se enquadrar no grupo das “cooperativas pragmáticas”, assim como também não, no grupo das “cooperativas defensivas”. Segundo Lima (2004, p.49), essas cooperativas “[...] resultam de movimentos contraculturais dos anos de 1960 e 1970, e seus membros são oriundos de classe média, bem educada, com ideais democráticos, voltados mais a necessidades sociais do que aos lucros. São predominantes nos países capitalistas avançados e são, na maioria das vezes, editoras, livrarias, lojas de comida e/ou produtos naturais, de informática, escolas de línguas e similares. Geralmente, organizam-se em pequenos negócios com as dificuldades de sobrevivência inerentes a esse tipo de empreendimento”.

socialistas cristãs até mesmo solução para crises gerenciais, sendo os problemas financeiros a motivação mais comum), são empresas autogestionárias, nas quais os trabalhadores participam do controle acionário, que, entretanto, permanece nas mãos dos proprietários. As alterações na organização do trabalho são mínimas e os processos democráticos raramente existem, evidenciando a permanência da hierarquia anterior (Idem).

As “cooperativas defensivas” são formadas a partir de movimentos de trabalhadores para manter os empregos frente ao fechamento ou falência de fábricas e empresas, ou a partir de programas governamentais de geração de renda para populações pobres sendo, nesse caso, também denominadas de “cooperativas de geração de renda” ou “cooperativas populares”. Entre os agentes que apóiam esses empreendimentos estão também os sindicatos, as ONGs e instituições da sociedade civil. Essas cooperativas enquadram-se, segundo o referido autor “na proposta de “economia solidária”, na qual os valores da autogestão dos trabalhadores, o combate ao desemprego e o desenvolvimento sustentável são norteadores” (Ibidem, p.46).

Tiriba (2001) assinala que a expansão das experiências de economia popular compreende um processo, fundamentalmente, de busca pela garantia da sobrevivência e não a construção de uma alternativa ao capital. Mais que isso, a autora destaca que a forma de inserção desses empreendimentos dentro da totalidade do sistema capitalista, sinaliza uma readequação da dinâmica de dominação do capital sobre o trabalho, pois, conforme explicitado anteriormente, essa “estratégia dos trabalhadores” já vem sendo devidamente incorporada pelo capital.

[...] o crescimento e incremento desses novos empreendimentos de caráter individual ou coletivo não representa, necessariamente, uma resposta da sociedade civil contra os mecanismos capitalistas de exclusão social, **tampouco aí se produz uma economia alternativa ao capital.** Verdadeiramente, a realidade que se configura tanto nos países periféricos, como também nos países centrais, não reflete “uma crise geral do sistema, no sentido de sua transformação profunda, mas [trata-se] de uma readequação da dinâmica de dominação e de exploração sobre o trabalho e sobre a periferia” (Ibidem, p.144-145) [*grifo nosso*].

Ao afirmar que no marco do capitalismo a produção associada é mesmo limitada, a autora fala sobre as dificuldades para os grupos se consolidarem economicamente e afirma que existem obstáculos econômicos, políticos, culturais e ideológicos para a construção e difusão de um mercado alternativo à lógica capitalista. Outro limite às iniciativas de produção associada refere-se, segundo a autora, ao fato de que “a maioria dos trabalhadores, ao se fazer cargo dos meios de produção, não se encontra suficientemente “preparada” técnica e politicamente para enfrentar o novo lugar que passa a ocupar no processo produtivo” (Ibidem,

p.205). Entre outros limites, estão também a falta de recursos financeiros que põem muitos empreendimentos em situação de penúria; falta de tecnologias que propiciem o aumento da produtividade do trabalho e que o facilitem.

Contudo, apesar de todos os obstáculos que inviabilizam os empreendimentos autogestionários como alternativa ao capitalismo, a autora assinala que as possibilidades da produção associada residem no *embrião de uma nova cultura do trabalho*¹³ que ela traz em si. Para Tiriba (2001), esses espaços de trabalho fundamentados na autogestão, no controle coletivo dos meios de produção e pautados pela lógica da “reprodução ampliada da vida”, propiciam aos trabalhadores e a sociedade uma escola na qual se poderá descobrir uma nova maneira de fazer e conceber as relações econômicas:

[...] O que percebemos nesta pesquisa é só um grão de areia imerso na complexidade do tecido das relações sociais e, portanto, com graus diferenciados do que se poderia chamar de embrião de uma nova cultura: uma divisão menos rígida do trabalho e de hierarquias, sem os mecanismos de exploração do trabalho, da apropriação e expropriação do saber. No contexto contraditório em que se produzem as OEPs, as pessoas dão-se conta da existência de outra forma de produzir: menos violenta, menos hierárquica, mais humanizada. Isso é o embrião de uma nova cultura do trabalho. [...] *a potencialidade da economia popular radica-se no fato de que ela pode constituir-se em um amplo processo prático-educativo, em uma escola que deve ser vivida, não apenas para atenuar os problemas do desemprego, senão também para que os trabalhadores e a sociedade descubram ser possível uma nova maneira de fazer e conceber as relações econômicas e sociais tanto no âmbito do lugar de trabalho, quanto no âmbito de toda a sociedade* (Ibidem, p.373-374).

Fundamentada nas proposições marxistas, a autora assinala que a construção do socialismo depende da disputa pelo poder do Estado e “virá pela organização dos trabalhadores” (Ibidem, p.371). Apesar da crise enfrentada pelos organismos da classe trabalhadora, ela ressalta que “mais do que nunca é necessário o fortalecimento dos movimentos populares (partidos políticos, sindicatos, associações de moradores...)” e afirma que dentro desse processo os trabalhadores associados poderão contribuir para uma mudança de postura frente ao mundo:

¹³ “Concebemos a cultura do trabalho como um conjunto de práticas, valores e conhecimentos que se materializam no processo de trabalho propriamente dito, conjunto esse que se plasma não só nas relações de mercado, como também nas relações de convivência internas e externas ao empreendimento. Do ponto de vista político e ideológico, os pressupostos que nos sinalizam os marcos fundamentais de uma cultura do trabalho de novo tipo seriam relações de produção caracterizadas pela perspectiva de valor de uso e não de troca, pelas quais o trabalhador recupera o sentimento de produtor e sujeito-criador de si mesmo e da história e nas quais tendem a ser diluídas a propriedade individual dos meios de produção e a hierarquia assegurada pelos que “sabem”. Uma nova cultura teria como requisitos a desmercantilização da força de trabalho e um processo de desalienação do trabalhador quanto ao produto, ao processo e a si mesmo como trabalhador” (Ibidem, p.343).

[...] Frente à crise do emprego, além da alternativa ao desemprego, a produção associada é instância de produção de novas concepções de trabalho, de vida e de mundo. Se, de um lado, isoladamente, os trabalhadores associados não conseguem mudar o mundo, de outro, como parte integrante dos movimentos populares, os processos produtivos cuja lógica é a hegemonia do trabalho sobre o capital podem permitir a mudança de postura de seus integrantes frente ao mundo (Ibidem, p.375).

Outro pesquisador das iniciativas de produção associada na contemporaneidade é Oliveira (2006). Para ele, a economia solidária constitui um contraponto econômico e sociocultural à lógica capitalista, pois se fundamenta na autogestão e na cooperação solidária, sendo a sua produção voltada para atender os interesses dos produtores e não para responder a necessidade de valorização do capital. Por ser um contraponto é que o autor sinaliza a economia solidária como uma *transição* dentro do processo mais amplo de *transição contraditória* que acompanha o desenvolvimento do capital.

As organizações que compõem a *economia solidária*, os grupos de produtores e de produtoras, embora nasçam das entranhas do sistema capitalista de produção, procuram organizar-se “fora” de suas matrizes constitutivas. Efetivamente, são conduzidas por produtores-associados e têm por finalidade a satisfação integral (individuais e sociais) das pessoas; são orientadas, principalmente, pelo valor-de-uso, embora ainda não possam desvencilhar-se do *valor-de-troca*. Conforme a argumentação aqui desenvolvida, fazem parte de um *processo de transição* direcionado para relações de produção *autogestionárias* e *solidárias*. A *autogestão* (participação efetiva e controle coletivo dos meios de produção) e a *cooperação solidária* (esforços e recursos mobilizados para o benefício comum) são os fundamentos integradores que diferenciam essas organizações da racionalidade formal e hierárquica contida no despotismo das relações sociais que radicam na produção do *capital* (Ibidem, p.231-232).

Contudo, o autor assinala que embora o processo de produção nos empreendimentos econômicos solidários paute-se por uma lógica distinta da capitalista, eles não podem, nas condições atuais, propiciar o enfrentamento ao capital. Isso porque os produtos produzidos inserem-se ainda no âmbito da troca capitalista, o que força os empreendimentos a submeterem-se à lógica da concorrência, atendendo às exigências de rentabilidade e competitividade impostas pelo mercado – conforme já assinalado por Luxemburgo (1900), como vimos anteriormente.

Os *empreendimentos econômicos solidários*, portanto, não podem propiciar um enfrentamento ao *capital*, como desejariam muitos – pois esse desejo se queda diante da racionalidade prevalecente – embora em seus âmbitos se desenvolvam relações sociais que chamam a atenção para a importância de

conjurar a subordinação e a expropriação inerentes à produção capitalista de *mercadorias*. De um lado, a *racionalidade socioeconômica solidária* possibilita um escape da condição de *mercadoria* para *força-de-trabalho*, “resolvendo” uma questão que é própria da distribuição. Por outro, contudo, o produto de quem é o detentor das condições objetivas de suas atividades – os produtores-associados, mesmo que ainda não livremente associados – terá que passar pelo crivo da “grande circulação” de *mercadorias*, pelo crivo do “tempo de trabalho socialmente necessário”, para que se realize como *valor-de-troca*, ou seja, como *dinheiro* (Ibidem, p.262).

No tocante a superação do capital, para o autor, com a crescente eliminação do trabalhador assalariado no interior do processo produtivo, “fica abalada ou mesmo comprometida a tese de que o proletariado é o sujeito histórico da superação do capitalismo, conforme a promessa do Marxismo tradicional” (Ibidem, p.226). Assim como Tiriba (2001), ele também ressalta a importância da articulação dos movimentos sociais, afirmando que a confluência da diversidade dos movimentos locais e nacionais, e a articulação dos diálogos internacionais contestatórios serão fundamentais para *a construção de outra hegemonia e para a reabsorção da sociedade política na sociedade civil*.

[...] Concretamente, trata-se da batalha por uma hegemonia cultural que tenha os seres humanos e o ambiente natural como centro e finalidade objetiva das atividades produtivas, e não a acumulação de riqueza abstrata materializada no *dinheiro*. Por isso, essa não é uma tarefa para iluminados, nem poderá ser resolvida pela particularidade dos muitos movimentos sociais. Pela sua grandiosidade, o enfrentamento da racionalidade prevalecente sugere a necessidade da convergência das várias lutas – em escala mundial – as sindicais e aquelas que compõem a diversidade dos demais movimentos sociais, de modo que se voltem para contestar radicalmente, em termos teóricos e práticos, a sociabilidade coerciva que envolve todos os indivíduos. Parece então que, do ponto de vista estratégico, torna-se fundamental que cada luta específica exercite uma crítica que possibilite contextualizar seu lugar, suas possibilidades e limites, na teia aprisionadora do metabolismo social do sistema do *capital* (Ibidem, p.231).

Dentro desse processo, a “contribuição da *economia solidária* para a aludida superação dependerá de sua efetiva inter-relação com outras questões de movimentos sociais que assumiram e assumirem uma feição contestatória da ordem socioeconômica prevalecente” (Ibidem, p.292). No mais, essa contribuição possivelmente residirá na crítica ao modo de produção e de vida da sociedade capitalista:

A *economia solidária* encerra uma pedagogia com a qual podem se desenvolver ideais de emancipação, no sentido da administração direta da vida em suas diversas manifestações, fundamentados no *controle coletivo dos meios de produção* e na *autogestão* das atividades. No contexto dessa pedagogia, produtores-associados podem ensaiar possibilidades

socioeconômicas, políticas e culturais de convivência humana sem discriminações e sem agressões à natureza. Trata-se de ensaios que podem estender-se como uma crítica social ao modo de produção e de vida desta sociedade, e como forma de ultrapassar o fosso aberto entre o indivíduo limitado e empobrecido e o conhecimento (alienado) historicamente acumulado (Ibidem, p.271).

Sinalizadas as limitações que inviabilizam que as cooperativas constituam uma estratégia capaz de minar o sistema capitalista e de se estabelecer como alternativa a esse, as possibilidades desses empreendimentos tornarem-se instrumento de confrontação ao sistema capitalista, e elencados os traços gerais do atual processo de expansão do cooperativismo, faz-se necessário analisar a sua particularidade no contexto da realidade brasileira, realizando primeiramente um breve resgate histórico da origem das cooperativas no país, passando então, para a abordagem dos aspectos que dão forma a atual expansão desses empreendimentos.

2 O processo de expansão do cooperativismo no Brasil: a construção de uma alternativa de enfrentamento ao capital ou uma alternativa ao desemprego?

As cooperativas – conforme visto no capítulo anterior – apresentam limitações que as inviabiliza de constituir-se como uma estratégia capaz de minar o sistema capitalista e de se estabelecer como alternativa a esse. Mais que isso, o atual processo de expansão dessas experiências autogestionárias – desencadeado com a crise estrutural do capital, no cenário marcado pelo desemprego estrutural, desregulamentação dos direitos sociais e precariedade das relações de trabalho – sinaliza não só para um processo, fundamentalmente, de busca pela garantia da sobrevivência. Fomentado por diferentes agentes de interesses distintos, a sua forma de inserção dentro da totalidade do sistema capitalista sinaliza também para uma readequação da dinâmica de dominação do capital sobre o trabalho, tendo em vista que essa “estratégia dos trabalhadores” já vem sendo devidamente incorporada pelo capital.

Contudo, apesar de todos os obstáculos que inviabilizam os empreendimentos autogestionários como alternativa ao capitalismo, esses espaços de trabalho fundamentados na autogestão, no controle coletivo dos meios de produção e pautados pela lógica da “reprodução ampliada da vida”, propiciam aos trabalhadores e a sociedade uma escola na qual se poderá descobrir uma nova maneira de fazer e conceber as relações econômicas. Ou seja, para além da importância imediata como alternativa de trabalho para a numerosa parcela da classe trabalhadora que sofre as consequências do desemprego estrutural, esses empreendimentos podem constituir um espaço para formação da consciência de classe desses trabalhadores.

Elencados os traços gerais do atual processo de expansão do cooperativismo passa-se a análise da particularidade desse processo no Brasil. Primeiramente, realiza-se um breve resgate histórico da origem das cooperativas no país, passando então, para a análise do contexto histórico no qual é desencadeada a atual expansão dos empreendimentos autogestionários, tomando por base, entre outros recursos, dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), sobre o mercado de trabalho brasileiro no período de 1990 a 2002. Ainda nesse primeiro momento, se analisa aspectos da expansão dos empreendimentos com base nos dados da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) e do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), e confronta-se as informações obtidas com as teses sobre o cooperativismo trabalhadas no capítulo anterior.

Em seguida, discute-se sobre as tendências do processo de expansão das cooperativas no Brasil – criação de “cooperativas defensivas” e de “cooperativas pragmáticas” –, buscando explicitar os agentes que as fomentam, como se originam e os interesses a elas relacionados. Ainda nesse tópico, são analisadas as intervenções dos diferentes agentes que impulsionam a criação de experiências autogestionárias no Brasil, dando destaque à atuação da CUT.

Finalizando este capítulo, analisa-se os traços gerais do processo de construção da economia solidária como política pública de trabalho no Governo Lula da Silva, delineando – através, entre outros recursos, dos dados estatísticos do IBGE e do Ipea referentes ao mercado de trabalho e a indicadores sociais no período de 2003 a 2010 – o contexto social e político em que esse fenômeno ocorre, os agentes e interesses que permeiam a nova política e as implicações para a classe trabalhadora. Descreve-se ainda, o programa, as ações e os recursos relacionados à referida política pública.

2.1 Da origem do cooperativismo no Brasil à sua retomada no cenário neoliberal: delineando alguns traços da expansão

No Brasil, o cooperativismo surgiu no século XIX, trazido pelos imigrantes europeus, tomando principalmente a forma de cooperativas de consumo nas cidades e de cooperativas agrícolas no campo (SINGER, 2002).

De acordo com os dados apresentados pela Cooperativa de Trabalho dos Profissionais da Educação do Estado de São Paulo (COOPESP)¹⁴, a história do cooperativismo no Brasil tem início em 1847 quando o médico Francês Jean Maurice Faivre fundou com um grupo de imigrantes franceses, nos sertões do Paraná, a colônia Tereza Cristina que, dada a sua organização em bases cooperativas, serviu de referência para as experiências futuras de cooperativismo no Brasil, apesar de sua breve existência.

Igualmente como no cooperativismo internacional, no Brasil as primeiras cooperativas foram as de consumo, então estimuladas por funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários com o intuito de atender às suas necessidades. A primeira experiência que se tem registro trata-se da cooperativa de consumo *Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto*, no Estado de Minas Gerais, no ano de 1889 (GAWLAK; RATZKE, 2004, p.79).

¹⁴ Informações encontradas no site www.coopesp.org.br (acesso realizado em janeiro de 2010).

O movimento que surge e se espalha em Minas Gerais, termina por se expandir para Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul com a ascensão de novas experiências de cooperativas em outros ramos da economia. Em 1902 surgem as cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul, por iniciativa do padre suíço Theodor Amstadt e a partir de 1906 foram organizadas, por produtores agropecuários, as primeiras cooperativas agropecuárias em Minas Gerais e no Sul do Brasil, principalmente junto às comunidades de origem alemã, holandesa, italiana, polonesa e japonesa (Ibidem, p.79).

De acordo com as informações disponibilizadas pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)¹⁵, o interesse estatal pelo cooperativismo ganha forma na época do regime militar brasileiro. Nesse período o governo percebe no setor o apoio necessário a implantação de sua política econômica baseada no desenvolvimento do capitalismo agroindustrial, pois era a agricultura o ramo econômico no qual se situava a grande força do cooperativismo. Entretanto, as entidades representativas do cooperativismo na época – a Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOOP) e a União Nacional das Associações Cooperativas (UNASCO) – apresentavam fortes divergências, ameaçando a necessária consolidação do movimento cooperativista e, conseqüentemente, os interesses do Estado.

Após o então Ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima, ter solicitado em 1967 a unificação do movimento ao secretário de Agricultura do Estado de São Paulo, Sr. Antonio José Rodrigues Filho, também uma liderança cooperativista, tem-se a consolidação do movimento cooperativista brasileiro em 02 de dezembro de 1969 com a criação da OCB, durante o IV Congresso Brasileiro de Cooperativismo realizado em Belo Horizonte.

Registrada em cartório em 08 de junho de 1970, a OCB formaliza sua existência enquanto única entidade representativa e defensora dos interesses do cooperativismo brasileiro em âmbito nacional. A luta da instituição pela conquista de amparo legal para o sistema cooperativista ganha traços definidos com a promulgação da Lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971 que disciplinou a criação de cooperativas, possibilitando a OCB promover a organização das entidades estaduais representativas, buscando dar uniformidade ao movimento de expansão das cooperativas, ao enquadrá-las num modelo empresarial que permitisse sua expansão econômica e adequação às exigências do desenvolvimento capitalista:

Art. 105. A representação do sistema cooperativista nacional cabe à Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, sociedade civil, com sede na Capital Federal, órgão técnico-consultivo do Governo, estruturada nos

¹⁵ O site da OCB é: www.brasilcooperativo.coop.br (acesso realizado em janeiro de 2010).

termos desta Lei, sem finalidade lucrativa [...]. § 1º A Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, será constituída de entidades, uma para cada Estado, Território e Distrito Federal, criadas com as mesmas características da organização nacional. [...] Art. 107. As cooperativas são obrigadas, para seu funcionamento, a registrar-se na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores. (LEI Nº 5.764/71).

Entretanto, a referida lei restringiu a autonomia dos associados, pois nela estava prevista uma grande interferência estatal no movimento cooperativista por meio da fiscalização, controle e fomento através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e do Conselho Nacional de Cooperativismo (CNC) (Site da OCB).

Gawlak e Turra (2003) ressaltam que em 1987 houve uma mobilização do movimento cooperativista brasileiro, em que por meio de consultas foram elaboradas propostas para efetivar uma maior participação dos associados e uma diminuição da interferência estatal, tendo sido essas propostas analisadas e aprovadas durante a realização do X Congresso Brasileiro de Cooperativismo em março de 1988.

A reivindicação foi em seguida apresentada pelas lideranças cooperativistas à Assembléia Nacional Constituinte e inserida na Constituição da República Federativa do Brasil, em outubro de 1988, no Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos – art. 5º, item XVIII, que define que “A criação de associações e, na forma da Lei, a de cooperativas, independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”. Foi, portanto, com a promulgação da Constituição de 1988 que se superou a interferência, o controle direto do Estado nas associações, dando início à autogestão do cooperativismo.

Embora não se tenha encontrado nas obras analisadas nenhuma referência sobre a existência de relação entre esse movimento pela autonomia no cooperativismo e seu processo de expansão no Brasil a partir da década de 1990, é plausível pensar que essa pressão das lideranças cooperativistas para superar a intervenção estatal, esteja ligada a necessidade de facilitar a criação de cooperativas, pois o contexto social passa a ser favorável a expansão desse tipo de empreendimento como estratégia para a geração de trabalho e renda no país.

Segundo Lima (2008) no Brasil, a onda atual de expansão de cooperativas tem início com o Governo Collor em 1990, pois é nesse período que o país aprofunda sua inserção subordinada no processo de mundialização do capital através, entre outras medidas, da abertura do mercado aos investimentos estrangeiros, da adoção de políticas neoliberais e da

reestruturação produtiva de fábricas e empresas, o que acarretou, entre outras coisas, a elevação do desemprego, conforme será explicitado adiante.

Teixeira (1999) assinala que no contexto de transformações e de ruptura, marcado pela crise do modelo de acumulação fordista e pela ascensão do processo de mundialização do capital, tem-se o acirramento da competitividade econômica e uma tendência mundial de imitação das técnicas japonesas de gestão da produção, a partir das décadas de 1970-80. O processo de mundialização do capital e logo, das economias nacionais não é, entretanto, de acordo com o referido autor, determinado unicamente pelo movimento interno do capital pela busca de oportunidades para manter e/ou elevar o processo de valorização do valor. Para ele, o processo de mundialização das economias tem também uma base política:

[...] ele é também produto de um projeto político articulado pelas economias centrais. Noutras palavras, a mundialização não é um fenômeno exclusivamente objetivo; isto é, uma força externa que se impôs à sociedade, independentemente da vontade dos partidos políticos e da vontade dos governos. Ao contrário disso, trata-se de um fenômeno produzido (Ibidem, p.11).

No Brasil, a tendência de imitação das técnicas japonesas de gestão da produção na indústria tem início na década de 1970. Entretanto, é somente na década de 1990 que se produz um contexto social mais favorável a esse processo, em virtude da quebra da resistência da classe trabalhadora, expressa pela mudança na forma da CUT de se relacionar com o mundo institucional, passando de uma relação conflitante para o que Teixeira (1999) lembra que se convencionou chamar de “cutismo propositivo”.

Na base dessa mudança na atuação da CUT, estão cinco fatores: 1) no plano político, tem-se a participação da referida instituição e do Partido dos Trabalhadores (PT), no processo eleitoral, iniciando uma nova era nas negociações entre capital e trabalho; 2) a explosão do desemprego provocado pela recessão econômica imposta pelo Governo Collor; 3) o processo de privatização das empresas estatais que enfraqueceu a base de resistência do sindicalismo de resistência aberta; 4) a adversidade para propagação do ideário socialista com a derrocada dos regimes do Leste Europeu e da União Soviética; 5) o surgimento da Força Sindical, impondo uma nova dinâmica concorrencial no cenário sindical brasileiro (Idem).

O contexto favorável para a reestruturação no âmbito da produção não era, contudo, a única mudança necessária, era preciso reestruturar toda a economia. Teixeira (Idem) ressalta que foram os governos de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso que criaram as condições reais de integração do Brasil no processo de mundialização do capital, ao implementarem “uma política de reformas econômicas, que tem como eixo central (1) a

privatização e desregulamentação da economia, (2) a liberação comercial e a (3) reestruturação da administração pública” (Ibidem, p. 17-18).

Lima (2008) aponta que a abertura da economia brasileira aos investimentos estrangeiros acarretou um acirramento da competitividade no mercado, implicando o fechamento de numerosas fábricas, o deslocamento espacial de unidades produtivas para locais com mão de obra barata e controle fácil sobre o trabalho (sem atividade sindical), e a expansão dos processos de flexibilização (terceirização da produção e flexibilização das relações de trabalho), como estratégias para redução dos custos de produção. Corroboram essas afirmações, os dados apresentados por Tiriba (2001, p.18):

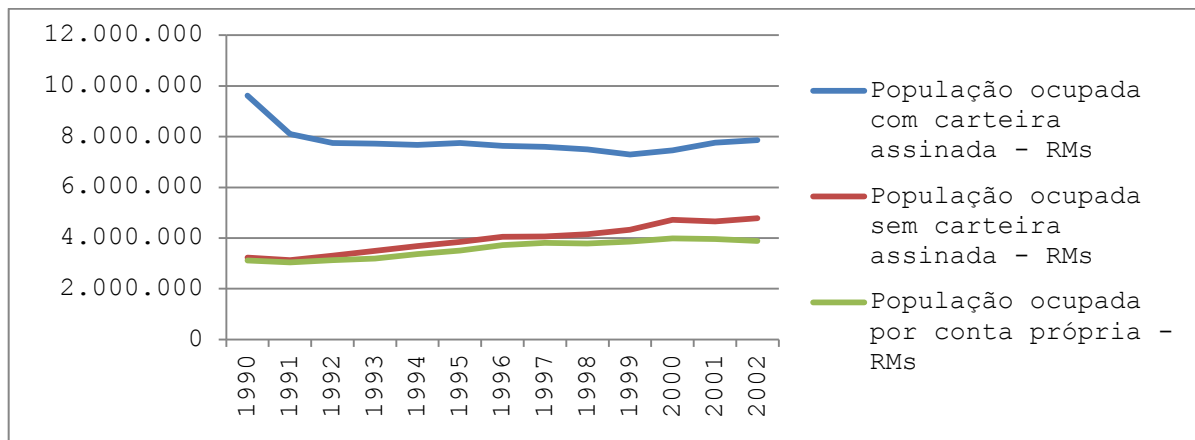
[...] De acordo com os dados de 1990, mais da metade da PEA brasileira (cerca de 35 milhões de pessoas) já trabalhava em iniciativas econômicas com até dez trabalhadores, o que também nos fala diretamente do ocorrido no período 1950-1980, de **uma reestruturação produtiva que tem sido marcada pela tendência de um modelo de desenvolvimento já não mais centrado na “grande indústria”, mas em pequenas unidades controladas por uma “empresa-mãe”** [grifo nosso].

Os dados do IBGE e do IPEA sobre o mercado de trabalho nas seis principais regiões metropolitanas (RMs)¹⁶ a partir de 1990¹⁷, ilustram bem as transformações ocorridas no Brasil após a sua adequação ao ideário neoliberal. Ao mesmo tempo em que ocorre redução da população ocupada na indústria de transformação, passando de 4.050.518 trabalhadores em 1990 para 2.790.213 em 2002, e no número de trabalhadores com carteira assinada, que cai de 9.612.611 em 1990 para 7.867.807 em 2002, aumenta o *número* de trabalhadores ocupados sem carteira assinada, de 3.223.714 em 1990 para 4.775.899 em 2002, e daqueles ocupados por conta própria, que passam de 3.116.157 em 1990 para 3.883.000 em 2002:

¹⁶ Regiões metropolitanas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

¹⁷ Foram obtidos dados referentes ao período de 1990 a 2010. Contudo, para a apresentação e a análise desses dados pensou-se numa segmentação das informações, tomando por base a própria divisão do presente capítulo, no qual se discute primeiramente a fase de expansão do cooperativismo a partir de 1990 e por último, a construção da política pública de economia solidária no Governo Lula a partir de 2003. Nesse sentido, os gráficos e tabelas encontram-se dispostos da seguinte forma: ao longo do tópico 2.1 são analisados os dados referentes ao período de 1990 a 2002; e no tópico 2.3 constam os dados relacionados ao período de 2003 a 2010.

GRÁFICO 1
EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO OCUPACIONAL DOS TRABALHADORES NAS RMs –
1990 A 2002¹⁸



Fonte: Ipea

O que os dados revelam é um crescimento da taxa de informalidade a partir de 1990. No IPEA são oferecidas três diferentes definições do grau de informalidade com base nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE. Aqui se utilizará o *Grau de informalidade – definição I*, que se refere à taxa correspondente ao resultado da seguinte divisão: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria). Ou seja, de acordo com a divisão proposta, encontrar-se-á dentro do total da população ocupada, o total de trabalhadores informais (trabalhadores ocupados sem carteira, somados aos que trabalham por conta própria):

TABELA 1¹⁹
EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIDADE I NO BRASIL - 1992 A 2002

DATA	GRAU DE INFORMALIDADE (%)
1992	54,3
1993	55,0
1994	—
1995	55,2
1996	54,9
1997	55,2
1998	55,6
1999	56,2
2000	—
2001	55,1
2002	55,3

Fonte: IPEA

¹⁸ Os gráficos apresentados neste trabalho foram elaborados a partir dos dados obtidos no site do Ipea: www.ipeadata.gov.br (acesso realizado em julho de 2011).

¹⁹ Algumas tabelas elaboradas a partir das informações disponibilizadas pelo IPEA apresentam dados descontínuos porque assim consta no site da própria instituição.

As taxas de informalidade acima corroboram as colocações de Tiriba (2001) – apresentadas na página anterior – de que na década de 1990 mais da metade da população economicamente ativa no Brasil encontrava-se ocupada em atividades informais. O crescimento da informalidade é apontado por diversos autores como uma consequência da elevação do desemprego no período. Enquanto em 1992 tinham-se 4.747.770 pessoas desocupadas no país, em 1997 já eram 6.057.895 de pessoas e em 2002 esse número salta para 8.077.640. Os dados do IPEA apontam para um crescimento, no geral, da taxa de desemprego no período que vai de 1992 a 2002:

TABELA 2
TAXA DE DESEMPREGO²⁰ NO BRASIL E ÁREAS METROPOLITANAS –
1992 A 2002

DATA	TAXA DE DESEMPREGO	TAXA DE DESEMPREGO – ÁREAS METROPOLITANAS
1992	7,2	9,7
1993	6,8	9,5
1994	–	–
1995	6,7	8,3
1996	7,6	9,8
1997	8,5	11,6
1998	9,7	13,6
1999	10,4	14,4
2000	–	–
2001	10,0	13,0
2002	9,9	13,5

Fonte: IPEA

Além da taxa de desemprego e de informalidade, as taxas de pobreza e de extrema pobreza também constituem dados importantes para configurar a realidade vivenciada pelos trabalhadores brasileiros no período. Embora os dados revelem uma redução nos percentuais de pobreza e de extrema pobreza a partir de 1995, essa evolução não é suficiente para amenizar a gravidade do quadro social brasileiro, pois se forem somadas as taxas referentes ao ano de 1995, por exemplo, constatar-se-á que 50,27% da população encontrava-se em situação de pobreza ou extrema pobreza. Ou mesmo em 2002, quando as taxas apresentam-se como sendo as menores do período, ver-se-á que somadas tem-se 48,39% da população em condições de pobreza:

²⁰ Segundo a definição do IPEA, a *Taxa de desemprego* refere ao percentual das pessoas que procuraram, mas não encontraram ocupação profissional remunerada entre todas aquelas consideradas ativas no mercado de trabalho, grupo que inclui todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade que estavam procurando ocupação ou trabalhando na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad/IBGE).

TABELA 3
TAXA DE POBREZA E DE EXTREMA POBREZA²¹ NO BRASIL – 1990 A 2002

DATA	TAXA DE POBREZA	TAXA DE EXTREMA POBREZA
1990	41,92	19,95
1991	–	–
1992	42,09	19,97
1993	42,98	20,27
1994	–	–
1995	35,08	15,19
1996	34,73	15,63
1997	35,18	15,58
1998	33,97	14,52
1999	35,26	15,03
2000	–	–
2001	35,17	15,28
2002	34,40	13,99

Fonte: IPEA

Os dados do IPEA indicam ainda a quantidade de pessoas nas condições de pobreza e de extrema pobreza no período que vai de 1990 a 2002. No caso da pobreza, apesar dos dados sinalizarem uma redução da taxa de pobreza, conforme visto na tabela anterior, a quantidade de pessoas pobres não reduz, mas contraditoriamente, sofre um aumento, pois passa de 58,12 milhões de pessoas pobres em 1990 para 58,22 milhões em 2002. Já a quantidade de pessoas extremamente pobres cai de 27,66 milhões de pessoas em 1990 para 23,67 milhões em 2002. E cabe aqui novamente ressaltar que mesmo diante de uma redução os dados permanecem gritantes, pois somando os número referentes a 2002 ver-se-á que 81,89 milhões de pessoas naquele ano vivenciaram condições de pobreza ou de extrema pobreza, o que corresponde a quase metade da população brasileira, que em 2002 compreendia 174.736,628 de pessoas:

²¹ Segundo a definição do IPEA, a taxa de pobreza corresponde ao percentual de pessoas na população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza que corresponde ao dobro da linha de extrema pobreza. Já a taxa de extrema pobreza corresponde ao percentual de pessoas da população total com renda domiciliar per capita inferior à linha de indigência (ou miséria, ou extrema pobreza). Os cálculos do IPEA e IBGE têm a metodologia de adotar para o estabelecimento de linhas de pobreza uma cesta mínima de consumo (calorias mínimas que um indivíduo necessita para ter uma vida produtiva, algo em torno de 2000 a 2500 calorias por dia) por região. Após estabelecer a cesta mínima compara-se o valor monetário dessa cesta de alimentos com a renda domiciliar *per capita* (LOUREIRO; SULIANO, 2009).

TABELA 4
NÚMERO DE PESSOAS POBRES E EXTREMAMENTE POBRES NO BRASIL –
1990 A 2002

DATA	NÚMERO DE PESSOAS POBRES (MILHÕES)	NÚMERO DE PESSOAS EXTREMAMENTE POBRES (MILHÕES)
1990	58,12	27,66
1991	–	–
1992	58,91	27,95
1993	60,94	28,74
1994	–	–
1995	51,78	22,43
1996	51,80	23,32
1997	53,45	23,68
1998	52,07	22,26
1999	56,18	23,95
2000	–	–
2001	58,49	25,41
2002	58,22	23,67

Fonte: IPEA

É, portanto, nesse contexto de elevação do desemprego, de flexibilização e precariedade das relações de trabalho, e acentuação da pobreza que ocorre a expansão das atividades e experiências de economia popular no Brasil, dentre as quais estão as Organizações econômicas populares – OEPs²², sendo as cooperativas uma das formas de OEPs que vão apresentar um significativo crescimento após 1990.

Conforme sinalizam os dados²³ da OCB, de 1990 a 2008 a evolução do número de cooperativas apresentou uma variação de 207%. No número de associados esse percentual ficou mais acima em 282%, enquanto a evolução no número de empregados (os dados estão disponíveis apenas para o período que vai de 1994 a 2008) ficou em torno de 212%. Em 2009 e 2010 o número de cooperativas sofreu uma redução, possivelmente em consequência da crise econômica desencadeada em 2008. Entretanto, essa redução não implicou uma retração do número de associados e empregados. Conforme os dados da OCB existem atualmente no Brasil um total de 6.652 cooperativas, englobando 9.016.527 associados e 298.182 empregados (Tabela 5):

²² De acordo com a definição já exposta no tópico 1.4.2 do Capítulo I, as OEPs constituem pequenos grupos organizados para buscar, associativa e solidariamente, formas de enfrentamento dos seus problemas econômicos, sociais e culturais mais imediatos, surgindo, geralmente, de paróquias, comunidades, sindicatos, partidos políticos e outras organizações populares.

²³ As tabelas apresentadas foram construídas com os dados disponíveis no site da OCB, no endereço: www.brasilcooperativo.coop.br/site/servicos/biblioteca.asp

TABELA 5
DADOS DO COOPERATIVISMO NO BRASIL – 1990 A 2010

ANO	NÚMERO DE COOPERATIVAS	NÚMERO DE ASSOCIADOS (MILHÕES)	NÚMERO DE EMPREGADOS (MILHARES)
1990	3.440	2,8	—
1991	3.529	3,2	—
1992	3.548	2,9	—
1993	3.608	2,8	—
1994	3.701	2,9	120
1995	3.928	3,5	116
1996	4.316	3,6	117
1997	4.851	4,0	111
1998	5.102	4,4	151
1999	5.652	5,0	167
2000	6.084	4,6	169
2001	7.026	4,7	175
2002	7.549	5,2	171
2003	7.355	5,7	182
2004	7.136	6,1	195
2005	7.518	6,7	200
2006	7.603	7,3	218
2007	7.672	7,6	251
2008	7.682	7,9	255
2009	7.261	8,3	274
2010	6.652	9,0	298

Fonte: OCB

A queda no número de cooperativas em 2010 ocorreu, de acordo com os dados da OCB, em 10 dos 13 ramos de atividades²⁴ (tabela 6). Pelo segundo ano consecutivo, o ramo que apresentou maior queda foi o de *trabalho*, com a extinção de 338 cooperativas em 2009 e

²⁴ As atividades econômicas que compõem o cooperativismo brasileiro estão organizadas em 13 ramos, definidos pela OCB como sendo: 1) Agropecuário - cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca que se caracterizam pelos serviços prestados aos associados, como recebimento ou comercialização da produção conjunta, armazenamento e industrialização; 2) Consumo - cooperativas dedicadas à compra em comum de artigos de consumo para seus associados; 3) Crédito - cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos de seus cooperados; 4) Educacional - cooperativas de profissionais em educação, de alunos, de pais de alunos, de empreendedores educacionais e de atividades afins, cujo papel é ser mantenedora da escola; 5) Especial - cooperativas de pessoas que precisam ser tuteladas (menores de idade ou relativamente incapazes) ou as que se encontram em situação de desvantagem nos termos da Lei 9.867 tendo como atividade econômica mais comum a produção artesanal de peças de madeira, roupas ou artes plásticas; 6) Habitacional - cooperativas destinadas à construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais para seu quadro social; 7) Infraestrutura - atende direta e prioritariamente o próprio quadro social com serviços de infraestrutura; 8) Mineral - cooperativas com a finalidade de pesquisar, extrair, lavar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais; 9) Produção - cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e produtos; 10) Saúde - cooperativas que se dedicam à preservação e promoção da saúde humana em seus variados aspectos; 11) Trabalho - cooperativas constituídas por categorias profissionais (professores, engenheiros, jornalistas e outros), que visam proporcionar fontes de ocupação aos seus associados, por meio da prestação de serviços a terceiros; 12) Transporte - cooperativas que atuam no transporte de cargas e/ou passageiros; 13) Turismo e lazer - cooperativas prestadoras de serviços turísticos, artísticos, de entretenimento, de esportes e de hotelaria.

de 384 em 2010. Em segundo lugar na queda do número de cooperativas em 2010 vem o ramo de *transporte* que apresentou a redução de 85 cooperativas, seguido do ramo agropecuário com o total de 67 cooperativas extintas. Apenas os ramos *mineral*, *produção* e *turismo* apresentaram crescimento em 2010, porém pequeno, pois foram criadas apenas 05, 09 e 02 novas cooperativas respectivamente:

TABELA 6
COOPERATIVAS POR RAMO – 2006 A 2010

RAMO	2006	2007	2008	2009	2010
Agropecuário	1.549	1.544	1611	1615	1.548
Consumo	156	141	138	128	123
Crédito	1.102	1.148	1113	1100	1.064
Educacional	327	337	327	304	302
Especial	12	12	15	15	12
Habitacional	371	381	340	253	242
Infraestrutura	161	147	148	154	141
Mineral	45	40	53	58	63
Produção	200	208	215	226	235
Saúde	888	919	894	871	852
Trabalho	1.874	1.826	1746	1408	1.024
Transporte	896	945	1060	1100	1.015
Turismo	22	24	22	29	31
Totais	7.603	7.672	7.682	7.261	6.652

Fonte: OCB

Os dados sobre o cooperativismo no Brasil estão, aparentemente, distantes de retratar com fidelidade a realidade, pois, os dados da OCB e OCEs retratam apenas as cooperativas cadastradas nesses órgãos, escapando, por exemplo, as empresas autogestionárias associadas à Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária – ANTEAG, assim como os dados contidos no Atlas da Economia Solidária²⁵ do Governo Federal datam do ano de 2007 não englobando, portanto, a totalidade de empreendimentos populares (cooperativas, associações, grupos informais) espalhados pelo Brasil.

De acordo com o Atlas da Economia Solidária, existem no Brasil um total de 21.859 empreendimentos econômicos solidários, sendo que desse total: 2.115 são cooperativas, 11.326 são associações e 7.978 são grupos informais²⁶. Contudo, esses dados não refletem

²⁵ O Atlas da Economia Solidária encontra-se disponível no endereço: www.mte.gov.br/sistemas/atlases.

²⁶ De acordo com as definições disponíveis no Manual do Usuário do Atlas da Economia Solidária (2009, p.25), *Grupo Informal* são os EES que não possuem nenhum tipo de registro legal ou formalização junto a órgãos públicos municipais, estaduais ou federais. *Associação* são os EES que são registrados (formalizados) com a natureza jurídica de associação. E *Cooperativa* os EES que são registrados com a natureza jurídica de cooperativa: sociedade de pessoas que se obrigam, através da celebração de contratos de sociedades cooperativas, a contribuir, com bens e serviços, para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, podendo ter por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade.

com fidedignidade a natureza econômica dos empreendimentos. Do ponto de vista da legislação a *associação* tem por finalidade a organização de pessoas para desenvolver diferentes atividades de cunho cultural, político, esportivo, social, entre outros, mas sem fim econômico. Ao passo que a *cooperativa* é uma associação de pessoas que têm eminentemente um objetivo econômico, e os *grupos informais* recebem essa denominação e não a de cooperativas, tão somente porque, apesar de desenvolverem atividade econômica não estão formalizados.

Nesse sentido, é possível pensar que os 21.859 sejam na verdade cooperativas apenas não reconhecidas formalmente enquanto tal. Conforme ressalta o próprio Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES, do Governo Federal, Fábio José Bechara Sanchez²⁷, hoje se tem no Brasil vários grupos econômicos formalizados como associações em vez de se formalizarem como cooperativa, “por causa das dificuldades de se criar uma cooperativa, principalmente as dificuldades de registro e do número mínimo [de cooperados] exigido [por lei]”. Enquanto a associação pode ser registrada em cartório com duas pessoas ou mais, a cooperativa tem que ser registrada numa junta comercial e exige que o grupo tenha no mínimo 20 membros para isso. O referido Secretário ainda alerta:

Se, por um lado, isto traz algumas dificuldades na hora de comercializarem seus produtos e serviços ou adquirirem crédito, por outro conseguem desenvolver melhor suas atividades, por ser mais fácil fazer o registro e por não possuírem tantas exigências, como o número mínimo de 20 pessoas. A constituição de associações traz algumas conseqüências. Por exemplo, uma associação não pode emitir nota fiscal, enquanto a cooperativa, por ser uma entidade com o objetivo econômico, pode. Outro exemplo: uma associação não pode renumerar sua direção por suas atividades na associação; a cooperativa pode.

Da mesma forma que os dados da OCB, os dados do Atlas da Economia Solidária também sinalizam uma expansão do cooperativismo – definido no referido sistema de informação como Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) – após o ano de 1990 (Tabela 7). Em todos os períodos elencados no Atlas, a Região Nordeste respondeu pela criação do maior número de EES, mas foi no intervalo de 1991-2000 que foram criados a maior quantidade de EES na região, um total de 4.158 empreendimentos. Foi também nesse intervalo que foram criadas a maior quantidade de EES na Região Norte, no total 1.184 empreendimentos. Já nas demais regiões, o período de maior crescimento foi de 2001-2007,

²⁷ Entrevista disponível no Portal Comunidades, no seguinte endereço eletrônico: <http://www.comunidadescoep.org.br/WebSite/Web/GestaoConteudo/Conteudo/exibirConteudo.aspx?gintChave=1205>

quando foram criados na Região Sudeste, Sul e Centro-Oeste, um total de 2.434 EES, 1.860 EES e 1.123 EES, respectivamente.

TABELA 7
NÚMERO DE EES ESTRUTURADOS EM CLASSE DE ANOS²⁸

CLASSE DE ANOS	NÚMERO DE EES CRIADOS
1900 até 1950	65
1951 até 1970	139
1971 até 1980	264
1981 até 1990	1.903
1991 até 2000	8.554
2001 até 2007	10.653
Não Informou	281
Total	21.859

Fonte: MTE

A grande maioria dos EES cadastrados no Atlas da Economia Solidária, em torno de 44% do total, está concentrada na Região Nordeste do Brasil (Tabela 8). Entretanto, o Estado do Rio Grande do Sul aparece como o que detém o maior número de EES, seguido pelo o Estado do Ceará (Tabela 9):

TABELA 8
EES POR REGIÃO - 2007

REGIÃO	QUANTIDADE
Região Norte	2.656
Região Nordeste	9.498
Região Sudeste	3.912
Região Sul	3.583
Região Centro-Oeste	2.210
Total	21.859

Fonte: MTE

TABELA 9
EES POR UF - 2007

UF	Quantidade
Acre	543
Alagoas	284
Amazonas	461
Amapá	157
Bahia	1.611
Ceará	1.854
Distrito Federal	386

²⁸ Algumas das tabelas com base no Atlas da Economia Solidária foram construídas a partir das informações encontradas no referido sistema, outras foram apenas transcritas da mesma forma que estão disponíveis no site. Essa tabela sobre o número de EES estruturados em classe de anos, por exemplo, foi uma construção própria, elaborada a partir dos dados contidos no Atlas.

Espírito Santo	520
Goiás	737
Maranhão	793
Minas Gerais	1.236
Mato Grosso do Sul	340
Mato Grosso	747
Pará	574
Paraíba	670
Pernambuco	1.526
Piauí	1.472
Paraná	808
Rio de Janeiro	1.343
Rio Grande do Norte	817
Rondônia	293
Roraima	126
Rio Grande do Sul	2.085
Santa Catarina	690
Sergipe	471
São Paulo	813
Tocantins	502
Total	21.859

Fonte: MTE

Tiriba (2001) afirma enfaticamente que essa expansão compreende um processo, fundamentalmente, de busca dos trabalhadores pela garantia de sobrevivência e não, necessariamente, uma resposta da classe trabalhadora contra os mecanismos capitalistas de exclusão social, tampouco constitui a construção de economia alternativa ao capital, conforme já ressaltado no Capítulo 1. Para ela, a organização dos desempregados em empreendimentos autônomos direcionados para a produção simples de mercadoria é vista como uma importante alternativa ao desemprego estrutural, e não apenas pelos trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho, mas também pelos governos, conforme será explicitado melhor adiante:

Diferentemente da acumulação capitalista, tendente a contrair o volume de emprego, a acumulação autônoma rege-se pela oferta de trabalho, daí que, neste momento com a crise do emprego, a produção simples de mercadoria vem sendo considerada pelos governos (e trabalhadores) como um meio importante para absorver, produtivamente, o grande número de excluídos do mercado de trabalho assalariado (Ibidem, p.143).

Alguns dados importantes acerca não só dos EES, mas também do quadro social brasileiro podem contribuir para corroborar essas afirmações da autora, também defendidas pelo presente trabalho. Um primeiro dado que pode fortalecer a afirmativa de que a criação de EES está relacionada fundamentalmente com a busca dos trabalhadores pela sobrevivência,

propõe uma reflexão sobre a relação entre a expansão dos empreendimentos e o quadro de pobreza e extrema pobreza.

O que os dados revelam é que a maioria dos EES situa-se na Região Nordeste (Tabela 8), justamente a região apontada nos Resultados Preliminares do Censo Demográfico 2010, como sendo a que ainda mais sofre com a miséria. De acordo com os dados do IBGE, das 16,27 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema no Brasil, mais da metade (59,1%) – 9,61 milhões de pessoas – reside nos Estados do Nordeste²⁹ (ver o anexo 1).

Fato é que há uma relação entre a criação desses empreendimentos no Nordeste, como alternativa ao desemprego, como estratégia para combate à extrema pobreza – essa discussão será aprofundada no tópico 2.3, no qual se discutirá, entre outros pontos, a intervenção do Governo Federal no combate a pobreza por meio do estímulo a criação de EES –, o que não implica dizer que o surgimento dos EES esteja atrelado única e exclusivamente à iniciativa dos próprios trabalhadores, mas sim, que sofre também à intervenção, por vezes decisiva, de outros agentes, conforme se constatará adiante.

Os próprios trabalhadores dos empreendimentos sinalizam que *enfrentar o desemprego* é o principal motivo para a criação dos EES³⁰. *Trabalhar associado*, ou seja, fazer parte de um EES por ter como motivação principal a vontade de vivenciar a autogestão do trabalho aparece apenas como penúltimo motivo, o que nos indica que a expansão dos empreendimentos autogeridos está realmente associada mais à necessidade imposta pelo desemprego estrutural e menos à consciência de optar pela experiência de autogerir o próprio trabalho:

²⁹ Dados contidos na Nota do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, de 02 de maio de 2011, intitulada: “*O perfil da Extrema Pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010*”.

³⁰ De acordo com o Manual do Usuário do Atlas da Economia Solidária (2009, p.26), as definições para os motivos listados são: 1) alternativa ao desemprego - número de EES cujo principal motivo para criação foi criar uma alternativa de trabalho para os associados que estavam desempregados ou com dificuldade de acesso ao emprego assalariado; 2) obter maior ganho - número de EES cujo principal motivo para criação foi a perspectiva ou a intenção de obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo; 3) complementar a renda - número de EES cujo principal motivo para criação foi desenvolver coletivamente uma atividade econômica para complementar a renda das pessoas participantes ou associadas; 4) acesso a financiamentos - número de EES cujo principal motivo para criação foi o incentivo ou a exigência de terceiros (atores externos) para que as pessoas participantes ou associadas pudessem obter acesso a apoio, projeto, financiamento; 5) trabalho associado - número de EES cujo principal motivo para criação foi a vontade explícita dos(as) participantes em assumir a autogestão na organização do trabalho ou de não quererem ser assalariados(as) ou trabalhadores(as) subordinados(as) em empresas privadas; 6) recuperação de empresa - número de EES cujo principal motivo para criação foi a opção dos participantes pela recuperação em regime de autogestão de uma empresa que faliu ou estava em situação falimentar, evitando o seu fechamento e a perda dos postos de trabalho.

TABELA 10
MOTIVO PRINCIPAL PARA CRIAÇÃO DO EES - 2007

MOTIVO PRINCIPAL	QUANTIDADE DE EES
Alternativa ao desemprego	6.746
Obter maior ganho	3.339
Complementar a renda	3.060
Acesso a financiamentos	2.870
Trabalho associado	1.571
Recuperação de empresas	89

Fonte: MTE

A outra afirmação de Tiriba (2001), de que a expansão dos EES ou organizações econômicas populares (OEPs) tampouco constitui a construção de economia alternativa ao capital – perspectiva que, conforme exposto no capítulo anterior, foi defendida no passado por Marx, Engels, Luxemburgo e Trotsky – fundamenta-se no fato de que a forma de inserção desses empreendimentos dentro da totalidade do sistema capitalista demonstra uma readequação da dinâmica de dominação do capital sobre o trabalho, pois, segundo a autora, essa “estratégia dos trabalhadores” já vem sendo devidamente incorporada pelo capital. Além disso, ela aponta que diversos obstáculos econômicos, políticos, culturais e ideológicos – também visto no primeiro capítulo deste trabalho – terminam por limitar a produção associada no marco do capitalismo³¹.

Acredita-se aqui que alguns dados fortalecem a idéia de que no contexto atual a economia solidária não constitui uma economia alternativa ao capital. Um primeiro dado interessante refere-se às atividades econômicas desenvolvidas nos empreendimentos. Tanto os dados da OCB (Tabela 6) quanto os do Atlas da Economia Solidária (Tabela 11) mostram que a maioria das atividades corresponde à prestação de serviços e produção artesanal, e que a maioria dos empreendimentos dedicam-se a esses tipos de atividades econômicas, destacando-se: a produção agropecuária, extrativismo e pesca³²; a produção de artefatos artesanais; e a prestação de serviços diversos. A produção industrial aparece em ambas às fontes dos dados, na 8ª posição, com exceção da produção têxtil e confecção que de acordo com os dados do Atlas se coloca em 4º lugar em número de empreendimentos:

³¹ Para aprofundar o estudo a cerca das características da organização humana e técnica das experiências de autogestão ver a obra: VIEITEZ, Candido Giraldez; DAL RI, Neusa Maria. *Trabalho associado: cooperativas e empresas de autogestão*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

³² Ainda de acordo com os dados do Atlas da Economia Solidária, a *produção agropecuária, extrativismo e pesca* constitui o principal segmento econômico nas Regiões Nordeste (5.118 EES), Norte (1.110 EES) e Centro-Oeste (732 EES). Já na Região Sudeste tem destaque a *produção de artefatos artesanais* (1.092 EES) e na Região Sul a *produção e serviços de alimentos e bebidas* (866 EES).

TABELA 11
EES POR SEGMENTO ECONÔMICO - 2007

SEGMENTO ECONÔMICO	QUANTIDADE DE EES
Prestação de serviços (diversos)	1.480
Produção agropecuária, extrativismo e pesca	8.593
Produção de artefatos artesanais	3.694
Produção de Fitoterápicos, Limpeza e Higiene	341
Produção e serviços de Alimentos e Bebidas	3.641
Produção e Serviços Diversos	336
Produção Industrial (diversos)	406
Produção mineral diversa	17
Produção Têxtil e Confecção	2.156
Serviços de Coleta e Reciclagem de Materiais	506
Serviços Relativos a Crédito e Finanças	235
Não especificado	454
Total	21.859

Fonte: MTE

O fato das cooperativas se limitarem a pequenos mercados locais voltados para produtos de primeira necessidade, ficando, portanto, fora de seu alcance os setores mais importantes da economia capitalista (a indústria mineira, metalúrgica, petrolífera, assim com as indústrias de construção de máquinas, de locomotivas e de navios, etc) já era analisado por Luxemburgo em 1900. Para ela a estratégia de mercados locais pode garantir a reprodução da cooperativa, mas inviabiliza suas possibilidades de se constituir como uma forma geral de produção alternativa à capitalista e logo, como estratégia de enfrentamento ao modo de produção do capital, conforme já abordado no Capítulo 1.

A referida autora esclarece ainda que a construção de um mercado consumidor próprio, cujo funcionamento esteja isento das leis que regem a concorrência capitalista e que possibilite às cooperativas garantir sua reprodução mantendo a produção socializada sem o direcionamento pela lógica da intensificação da exploração do trabalho, surge apenas com a criação de cooperativas de consumo.

De acordo com os dados da OCB (Tabela 6), as cooperativas de consumo representam, entretanto, uma parcela muito pequena do cooperativismo atual, apenas 123 empreendimentos do total de 6.652 cooperativas cadastradas em 2010. No caso dos EES englobados no Atlas da Economia Solidária, os dados também apontam que esse mercado próprio para as cooperativas está longe de ser consolidado no Brasil, pois apenas 9.992 EES, ou seja, menos da metade dos EES cadastrados (21.859 EES), atuam em Rede³³. Entre a maioria dos EES

³³ De acordo com o Manual do Usuário do Atlas da Economia Solidária (2009, p.26), o dado refere-se ao número de EES articulados, associados ou participantes de redes, tais como: centrais de associações, centrais de cooperativas, redes de produção, redes de comercialização etc. Essas redes podem ser formalizadas ou não.

prevalece à venda direta ao consumidor, seguido da entrega a revendedores. Apenas 277 EES declararam vender ou trocar seus produtos ou serviços com outros empreendimentos solidários (Tabela 12). E quando se trata da origem dos insumos ou matérias primas utilizadas, a grande maioria dos empreendimentos (11.081 EES) declararam adquirir de empresas privadas, e só apenas 707 EES declararam adquirirem de outros EES (Tabela 13):

TABELA 12
FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO - 2007

FORMA DE COMERCIALIZAÇÃO	QUANTIDADE DE EES
Venda direta ao consumidor	12.533
Entrega a revendedores	4.974
Venda a órgão governamental	432
Troca com outros empreendimentos solidários	88
Venda a outros empreendimentos solidários	189
Total	18.216

Fonte: MTE

TABELA 13
ORIGEM DOS INSUMOS³⁴ - 2007

ORIGEM DOS INSUMOS	QUANTIDADE DE EES
Empresa privada	11.081
Associados(as) do EES	3.950
Doação	1.838
Coleta	997
Outros EES	707
Total	18.573

Fonte: MTE

Luxemburgo (1900) ainda assinala que a lógica da criação de cooperativas de consumo como estratégia para garantir a realização de cooperativas de produção dentro do sistema capitalista, põe em evidencia que no sistema cooperativista as cooperativas de consumo teriam papel central em relação às cooperativas de produção, ou seja, pela via do cooperativismo a luta não seria travada contra o capital produtivo, setor fundamental da economia capitalista, mas contra o pequeno e o médio capital comercial. Não se combateria o modo de produção capitalista, mas a forma capitalista de repartição da riqueza ao criar

³⁴ De acordo com o Manual do Usuário do Atlas da Economia Solidária (2009, p.27), as definições para os tipos de origens dos insumos são: 1) Outros EES - número de EES que adquirem seus insumos ou matérias primas de outros Empreendimentos Econômicos Solidários; 2) Empresa privada - número de EES que adquirem seus insumos ou matérias primas de empresas privadas; 3) Associados(as) do EES - número de EES que adquirem seus insumos ou matérias primas dos seus próprios associados; 4) Doação - número de EES que recebem seus insumos ou matérias primas como doação; 5) Coleta - número de EES que coletam (extrativismo, coleta urbana de materiais recicláveis etc.) seus insumos ou matérias primas.

espaços nos quais os trabalhadores possam se apropriar de um percentual maior do que é produzido sem, entretanto, suprimir a lógica capitalista de produção na sociedade em geral.

Ao analisar os dados referentes aos rendimentos torna-se difícil até mesmo corroborar a idéia de que com as cooperativas os trabalhadores estejam conseguindo, no geral, se apropriar de um percentual maior da riqueza produzida, pois, apesar de nem todos os EES declararam o valor de seus faturamentos mensais, nota-se que dos 21.859 EES, a maioria, 17.676 EES apresentam faturamento de até R\$10.000 por mês (Tabela 14). E quando se trata da remuneração mensal dos trabalhadores, apesar de 12.220 EES declararem que conseguem remunerar seus associados, 8.166 EES afirmam que o valor mensal repassado para cada trabalhador não chega a ultrapassar 01 salário mínimo (Tabela 15):

TABELA 14

CLASSES DE FATURAMENTO MENSAL³⁵ - 2007

CLASSE DE FATURAMENTO MENSAL	QUANTIDADE DE EES
Sem faturamento	6.754
Até R\$ 1.000	3.465
De R\$ 1.001 a R\$ 5.000	5.370
De R\$ 5.001 a R\$ 10.000	2.087
De R\$ 10.001 a R\$ 50.000	2.880
De R\$ 50.001 a R\$ 100.000	548
Mais de R\$100.000	755
Total	21.859

Fonte: MTE

TABELA 15

CLASSE DE REMUNERAÇÃO MÉDIA MENSAL³⁶ - 2007

CLASSE DE REMUNERAÇÃO MÉDIA MENSAL	QUANTIDADE DE EES
0 Salário Mínimo	10.987
Até 1/2 Salário Mínimo	4.809
De 1/2 a 1 Salário Mínimo	3.357
De 1 a 2 Salários Mínimos	1.765
De 2 a 5 Salários Mínimos	763
5 Salários Mínimos ou mais	178
Total	21.859

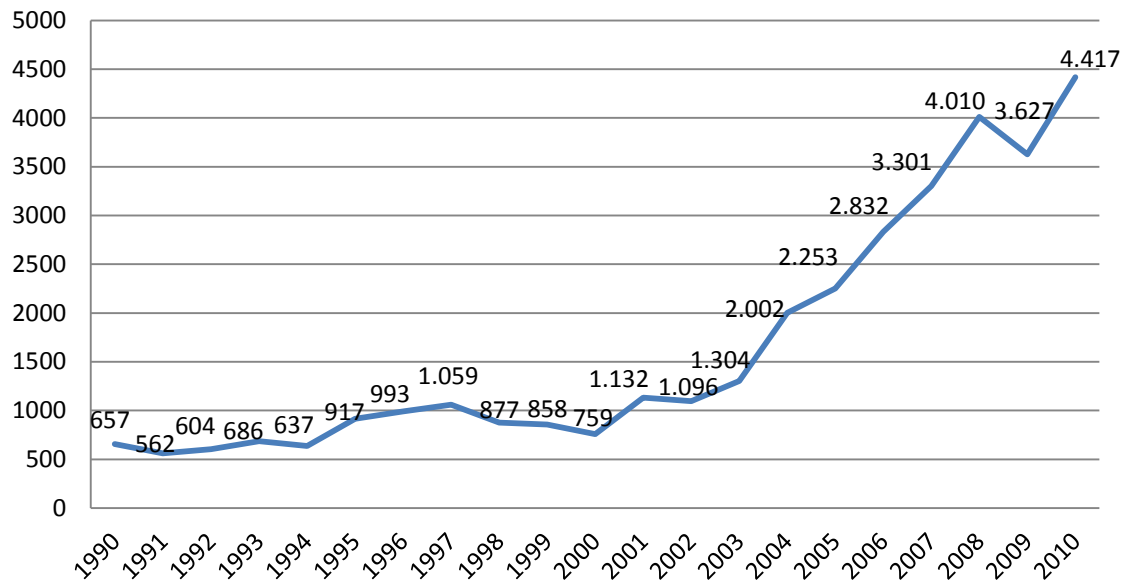
Fonte: MTE

³⁵ De acordo com o Manual do Usuário do Atlas da Economia Solidária (2009, p.26), as *Classes de Faturamento Mensal* referem-se ao número de EES que possuem faturamento médio mensal correspondente a uma ou mais classes ou faixas de faturamento apresentadas para seleção ou escolha. O faturamento corresponde ao valor mensal do total de produtos ou de serviços declarados pelo EES no SIES. Deve-se esclarecer que nem todos os EES registraram o valor dos respectivos produtos ou serviços.

³⁶ De acordo com o Manual do Usuário do Atlas da Economia Solidária (2009, p.29), as *Classes de remuneração* referem-se ao número de EES que remuneram os/as sócios/as que trabalham no empreendimento com valor médio mensal dentro de uma das faixas de salário mínimo (de 0 a mais de 5 Salários mínimos).

Já no caso das cooperativas integradas a OCB nas quais, conforme se verá adiante, se tem a produção de bens ou serviços orientada pela lógica empresarial, os dados de 2010 revelaram crescimento recorde das exportações, fechando o ano com US\$ 4,417 bilhões (Gráfico 2), o que representou um crescimento na ordem de 21,76% em relação ao ano anterior que, sofrendo as conseqüências da crise financeira internacional iniciada no final de 2008, contabilizou US\$ 3,63 bilhões. Contudo, não há dados da OCB sobre os rendimentos mensais dos trabalhadores das cooperativas associadas a esse órgão, não sendo possível constatar se o crescimento dos rendimentos das cooperativas se traduz no aumento dos rendimentos dos trabalhadores associados.

GRÁFICO 2
EVOLUÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DAS COOPERATIVAS (US\$ BILHÕES)



O crescimento das exportações “decorreu da profissionalização na gestão das cooperativas e ainda da recuperação do crescimento no período pós-crise” (SESCOOP, 2010, p.11). Sobre a recuperação fica explícito no Relatório de Gestão do Exercício de 2010 do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), que essa foi estimulada pelas medidas do governo para reduzir o impacto da crise internacional no país (tais como, políticas de estímulo ao crédito, redução de tributos e incentivo ao consumo). Contudo, não fica claro no referido documento o outro fator que contribuiu para recuperação do crescimento das exportações das cooperativas ligadas a OCB, a saber: a profissionalização na gestão das cooperativas. Será que essa profissionalização se traduz na contratação de profissionais para gerenciar/administrar as cooperativas no lugar do gerenciamento coletivo por partes dos trabalhadores associados?

Em síntese, tomando por base os argumentos elencados anteriormente neste tópico, posiciona-se aqui em concordância com a idéia de que os empreendimentos autogeridos pelos trabalhadores no contexto atual – sob a conceituação de economia solidária ou economia popular etc – não engendram uma economia alternativa, substitutiva ao modo capitalista de produção. Isso não implica afirmar que a perspectiva de enfrentamento ao capital não esteja presente subjetivamente em um ou mais empreendimentos autogestionários, especialmente naqueles fomentados por movimentos sociais, conforme se verá no tópico seguinte, e nem que a forma de produzir e de se relacionar em empreendimentos autogeridos não seja distinta da forma de realização do trabalho na empresa capitalista convencional.

Exceções certas a essas afirmações são as cooperativas fomentadas pelo empresariado. Criadas com o objetivo de reduzir custos de produção por meio da precarização do trabalho, não existe nelas o interesse em efetivar, entre outros aspectos, a autogestão do trabalho – essa questão será explicitada melhor no próximo tópico.

Apesar de reconhecer os limites que inviabilizam os empreendimentos autogeridos como alternativa ao capitalismo, reconhece-se neste trabalho que eles podem se tornar peças importantes na luta pela superação do capital. Primeiramente não é possível desconsiderar a importância imediata desses empreendimentos para a numerosa parcela da classe trabalhadora que sofre as conseqüências do desemprego estrutural, tendo em vista que em seu propósito mais geral essas organizações visam garantir a reprodução dos trabalhadores associados (MARX, 1864). E sem trabalhadores vivos, não é possível realizar a revolução.

Ademais, concorda-se aqui com Tiriba (2001) e Oliveira (2006) quanto à concepção de que os empreendimentos autogeridos propiciam aos trabalhadores e a sociedade uma escola na qual se poderá descobrir uma nova maneira de fazer e conceber as relações econômicas. Marx (1864) e Engels (2005) já destacavam a importância desses empreendimentos por mostrarem na prática que a produção independe do controle do capitalista sobre o trabalhador.

Em outras palavras, os empreendimentos autogestionários podem constituir um importante espaço para formação política dessa massa de trabalhadores que engloba. Contudo, afirma-se que podem e não que são de fato porque se defende aqui que a efetivação dessa condição dependerá, certamente, da realização de um trabalho de assessoramento nesse sentido, a ser concretizado pelos organismos de classe (MÉSZÁROS, 1993). Caso contrário, apesar da forma de organização do empreendimento autogestionário – fundamentada no controle coletivo dos meios de produção, dos processos de trabalho e da riqueza produzida – favorecer a formação de uma outra cultura do trabalho, os trabalhadores podem acabar

limitados ao imediatismo da luta cotidiana pela sobrevivência, permanecendo alheios à necessidade de fortalecer a luta da classe trabalhadora pela superação do capital.

Explicitada a posição defendida quanto às possibilidades dos empreendimentos autogestionários, resta por em evidência que, no tocante a sua função social no contexto atual brasileiro, concorda-se aqui com Tiriba (2001) e com Barbosa (2005) quanto à afirmação de que eles constituem, fundamentalmente, embora não apenas, uma estratégia para o enfrentamento ao desemprego estrutural, estratégia essa que vem sendo desenvolvida não só pelos próprios trabalhadores expulsos do mercado de trabalho formal, mas por distintos agentes, conforme analisado no tópico a seguir.

2.2 Os agentes fomentadores do cooperativismo no Brasil: que interesses permeiam a expansão dos empreendimentos autogestionários?

Apesar de compreender a expansão dos empreendimentos econômicos solidários ou populares como um processo fundamentalmente de busca pela garantia da sobrevivência, Tiriba (2001, p.105) destaca que eles não são apenas “o resultado da inspiração dos pobres para tentar sobreviver”. Como visto, para ela a forma de inserção dos empreendimentos dentro da totalidade do sistema capitalista, sinaliza uma readequação da dinâmica de dominação do capital sobre o trabalho, pois essa “estratégia dos trabalhadores” já vem sendo devidamente incorporada pelo capital:

Diferentemente das experiências históricas de produção associada [...], em que a propriedade dos meios de produção tinha como alvo a instauração de uma nova cultura do trabalho, o objetivo imediato das estratégias de sobrevivência é manter-se vivo, inventando formas criativas de ganhar o pão de cada dia. Frente à situação de extrema pobreza, as formas de “auto-emprego”, ou melhor dito, as formas de trabalho por conta própria, não significam necessariamente a autonomia do trabalhador. São formas de subemprego/subtrabalho, representativas de um novo estilo de submissão do trabalho ao capital (Ibidem, p.127)

Segundo a autora, no atual contexto brasileiro, as iniciativas populares não surgem como obra exclusiva dos trabalhadores, pois têm sido também propostas por diferentes agentes (ONGs, governos, partidos políticos, empresariado, organismos internacionais, sindicatos, associações, movimentos sociais, Igreja). Os dados do Atlas da Economia Solidária sobre as instituições que disponibilizam algum tipo de apoio aos EES corroboram essa afirmação e mostram que, em termos de quantidade de empreendimentos assessorados, o

governo aparece como o principal agente, seguido das ONGs e das instituições do empresariado que compõem o Sistema S. Os sindicatos aparecem somente em quarto lugar:

TABELA 16
FORNECEDOR DE APOIO, ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA AOS EES³⁷ - 2007

FORNECEDOR DE APOIO, ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA	QUANTIDADE DE EES
Órgão Governamental	8.915
Organização Não-Governamental	5.097
Movimento Sindical	2.534
Sistema S	4.466
Universidade	1.201
Outros	663

Fonte: MTE

Em decorrência das diferenças de perspectivas ideológicas e também de interesses entre os agentes fomentadores, tem-se que o movimento de expansão dos empreendimentos econômicos solidários ou populares apresenta, de acordo com Lima (2004), duas tendências gerais: a de criação de “cooperativas pragmáticas” e de “cooperativas defensivas”.

As “cooperativas pragmáticas” têm sido fomentadas pelo empresariado brasileiro como forma de flexibilização da força de trabalho para redução dos custos. As empresas estimulam os trabalhadores a criar cooperativas para terceirizar parte da produção. Segundo Lima (2009, p. 120), nesses casos, “sindicatos foram contatados e passaram a intermediar a formação de cooperativas no processo de terceirização, como, por exemplo, nas indústrias de calçados do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul”. O autor sinaliza que isso tem acontecido com empresas elétricas, telefônicas, bancos e indústrias (LIMA, 2004).

Organizando a produção em pequenas unidades, terceirizando os serviços, diminuindo custos de mão-de-obra, as grandes empresas estimularam os “novos-operários” a criar co-indústrias, pseudo-autônomas, que favoreçam a constituição de redes empresariais por meio de uma “divisão empresarial do trabalho”, baseada na cooperação das pequenas e médias empresas com as grandes. Dessa perspectiva [...] o cooperativismo vem sendo vislumbrado, hoje, como um mecanismo mais ágil e moderno, capaz de atender as novas exigências do novo modelo de acumulação alicerçado na descentralização da produção e na flexibilização das relações entre capital e trabalho (TIRIBA, 2001, p.139).

³⁷ De acordo com as definições do Manual do Usuário do Atlas da Economia Solidária (2009, p.29), na opção *Universidade* estão contidas: instituição de ensino superior (universidades ou redes de universidades), incubadoras de cooperativas populares etc. Na opção *Sistema S* estão contemplados: SEBRAE, SENAC, SESI, SENAR, SESCOOP, etc. E na opção *Movimento Sindical* as organização do movimento sindical (sindicato, central sindical, escola de formação sindical, etc).

Barbosa (2005) indica que *a difusão e esclarecimento sobre o uso das cooperativas* constitui um dos três enfoques do empresariado brasileiro acerca do novo contexto do trabalho. Por regerem-se por legislação civil desobstruindo a relação de sentido trabalhista, as cooperativas se tornam mais vantajosas para o capital do que a empresa terceirizada, daí o porquê do enfoque nas cooperativas. Dá-se ênfase também a *atuação sobre reformas para diminuição de custos produtivos e a abordagem formativa para o empreendedorismo* que, executado pelas instituições que compõem o *Sistema S* – descrito anteriormente na Nota nº28 –, tende a ser bastante presente.

As instituições financeiras internacionais – Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Interamericano de Desenvolvimento – também constituem um agente fomentador dos empreendimentos autogestionados no Brasil. Essas instituições têm vinculado seus empréstimos financeiros à atuação estatal no campo social por meio de políticas públicas focalizadas de combate a pobreza, voltadas para a transferência de renda às famílias pobres e para a promoção da capacidade de geração de renda para essas famílias, por meio do trabalho sem amparo social em pequenas unidades produtivas nas quais possam manter-se por conta própria (BARBOSA, 2005).

Nessa perspectiva, o Estado neoliberal mantém as diretrizes do ajuste fiscal reduzindo os custos com políticas públicas, fomenta a desregulamentação social contribuindo assim, para o processo de acúmulo de capital via redução dos custos de produção, e ainda neutraliza conflitos que possam ameaçar a governabilidade do sistema ao reduzir o desemprego e a amenizar a miséria:

Como se sabe, as recomendações estruturais das instituições financeiras multilaterais vinculam-se aos empréstimos externos que impõem condicionalidades à atuação do Estado. Nesse caso, num claro envolvimento com essa perspectiva de reprodutibilidade social concernente ao trabalho em pequenas unidades produtivas e sem amparo social. Consiste em estratégia de atenção aos países devedores da periferia capitalista, o combate à pobreza e a geração de renda decorrente de ações criativas e empreendedoras de pequenas e médias empresas. Garantidas as missivas do ajuste fiscal e a desregulação do Estado perante compromissos públicos de proteção social, larga-se a economia à orientação do capital financeiro e produtivo monopolizados e emergem instituições voltadas para minorar a miséria e gerar renda de modo que o contingente de trabalhadores pobres possam se manter por conta própria (Ibidem, p.187-188).

Por parte dos agentes do capital, portanto, a capacitação dos trabalhadores associados não visa constituir organizações autônomas dos trabalhadores, mas formar empreendedores, sob a égide da reestruturação produtiva (TIRIBA, 2001). É incompatível pensar nos

organismos internacionais, no empresariado etc, estimulando formas de organização produtiva em que os trabalhadores detenham a propriedade dos meios de produção, bem como o controle sobre o processo de produção e o produto do trabalho. O intuito das ações é bem mais multiplicar pequenas unidades criadas e assumidas pelos trabalhadores, para que essas funcionem como subsidiárias das grandes empresas capitalistas, ao mesmo tempo, contribuindo para amenizar a pressão social decorrente do desemprego.

De parte dos partidos políticos aliados ao grande capital, Tiriba (2001, p. 145) ressalta que a prática é marcadamente assistencialista e clientelista, pois o fomento de pequenas unidades produtivas “vêm cumprindo os objetivos de combater o desemprego e, também, de promover o ajuste estrutural, baseado na reestruturação produtiva e na flexibilização das relações de trabalho”.

Como órgão político de apoio ao cooperativismo tem-se a Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop)³⁸, que criada em 1984 e organizada por senadores e deputados federais no Congresso Nacional, atua de forma interligada com a OCB no fomento e promoção do cooperativismo. Nos Estados estão surgindo Frencoops formadas por deputados estaduais e nos municípios, Frencoops formadas por vereadores (GAWLAK; TURRA, 2003).

A OCB representa, segundo Lima (2009), uma parcela do cooperativismo brasileiro orientada pela lógica empresarial, o que para o referido autor constitui um “cooperativismo tradicional”, caracterizado por “uma orientação de mercado, uma forma de gestão que adotaria os princípios do movimento cooperativista internacional numa perspectiva de inserção empresarial” (Ibidem, p.113). Essa perspectiva, segundo o autor, difere do “cooperativismo autêntico” que se caracteriza pela busca da adesão aos princípios autogestionários e de emancipação dos trabalhadores.

Um dado importante sobre as cooperativas associadas à OCB, refere-se ao fato de que nelas existem trabalhadores cooperados e logo, sem contrato formal de trabalho, e trabalhadores assalariados – conforme os dados apresentados na Tabela 5, o número de empregados no período que vai de 1994 a 2010 apresentou crescimento contínuo, ficando no ano de 2010 em torno de 298.182 empregados. Sem buscar analisar as prováveis conseqüências dessa dualidade para a dinâmica de funcionamento dos empreendimentos, cabe ressaltar que essa realidade das cooperativas representadas pela OCB se distancia da proposta

³⁸ Antes das eleições realizadas em outubro de 2010, a Frencoop era composta por 235 parlamentares no Congresso Nacional, sendo: 220 Deputados e 25 Senadores. Após o resultado das eleições, a representação da Frencoop caiu para 147 parlamentares, sendo que atualmente tem-se: 136 Deputados e 11 Senadores. Os partidos com maior número de integrantes da Frencoop são: PMDB com 29 parlamentares, o PT com 24 e o PP com 17. Essas informações encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: www.brasilcooperativo.coop.br (acesso realizado em novembro de 2010).

do “cooperativismo autêntico”, o qual busca justamente superar a relação de assalariamento, propondo a autogestão.

O processo de expansão das cooperativas “pragmáticas” no Brasil guarda ainda, relação com as políticas estatais de geração de renda, que não incentivam apenas empreendimentos fundamentados nos princípios do cooperativismo autêntico e/ou da Economia Solidária – atuação a ser analisada adiante. Segundo Lima (2004) alguns governos estaduais da região nordeste (Ceará, Paraíba, Maranhão, Rio Grande do Norte e Pernambuco) passaram a incluir em suas propostas de incentivos fiscais às empresas de trabalho intensivo como as têxteis, as confecções e as calçadistas – em sua maioria de origem gaúcha e paulista –, a terceirização industrial em cooperativas de produção organizadas por instituições governamentais com a ajuda de parcerias:

No caso brasileiro, é bem verdade que o governo federal, com o apoio dos organismos multilaterais de cooperação e com a promessa de combater o desemprego, vem financiando programas de crédito popular para a formação de microempresas, cooperativas e associações, mas, evidentemente, em consonância com os interesses do empresariado moderno. **No Brasil, merece destaque a ação de organismos empresariais semipúblicos, como o Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena Empresa (SEBRAE), que [...] fomentou o “espírito cooperativista” entre os pequenos produtores,** oferecendo apoio e capacitação técnico-gerencial para a criação e consolidação de inumeráveis microempresas, com vistas à sua inserção na esfera da economia formal, subordinando-as à regulamentação estatal (TIRIBA, 2001, p.141) [*grifo nosso*].

Esse deslocamento geográfico estimulado pelas políticas governamentais constitui, portanto, um dos fatores da expansão de cooperativas na Região Nordeste, a segunda região do país em número de cooperativas (1.718 no total), segundo os dados da OCB (Tabelas 17 e 18) e também do Governo Federal (Tabelas 19 e 20). Na outra ponta desse deslocamento geográfico, têm-se as empresas saindo das regiões sul e sudeste, e os trabalhadores dessas regiões se organizando em cooperativas – essa estratégia constitui uma das tendências impulsionadoras do cooperativismo na atualidade, conforme será abordado a seguir – para manter os postos de trabalho³⁹. Esse fato pode explicar, ao menos em parte, o porquê de essas regiões estarem também entre as regiões do Brasil com o maior número de cooperativas:

³⁹ Conforme os dados do Atlas da Economia Solidária, dos 89 EES que mencionaram a *recuperação de empresas* como o principal motivo para a criação do empreendimento, a maioria estão localizados nas Regiões Sul e Sudeste, mais precisamente 30 EES em cada uma dessas duas regiões.

TABELA 17
COOPERATIVAS POR REGIÃO - 2006 A 2010

REGIÃO	2006	2007	2008	2009	2010
Centro-Oeste	9%	9%	9%	9%	10%
Nordeste	23%	20%	25%	26%	26%
Norte	11%	11%	10%	11%	12%
Sudeste	38%	41%	37%	36%	34%
Sul	19%	19%	19%	18%	18%

Fonte: OCB

TABELA 18
COOPERATIVISMO POR ESTADO - DEZ/2010

ESTADO	COOPERATIVAS	ASSOCIADOS	EMPREGADOS
SUDESTE	2.285	4.072.557	110.284
Espírito Santo	141	151.347	5.959
Minas Gerais	781	925.701	29.829
Rio de Janeiro	452	229.895	7.693
São Paulo	911	2.765.614	66.803
NORDESTE	1.718	769.326	24.445
Alagoas	101	20.086	3.358
Bahia	659	422.470	6.109
Ceará	158	78.019	5.654
Maranhão	244	12.636	676
Paraíba	121	45.365	2.631
Pernambuco	212	105.949	3.172
Piauí	54	6.623	482
Rio Grande do Norte	108	66.636	1.746
Sergipe	61	11.542	617
SUL	1.227	3.466.112	138.484
Paraná	237	534.232	57.526
Rio Grande do Sul	728	1.924.384	49.072
Santa Catarina	262	1.007.496	31.886
NORTE	772	124.671	7.054
Acre	51	8.370	222
Amapá	61	4.617	547
Amazonas	131	12.203	1.523
Pará	276	45.959	1.694
Rondônia	129	38.656	1.831
Roraima	70	4.298	336
Tocantins	54	10.568	901
CENTRO-OESTE	650	583.861	17.915
Distrito Federal	169	142.654	1.828
Goiás	221	126.407	6.404
Mato Grosso	154	221.894	6.238
Mato Grosso do Sul	106	92.906	3.445
TOTAL	6.652	9.016.527	298.192

Fonte: OCB e OCB; elaboração: Gemerc/OCB

TABELA 19
QUANTIDADE DE COOPERATIVAS SEGUNDO REGIÃO - 2007

REGIÃO	QUANTIDADE
Região Norte	253
Região Nordeste	586
Região Sudeste	429
Região Sul	669
Região Centro-Oeste	178
Total	2.115

Fonte: MTE

TABELA 20
COOPERATIVAS SEGUNDO UF - 2007

UF	QUANTIDADE
Acre	40
Alagoas	14
Amazonas	43
Amapá	26
Bahia	143
Ceará	59
Distrito Federal	33
Espírito Santo	60
Goiás	84
Maranhão	48
Minas Gerais	83
Mato Grosso do Sul	08
Mato Grosso	53
Pará	73
Paraíba	52
Pernambuco	87
Piauí	41
Paraná	86
Rio de Janeiro	111
Rio Grande do Norte	78
Rondônia	31
Roraima	14
Rio Grande do Sul	382
Santa Catarina	201
Sergipe	64
São Paulo	175
Tocantins	26
Total	2.115

Fonte: MTE

A outra tendência do processo de expansão do cooperativismo no Brasil corresponde à criação de “cooperativas defensivas” formadas, segundo Lima (2004), a partir de movimentos dos trabalhadores para manter os empregos frente ao fechamento ou falência de fábricas e empresas, ou a partir de programas governamentais de geração de renda para populações

pobres sendo, nesse caso, também denominadas de “cooperativas de geração de renda” ou “cooperativas populares”. Além do governo, outros agentes que tem destinado apoio a esses empreendimentos são a Igreja Católica, as ONGs e movimentos da classe trabalhadora (sindicatos, associações e movimentos populares).

O movimento de recuperação de empresas falidas ou em situação falimentar sob a forma de cooperativas autogestionárias organizadas pelos trabalhadores com o objetivo de manter os postos de trabalho, tem início no ano de 1991 com a falência da fábrica de calçados Makerli, em Franca – SP. A partir da articulação do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Couro, em conjunto com o Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socioeconômicos (DIEESE), a fábrica falida foi transformada em uma empresa autogestionária e depois, a experiência começou a ser exportada para outras regiões, para outras categorias, originando novas cooperativas (SOLA, 2000).

De acordo com Lima (2008), em 1994 um grupo de técnicos que integravam a Secretaria de Formação do Sindicato dos Químicos de São Paulo e do DIEESE organizaram em São Paulo o I Encontro dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão, no qual foi criada a Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), instituição que atualmente:

Além de defender interesses políticos e econômicos das empresas e empreendimentos através de uma direção eleita pelas próprias empresas e um corpo de assessores especializados em autogestão, [...] organiza, apóia e orienta a recuperação de empresas em situação falimentar e grupos que pretendem constituir uma empresa ou um empreendimento autogestionário (Site da ANTEAG)⁴⁰.

A ANTEAG é pioneira no assessoramento e organização de fábricas em processo falimentar para a formação de cooperativas⁴¹. A associação disponibiliza assessoria jurídica, tributária, em finanças, em planejamento para gestão coletiva e relações interpessoais, atuando em parceria com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais. A atuação da ANTEAG é orientada para o desenvolvimento da autogestão e da Economia Solidária, buscando tanto promover o intercâmbio entre os empreendimentos através da formação de redes de cooperação como difundir o modelo autogestionário por meio de cursos de capacitação, palestras, produção e publicação de materiais sobre o tema (Site da ANTEAG).

⁴⁰ www.anteag.org.br (acesso realizado em julho de 2011).

⁴¹ De acordo com as informações disponíveis no site da Instituição, as ações desenvolvidas em diversos setores nas cinco regiões do país, já geraram mais de 32.000 postos de trabalho nos setores: têxtil, agrícola e agroindustrial, alimentício, calçadista, metalúrgico, mineração, serviços, confecção, plástico, coleta seletiva, cerâmica, mobiliário, papel e papelão, artesanato e agroextrativista.

Para a ANTEAG a autogestão não constitui uma alternativa a crise como situam outros atores, mas sim “*um projeto de sociedade*”, uma vez que não se limitaria a inovações nas atividades e formas de relacionamento no interior da empresa autogerida, mas se estenderia a novas formas de relação com a comunidade e com outras empresas dentro da proposta de economia solidária:

Falar de autogestão em empresas não se limita às atividades e às formas de relacionamento no interior da empresa, se estende à participação em grupos de moradores, atividades políticas e sociais da cidade, se estende ao relacionamento entre empresas dentro da Economia Solidária. Dentro da empresa, promove conhecimento na área de administração do negócio e requer conhecimento e participação das diversas áreas que compreendem uma unidade produtiva, desde o faturamento e dos custos até os aspectos mais subjetivos no tocante à política organizacional. Além de propiciar a participação direta, a autogestão faz com que o trabalhador se reconheça como protagonista do processo, tanto enquanto indivíduo, quanto como associado em grupos de interesse comum (Site da ANTEAG).

Para Lima (2009, p.119), a atuação da ANTEAG apresenta um caráter politizador que provoca uma mudança de perspectiva. A idéia inicial da empresa recuperada como estratégia para manutenção de empregos e/ou alternativa ao desemprego progride para uma proposta emancipatória que se agrupará ao movimento de economia solidária. “Nesse enfoque, o trabalho autogestionário mostra-se não apenas como alternativa de emprego, mas como uma opção ao próprio capitalismo”.

Outro agente que tem atuado no fomento à recuperação de empresas falidas sob a forma de cooperativas autogestionárias e na formação de cooperativas populares é a CUT. A incorporação da economia solidária como bandeira de luta pela CUT ocorre na década de 1990. É nesse período que, conforme já mencionado, tem início o processo de reestruturação da economia brasileira, a explosão do desemprego e as mudanças na forma de atuação da CUT frente ao capital e ao governo, passando, segundo Teixeira (1999), de uma relação conflitante para o “cutismo propositivo” ou “sindicalismo cidadão”:

O enfrentamento e a combatividade cederam lugar para a conciliação e a negociação. O objetivo é o de estabelecer um diálogo entre capital e trabalho, onde se busca a manutenção do emprego, em que impera a lógica da participação, da cooperação, da moderação e da adaptação, em favor de um capitalismo mais humanizado. O método de luta é um tipo de resistência propositiva, em que se prioriza a colaboração e não o conflito (COIMBRA et al, 2010, p. 9).

Conforme já assinalado no Capítulo 1, frente ao contexto desfavorável à luta dos sindicatos – marcado pelo desemprego, pela flexibilização e precarização das relações de trabalho, implicando a queda na sindicalização – e sob a lógica de atuação do “sindicalismo cidadão”, a agenda sindical passou a sofrer expressivas alterações: a luta por emprego e pela sua manutenção ganhou centralidade, em substituição da questão salarial que deixou de ser central após a estabilização monetária; entraram em pauta também a participação nos lucros e resultados da empresa, a redução dos benefícios sociais, a flexibilização da jornada de trabalho, a formação profissional e o desenvolvimento da economia solidária (Coimbra et al, 2010).

Tiriba (2001) ressalta que embora diante da resistência dos sindicatos contra o cooperativismo, em decorrência do seu uso geral como um mecanismo do capital, a CUT começa a estimular a participação de seus filiados nas iniciativas cooperativistas. Para a autora, o contexto social adverso aos trabalhadores é o responsável direto por essa mudança, pelo que ela compreende como sendo um processo de constituição de novas mentalidades quanto às perspectivas de melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores. Para Tiriba (2001), o envolvimento de sindicatos nesse tipo de ações coletivas, está associado à tentativa de suprir o que o Estado não tem sido capaz de garantir à maioria da população.

A economia solidária passa a ser defendida pela CUT como sendo não só uma estratégia inovadora para gerar trabalho e renda por meio de empreendimentos solidários como as cooperativas populares e as empresas autogestionárias, mas, para além dessa condição, como uma forma de enfrentamento ao ideário neoliberal, conforme consta nas Resoluções do VII Congresso Nacional da CUT (CONCUT), realizado em 2000:

A “economia solidária” tem se apresentado como uma nova forma de se constituir alternativa de luta contra o desemprego e diálogo concreto com os desempregados e demais setores marginalizados pelas grandes cadeias produtivas. [...] **a economia solidária, particularmente as cooperativas, torna-se mais do que uma alternativa de geração de trabalho e renda, representando uma contraposição às políticas neoliberais.** [...] Sendo assim, uma estratégia inovadora da CUT no combate ao desemprego e à exclusão social é a construção de um projeto de economia solidária, visando, por meio da disseminação de empreendimentos econômicos solidários, como as cooperativas populares autênticas e as empresas de autogestão, ampliar as possibilidades de um desenvolvimento econômico com maior distribuição de renda e geração de novas oportunidades de trabalho, sob princípios da democracia e da autogestão (CUT, 2000, p.33-34) [*grifo nosso*].

Para a intervenção no âmbito da economia solidária, com vista à “construção de um novo cooperativismo popular, como alternativa ao falso cooperativismo e à precarização do

trabalho” (Ibidem, p. 35), a CUT aponta como passo importante, a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), associação civil sem fins lucrativos criada em dezembro de 1999 durante o Seminário Internacional de Economia Solidária, organizado pela CUT conjuntamente com o DIEESE, Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), e outras organizações da sociedade civil.

Para além de apoiar a criação e viabilização de cooperativas populares, empresas autogestionárias e outras formas de empreendimentos solidários, como estratégia para geração de trabalho e renda, a ADS/CUT se propõe a: fomentar os valores da solidariedade na sociedade; democratizar o acesso dos trabalhadores ao crédito; proporcionar a formação de agentes de desenvolvimento solidário; construir alternativas de comercialização; ampliar o acesso dos trabalhadores a informações sobre políticas públicas, legislação e mercado; e proporcionar assessoria técnica, jurídica e política às organizações solidárias (CUT, 2000).

A estratégia de ação da ADS é a formação de complexos cooperativos (concentrações locais de empreendimentos econômicos solidários que atuam em estreita relação entre si), compostos por empreendimentos de produção, de serviços e de crédito. Para promoção e fortalecimento dos complexos são: implementadas políticas de crédito, comercialização, desenvolvimento tecnológico e autogestão; articuladas a implementação de políticas públicas através de atividades de formação, capacitação e assessoria para os trabalhadores; realizados diagnósticos dos empreendimentos e do seu entorno (econômico, social, institucional, político e ambiental), bem como estudos de mercado, com a finalidade de subsidiar processos participativos, formulação de planos de desenvolvimento local, planejamento de estratégias e formulação de planos de negócios para os empreendimentos (Site da ADS)⁴².

A ADS, conforme por ela própria afirmado, constitui uma nova fase para os trabalhadores, a busca de novos referenciais de geração de trabalho e renda e de alternativas de desenvolvimento. Sua missão é promover a constituição, fortalecimento e articulação de empreendimentos autogestionários como meio de gerar trabalho e renda, através da organização econômica, social e política dos trabalhadores que buscam formas alternativas de inserção social, inserindo-os num processo de desenvolvimento sustentável e solidário.

Na “primeira etapa” de desenvolvimento de seu trabalho, período que vai de 1999 (ano de criação da ADS) a meados de 2006, a ADS constituiu cooperativas em dez estados e gestou duas centrais de cooperativas. A primeira foi o *Sistema Nacional de Cooperativas de*

⁴² www.ads.org.br (acesso realizado em julho de 2010, após tentativa de atualização de dados em julho de 2011 sem êxito, por conta do mesmo encontrar-se em manutenção).

Economia e Crédito Solidário – ECOSOL. Criado para promover a inclusão financeira da população como estratégia para redução da pobreza, foi viabilizado por meio de capacitação e assessoria às cooperativas de crédito nos aspectos políticos, organizacionais e financeiros, sendo que a ADS recebeu apoio⁴³ da Secretaria da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e de parceiros internacionais como a Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO), Fundação Rosa Luxemburgo e do Centro de Formação da Central dos Sindicatos Alemães (DGB Bildungswerk). A segunda central gestada foi a *Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários – UNISOL Brasil*, que tem por objetivo organizar, representar e articular, de forma ampla as cooperativas, associações e outros empreendimentos autogestionários da economia solidária.

Além da ANTEAG e da CUT, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁴⁴, também atua no fomento do movimento cooperativista. Sua ação é direcionada para a implantação de cooperativas agrícolas, como principal ferramenta de desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária do MST (EID; BUENO, 1999). A cooperação agrícola⁴⁵ é defendida pelo MST como forma de resistência ao processo expropriador do capitalismo, como meio para potencializar as condições de produção das famílias assentadas:

Conquistados os primeiros assentamentos, o MST viu-se diante do desafio de estabelecer novas relações de produção. Era preciso resistir ao processo expropriador do modelo vigente de desenvolvimento econômico, que já expulsara muitas famílias de suas terras. **É nesse contexto que os Sem Terra passam a discutir a cooperação agrícola como forma de resistência.** [*grifo nossos*]. Os desafios enfrentados, as discussões e os estudos referentes ao desenvolvimento da agricultura no capitalismo levaram o MST a uma nova construção da realidade (Site do MST).

Para o MST, a cooperação agrícola constitui uma estratégia para produzir, pois: facilita a obtenção de crédito, tendo em vista que o maior número de cooperados reunidos implica o maior número de bens a serem destinados a obtenção de crédito para a aquisição dos meios de produção necessários ao aumento da produção; com a facilitação de crédito tem-se, conseqüentemente, o aumento do capital; a racionalização da produção com o melhor

⁴³ Outros parceiros da ADS/CUT são: o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, a UNITRABALHO e a Fundação Banco do Brasil – FBB (ver no site da ADS).

⁴⁴ A fundação do MST ocorreu em janeiro de 1984, em Cascavel (PR) durante o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Atualmente o MST está organizado em 24 Estados, nas cinco regiões do Brasil. No total, são cerca de 350 mil famílias assentadas. Informações disponíveis no site do movimento: www.mst.org.br (acesso realizado em julho de 2011).

⁴⁵ As informações sobre a cooperação agrícola no MST estão disponíveis no endereço eletrônico: www.mst.org.br/node/8605.

aproveitamento dos recursos naturais, desenvolvimento da agroindústria, em decorrência da disponibilização de força-de-trabalho proveniente do processo de racionalização de seu uso nas cooperativas (Site do MST).

Ademais, a cooperação agrícola é apreendida também como um ato concreto de ajuda, de solidariedade, o que o torna instrumento pedagógico para a construção da coletividade, para formação do trabalhador rural, que rompe com a idéia de auto-suficiência e o comportamento individualista, passando a acreditar no êxito da aplicação da força coletiva na produção e nos serviços ligados à sua atividade:

O MST entende que a saída individual é fatal para o assentado e, conseqüentemente, para o assentamento em termos de seu desenvolvimento e êxito como um todo. Adquirindo crédito, ferramentas, máquinas e matrizes de animais, produzindo a lavoura, comercializando a produção e até mesmo chegando ao ponto de ter a terra, o capital e o trabalho em conjunto, os agricultores melhoram a produtividade e a qualidade (Site do MST).

Contudo, apesar dessas colocações oficiais disponíveis no site do movimento, Milton Fornazieri, Presidente da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), apresenta outra motivação para a criação de cooperativas no MST, bem distinta de todos os argumentos apresentados anteriormente. Na entrevista dada a edição de julho de 2011 do *Jornal Sem Terra*⁴⁶, ele ressalta que as cooperativas se apresentam como a única saída jurídica para que o MST possa, entre outras coisas, acessar as políticas públicas:

A tendência de criação de novas cooperativas se dá principalmente porque o Estado está organizado de forma que, para acessar políticas públicas, cada vez mais é necessária uma representação jurídica, e a cooperativa é nossa única saída. A necessidade pela formalização de cooperativas se dá para possibilitar a instalação de agroindústrias nos assentamentos e na comercialização através de mecanismos públicos, por exemplo.

O MST estimula diversas formas de organização da cooperação agrícola nos assentamentos, tais como: mutirões, lavouras coletivas, compra conjunta de máquinas e equipamentos, associações e cooperativas para comercialização conjunta e grupos ou cooperativas de trabalho coletivos ou semi-coletivos (Site do MST).

O Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA)⁴⁷ articula diversos tipos de organizações dos assentados. Ao nível local tem-se, entre outras formas: 1) grupos coletivos;

⁴⁶ A edição de julho do *Jornal Sem Terra* pode ser acessada no endereço eletrônico: <http://www.mst.org.br/jornal/312>.

⁴⁷ Existem atualmente mais de 100 cooperativas e de 1,9 mil associações nos assentamentos (Site do MST).

2) associações; 3) Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA), que são cooperativas nas quais os fatores de produção (a terra, o trabalho e o capital), o processo produtivo e os produtos do trabalho são administrados coletivamente, sendo em geral, composta por um pequeno número de famílias variando de 10 a 60; 4) Cooperativas de Prestação de Serviços (CPS), que oriundas do crescimento da atividade dos assentados, passam a planejar, organizar e comercializar as principais linhas de produção dos assentados em seus lotes familiares ou dedicam-se ainda, a prestar serviços de assistência técnica, fornecer insumos agrícolas e serviços de máquinas, ao repasse de crédito etc. Ao nível estadual o SCA é composto pelas Cooperativas Centrais dos Assentados (CCA) e, no nível nacional, pela CONCRAB:

Não basta “assentar” os camponeses sem criar as condições para a sua subsistência. Assim, um dos pontos da reforma agrária do MST é “apoiar a produção familiar e cooperativada com preços acessíveis, créditos e segurança na produção agrícola” e, com ela, gerar recursos para o próprio movimento. Por meio da Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), criada em 1992, alcançou-se uma nova etapa de organização dos assentamentos e, possivelmente, uma das maiores organizações de cooperativas agroindustriais existentes na atualidade no Brasil (TIRIBA, 2001, p.157-158).

A CONCRAB, por sua vez, criou o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA), um centro de formação e capacitação técnica destinado à formação, capacitação dos assentados para a experiência administrativa. O ITERRA promove, entre outros cursos, o de Técnico em Administração de Cooperativas (TAC) realizado no Instituto de Educação Josué de Castro (IEJC), escola de ensino médio e educação profissionalizante sediada em Veranópolis, no Rio Grande do Sul (VIEITEZ; DAL RI, 2004).

Atuam também no fomento ao cooperativismo, a Igreja Católica e as ONGs. Segundo Tiriba (2001), a intervenção da Igreja no âmbito dos empreendimentos solidários apresenta perspectivas que variam desde uma orientação assistencialista voltada para dar condições de funcionamento aos empreendimentos populares, até iniciativas de implantação de empresas, cuja riqueza produzida se destinaria a satisfação das necessidades dos mais necessitados:

De parte da Igreja, têm-se desde a vertente caritativa de defesa dos pobres e oprimidos, até iniciativas de caráter nitidamente empresarial. Para além da simples cessão do espaço da paróquia e promoção de campanhas de doações para que os desempregados possam criar seus próprios empreendimentos, os cristãos inauguram um novo estilo de assistencialismo. Aqui merece destacar-se a chamada “economia de comunhão” [...] iniciada em São Paulo, a idéia é a de criação de empresas com fins lucrativos, em vários países do mundo [...] (Ibidem, p. 145-146).

Os empreendimentos solidários são ainda, fomentados pela Igreja a partir de uma segunda vertente cristã que denuncia a exploração capitalista e propõe a organização dos trabalhadores tanto para a defesa dos seus direitos como para o estabelecimento de relações de produção baseadas na solidariedade:

A partir de uma segunda vertente cristã, o ensino social da igreja implantado na América Latina pelos adeptos da Teologia da Liberação junto às Comunidades de Base e Pastorais Populares, além de denunciar a exploração capitalista e as injustiças sociais, disseminou a idéia da necessidade da organização dos pobres para a defesa de seus direitos e para difundir novos valores a respeito do mundo do trabalho, estimulando a criação de relações de produção baseadas na solidariedade (Idem).

Em 1981, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), disponibilizou os Fundos Solidários para que a Cáritas Brasileira⁴⁸, um de seus organismos, pudesse disponibilizar apoio técnico e financeiro a pequenos Projetos Alternativos Comunitários (PACs), em diversas regiões do País. Para a instituição, os “PACs foram as sementes do que hoje é chamada de Economia Popular Solidária” e os “Fundos Solidários tornaram-se uma das principais vertentes do movimento de economia popular solidária no Brasil” (Site da Cáritas Brasileira).

Ao longo de sua atuação, a Cáritas Brasileira tem apoiado associações, movimentos sociais, redes e cadeias produtivas, por meio de projetos social-organizativos ou econômico-produtivos, baseados em formas autogestionárias de trabalho. O programa passou, a partir de 2000, a ter três objetivos: promoção e formação de agentes e lideranças da Cáritas, acesso aos recursos dos fundos e articulação em redes e fóruns.

Segundos dados da instituição, de 2004 a 2007, cerca de 10 mil trabalhadores associados em torno de 2 mil grupos, foram apoiados por meio do fortalecimento de redes de cooperação de produção, comercialização e consumo. Aproximadamente 600 agentes Cáritas de 160 entidades-membro acompanharam os empreendimentos formados por adolescentes, jovens, grupos de cultura, catadores, mulheres, populações rurais e urbanas, migrantes, comunidades em situações de risco, famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa-Família,

⁴⁸ A Cáritas Brasileira foi criada em 12 de novembro de 1956 e é reconhecida como de utilidade pública federal. Ela faz parte da Rede Caritas Internationalis, rede da Igreja Católica de atuação social composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. Atua na defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário na perspectiva de políticas públicas, muitas vezes em parceria com outras instituições e movimentos sociais. A entidade possui atualmente 170 entidades-membro em todo o Brasil e atua em 10 regionais: Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Nordeste II (AL, PB, PE, RN), Nordeste III (BA, SE), Norte II (AP, PA), Piauí, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. A Cáritas está em processo de formação de Regional no Espírito Santo, Norte I (AM) e Rio de Janeiro. Informações do site da Cáritas Brasileira: www.caritas.org.br (acesso realizado em julho de 2010).

quilombolas, indígenas, acampados e assentados da reforma agrária, existindo, segundo Singer (2002), PACs em assentamentos do MST.

A importância da Economia Solidária dentro da Igreja Católica se traduz ainda, no fato de que ela constitui um dos quatro pontos prioritários no Fórum das Pastorais Sociais. Seguindo essa orientação, a construção de um projeto de desenvolvimento solidário e sustentável, representa uma das quatro diretrizes institucionais atuais da Cáritas Brasileira, sendo as outras três diretrizes: a defesa e promoção de direitos, incidência e controle social de políticas públicas, fortalecimento da Rede Cáritas.

Orientada por essas diretrizes, a Cáritas Brasileira desenvolve o Programa de Políticas Públicas, segundo ela, com objetivo de desenvolver ações de fortalecimento da sociedade civil para intervir na conquista e controle das políticas públicas. Como um dos destaques do Programa, a instituição aponta a sua participação, entre outros, no Conselho Nacional de Economia Solidária e nos processos das Conferências de Economia Solidária.

Passando-se à análise sobre a atuação das ONGs⁴⁹ no fomento aos empreendimentos solidários no Brasil, Tiriba (2001) ressalta que a intervenção dessas instituições, assim como das instituições governamentais, apresenta três vertentes. A primeira vertente é a do assistencialismo, caracterizado por intervenções pontuais, sem acompanhamento técnico quanto à formação dos trabalhadores para o trabalho autogestionário nos empreendimentos:

No Brasil, as relações de diferentes instituições (governamentais ou não) com os setores sociais não absorvidos pelo mercado de trabalho formal não têm sido muito distinta das de outros países latino-americanos, predominando o assistencialismo, mesmo quando não prevalecem as intenções de cunho clientelista. Poderia afirmar-se também que o apoio concedido por grande parte das ONGs consiste apenas em intervenções muito pontuais, como doações ou contribuições de recursos destinados à aquisição ou melhoria dos meios de trabalho, não existindo, em geral, o acompanhamento dos técnicos quanto à formação dos trabalhadores para gestão autônoma do empreendimento (Ibidem, p.147).

A segunda vertente das ações institucionais de fomento de trabalho e renda no Brasil refere-se às ações “cujo principal objetivo é melhorar as condições estruturais, adequando os micro-empreendimentos à dinâmica do mercado” (Ibidem, p.148). A terceira vertente,

⁴⁹ Sobre o termo “Organização Não-Governamental”, Tiriba (2001, p. 103), esclarece que a denominação: “[...] tem sua origem no artigo 71 da Carta das Nações Unidas, a qual facultava relações econômicas e sociais da ONU com organismos não criados por acordos governamentais e que têm uma estrutura internacional [...]. Referimo-nos às ONGs como organizações privadas sem ânimo de lucro, parcerias voluntárias e demais grupos que, de maneira permanente, desenvolvem projetos em diferentes países com vistas à ajuda, assistência ou cooperação ao desenvolvimento”.

entretanto, expressa ações que buscam estimular formas associativas de produção, bem como estabelecer novas relações entre produtores e consumidores, fugindo, portanto, a realizações de ações meramente assistencialistas ou direcionadas para a lógica do mercado:

No entanto, no conjunto das ações desenvolvidas pelas ONGs, sobressai uma terceira vertente de intervenção, não centrada no favor, na dependência ou no mercado, mas no estímulo a formas associativas de produção em que os trabalhadores assumem a gestão do empreendimento através de um trabalho cooperativo e solidário, criando novas relações entre os próprios produtores e entre produtores e consumidores (Ibidem, p.148).

A referida autora sinaliza que é preciso ressaltar que o trabalho de muitas ONGs tem se voltado para a ampliação dos espaços de solidariedade – tais como fóruns – e que ao colocarem os excluídos como atores centrais da luta contra a pobreza, essas organizações têm contribuído para a construção de formas geradoras de trabalho e renda. Contudo, dadas as distintas perspectivas de intervenção das ONGs, não há uma definição geral sobre o caráter político-ideológico dos resultados das ações dessas organizações, o que existe é a certeza que suas ações intervêm sobre a criação e permanência de empreendimentos solidários:

Embora careçamos de um balanço global com respeito ao caráter político-ideológico dos resultados concretos das ações desenvolvidas pelas ONGs, o fato é que, com a ajuda da Igreja e como um braço importante para a execução dos projetos financiados pelos organismos multilaterais de cooperação, muitas delas vêm contribuindo para a busca de créditos, para a capacitação profissional e políticas dos trabalhadores associados e para a gestão de seus empreendimentos (Ibidem, p.149).

Em síntese, viu-se que a expansão de empreendimentos autogestionários (cooperativas, empresas de autogestão etc) no Brasil não resulta apenas da iniciativa dos trabalhadores expulsos do mercado formal de trabalho, mas também da ação de diversos agentes com interesses e perspectivas ideológicas distintas. Em comum a todos eles está o objetivo de fomentar empreendimentos autogeridos pelos trabalhadores como estratégia para geração de trabalho e renda, embora que mesmo nesse objetivo estejam presentes interesses diversos que vão desde garantir a sobrevivência dos trabalhadores e melhorar sua qualidade de vida, até criar pequenas organizações funcionais ao processo de acumulação capitalista e à necessidade de amenizar a pressão social sobre o sistema.

Merece destaque a intervenção dos movimentos da classe trabalhadora (sindicatos, associações e movimentos sociais) no fomento aos empreendimentos autogestionários.

Barbosa (2005) afirma que essa ação demarca o *consentimento* dos integrantes dos movimentos sociais *ao antidireito ao trabalho regulamentado*. Mais do que consentir a perda do direito ao trabalho formal,

Sob o argumento da liberalidade do trabalho autogestionado das amarras do capital, passa-se a defender o não-assalariamento como alternativa para antecipação do socialismo. Subjaz aí também a idéia de que vencidos pela astúcia do capital nada mais resta que prover outras formas de trabalho, então, que se faça em sistema de autogestão (Ibidem, p.270).

Nas informações coletadas sobre a intervenção dos movimentos sociais, expostas anteriormente, não se encontra de forma explícita a defesa dos empreendimentos autogeridos como estratégia para o enfrentamento ao modo de produção capitalista e construção ou antecipação do socialismo. A ANTEAG fala de forma vaga da economia solidária como um projeto de sociedade, sem definir se essa corresponde a uma nova sociedade ou a um “capitalismo humanizado”. O MST põe a cooperação agrícola não como forma de superação, mas de resistência ao processo expropriador do capitalismo, situando o cooperativismo como uma estratégia para fazer frente à exploração imposta pelo capital, numa postura, portanto, mais defensiva.

A CUT sinaliza a economia solidária como uma forma de enfrentamento ao ideário neoliberal e não às determinações do sistema capitalista de produção, além de apontá-la como meio para a concretização de um desenvolvimento econômico com maior distribuição de renda, ou seja, como meio para melhorar as condições de existência dos trabalhadores no interior da sociedade produtora de mercadorias. Luxemburgo (1900) é que ressalta que usar as cooperativas como meio para reduzir o lucro capitalista e com isso aumentar a parcela da riqueza apropriada pelos trabalhadores implica “renunciar à luta contra o modo de produção capitalista e orientar o movimento socialista numa luta contra o modo de repartição capitalista”.

Considerando essas observações de Luxemburgo (1900) acerca das limitações do cooperativismo como estratégia de luta contra o capital, a importância do sindicato como estratégia defensiva e também para a organização e formação da consciência política da classe trabalhadora – conforme visto no capítulo 1 –, as condições adversas à luta dos trabalhadores no atual contexto de desenvolvimento do capital, e as indicações sobre a intervenção da CUT – maior central sindical do país – no âmbito da economia solidária, aponta-se como necessário aprofundar a análise sobre essa intervenção da Central Única dos Trabalhadores no fomento ao cooperativismo.

O intuito é apreender, entre outros aspectos, com que objetivo a Central tem desenvolvido essa ação e como essa ação impacta sobre a atuação do sindicato enquanto instituição defensiva e também centro de organização e formação da consciência de classe dos trabalhadores. Essa discussão compreende o conteúdo do terceiro capítulo deste trabalho. Antes convém finalizar a discussão sobre os agentes fomentadores do cooperativismo brasileiro no contexto atual, realizando a análise sobre a construção da economia solidária como política pública de trabalho no Brasil. Intervêm diretamente neste processo muitos dos agentes mencionados ao longo deste tópico (agências financiadoras, empresariado, ANTEAG, CUT, MST, Cáritas Brasileira e ONGs), sendo que no caso dos movimentos sociais essa intervenção ocorre de forma coletiva, conforme se verá no tópico a seguir.

2.3 A construção da economia solidária como política pública de trabalho no Brasil

O crescimento do trabalho informal em suas variadas formas, dentre as quais o cooperativismo, despontou – conforme apontam os dados do período de 1990 a 2002 mostrados no início deste capítulo – como uma tendência apresentada pelo mercado de trabalho brasileiro após a inserção do país no processo de mundialização do capital iniciada em 1990. Esse crescimento não é apenas o resultado da busca dos trabalhadores por formas alternativas de sobrevivência frente ao desemprego. Como foi explicitado anteriormente, o trabalho informal constitui, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, uma estratégia para, entre outras coisas, redução dos custos de produção, por meio da terceirização, subcontratação e outras formas precárias de trabalho.

Para Barbosa (2005) essas mudanças nas relações de trabalho indicam um processo de *ressignificação do trabalho*⁵⁰, um novo modo de entendê-lo e a atuação pública ao seu entorno, no qual as atividades informais vão ganhando legitimidade onde antes predominava a defesa do trabalho formal como direito. As mudanças nas relações de trabalho ocorrem com a ação decisiva do Estado que norteado pelo ideário neoliberal tem refuncionalizado seu papel, passando a limitar a sua atuação na proteção social à execução de políticas públicas

⁵⁰ Conforme explicitado no primeiro capítulo do presente estudo, o trabalho é uma forma de intervenção exclusivamente humana que consiste em atos teleologicamente postos por meio dos quais o homem transforma a natureza visando à produção de valores de uso, produtos destinados a suprir as suas necessidades. Nessa perspectiva o trabalho constitui uma condição natural e permanente da vida humana, sendo, portanto, comum a todas as suas formas sociais. Frente a essas definições compreende-se que independente da formação social, das condições de realização do processo produtivo etc, o trabalho manterá sempre a sua essência, ou seja, sempre consistirá em atos teleologicamente postos (prévia-ideação e objetivação seguida da exteriorização). Nesse sentido, apesar de se manter os termos utilizados pela autora, entende-se que não se trata de uma resignificação do trabalho, mas do emprego, aqui compreendido como relação social que define as condições de realização do trabalho na sociedade capitalista, estando sujeito às mudanças impostas pela dinâmica do sistema.

focalizadas e restritivas, ao mesmo tempo em que amplia sua intervenção, entre outros, nos processos de desregulamentação social e de flexibilização das relações de trabalho:

Os anos de 1990 firmam o processo de aprofundamento do desemprego prolongado e da inserção do país no campo das estratégias de liberalização política e econômica que já marcavam os países centrais. O desenvolvimento sustentável e o crescimento do emprego decorreriam da livre ação do mercado com o esvaziamento do Estado. Recuperar crescimento e produtividade para o capital nacional e internacional significava desregulamentação social para transferência de renda ao capital e competitividade, reduzindo os custos salariais, diminuindo a ação do Estado na proteção social, no investimento produtivo direto e sua maior atuação na *flexibilização organizacional, produtiva e trabalhista*, desconstruindo as práticas e institutos públicos criados até então no país. Os anseios de modernização tecnológica e integração aos rumos da economia mundial sobrepuseram o papel ativo do Estado na promoção do emprego nacional; até então, era um pungente empregador direto e indireto na qualidade de regulador das estratégias de desenvolvimento econômico (Ibidem, p.53-54).

De acordo com Teixeira (1999) foram os governos de Fernando Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso que criaram as condições reais para a integração do Brasil no processo de mundialização do capital ao executarem uma política de reformas econômicas. Barbosa (2005) indica que a intervenção estatal com vista a flexibilizar as relações de trabalho data, justamente, desde a adoção do Plano Real quando foram promovidas, entre outras, as seguintes mudanças: flexibilização da legislação para a formação de cooperativas; suspensão temporária do contrato de trabalho; flexibilização da legislação existente sobre o trabalho em tempo parcial e trabalho temporário e demissão de servidores; introdução da flexibilização no tempo de trabalho e na remuneração (banco de horas, liberação do trabalho aos domingos e remuneração variável); restrição do poder de atuação da própria fiscalização do Ministério.

A ressignificação do trabalho teve por base uma “*elite* ocupada em dar respostas operativas a ocupação, mesmo que o principal resultado fosse imaterial no sentido do consenso pela quase *naturalização* da informalização das relações de trabalho” (BARBOSA, 2005, p.58). As alterações se iniciam pelas prerrogativas introduzidas na economia pelo Plano Real, mudanças na legislação e ação do judiciário, de forma que nos diferentes âmbitos o Estado foi estruturando pequenas ações e medidas que foram dando forma a esse novo modo de entender o trabalho e a atuação pública nessa esfera.

No tocante a intervenção estatal no fomento ao trabalho informal por meio de políticas públicas, tem-se a entrada dos programas de geração de trabalho e renda no sistema público de proteção ao emprego. Esse sistema apresentava como estratégia pública formal para a desocupação o *Programa do Seguro Desemprego*, financiado pelo Fundo de Amparo ao

Trabalhador (FAT) e composto pelas seguintes políticas: benefício do seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra e qualificação profissional (Idem).

Em torno do ano de 1993, os programas de geração de trabalho e renda ganham impulso por interesse do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT (Idem). Com isso, além do financiamento do Programa do Seguro Desemprego e do Abono Salarial, pelo menos quarenta por cento dos recursos do FAT passam a ser destinados ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico – dentre os quais, o Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), nas modalidades Urbano e Rural e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Os recursos ficam a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Segundo consta no site do MTE, os Programas de Geração de Emprego e Renda são voltados em sua maioria para micro e pequenos empresários, cooperativas e para o setor informal da economia. Os recursos são depositados junto às instituições oficiais federais que funcionam como agentes financeiros dos programas, sendo essas: Banco do Brasil S/A (BB), Banco do Nordeste S/A (BNB), Caixa Econômica Federal (CAIXA), Banco da Amazônia (BASA), BNDES, e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

Portanto, como atenção pública ao trabalho entre os anos de 1990 e 2000 o que se tem é uma associação do tradicional sistema de proteção ao emprego – seguro-desemprego, qualificação e intermediação de mão-de-obra – com os programas de geração de trabalho e renda voltados para transformar em *empreendedores bem-sucedidos* tanto os trabalhadores desempregados quanto aqueles ocupados no setor informal da economia (BARBOSA, 2005)

A geração de renda já despontava como uma alternativa, porém “extremamente desarticulada em práticas pontuais e sem perspectiva mais estruturante da atividade econômica” (Ibidem, p.181), sendo, limitada aos desempregados e trabalhadores mais pobres do campo e das periferias das cidades. A estratégia pública oficial para a desocupação centrava-se ainda nas políticas do Programa do Seguro Desemprego voltadas para promover o trabalho formal. Mudanças nessa política de emprego ocorrerão no governo seguinte do Presidente Lula da Silva, quando o trabalho informal, sob a conceituação de economia solidária, ganhará espaço como política pública para – entre outras questões – o enfrentamento ao desemprego e miséria.

2.3.1 A política pública de economia solidária no Governo Lula da Silva

O espaço de discussão e articulação da economia solidária em âmbito nacional começou a ser formado durante as atividades da economia solidária no I Fórum Social Mundial (FSM)⁵¹, realizado em janeiro de 2001 em porto Alegre (RS), com a realização da oficina “Economia Popular Solidária e Autogestão”, na qual se discutiu a auto-organização dos trabalhadores, políticas públicas e perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda (Site do FBES)⁵².

Dentro do I FSM se estabeleceu o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT – Brasileiro) com o objetivo de organizar as atividades de economia solidária no II e III FSM. As doze entidades e redes nacionais que em momentos e níveis diferentes participavam do GT-Brasileiro eram: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE); ANTEAG; Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Socioeconômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; MST/CONCRAB; Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCPs); ADS/CUT; Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO); Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que posteriormente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária.

Durante a organização das atividades do III Fórum Social Mundial, o referido GT programou a realização de uma reunião nacional ampliada para discutir o papel da economia solidária no futuro governo, tendo em vista uma conjuntura que apontava para a eleição do candidato do Partido dos Trabalhadores, para a Presidência da República. Esse, por sua vez, já destacava, em seu Programa de Governo, a economia solidária como uma estratégia importante para o desenvolvimento do país.

A proposta era implantar um *novo modelo de desenvolvimento*, a ser construído a partir da *articulação entre investidores, trabalhadores e instituições nacionais*, tendo como base estratégias próprias de crescimento. Essas estratégias consistiriam no apoio as micros e

⁵¹ O Comitê organizador do FSM de Porto Alegre é integrado pelas seguintes organizações: Associação Brasileira de ONGs – ABONG; CUT; MST; ATTAC; Comissão Brasileira de Justiça e Paz – CBJP; Circolo Veronesi nel mondo dell’Espírito Santo – CIVES; Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas – IBASE; Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. (Informações disponíveis no site da ABONG: www.abong.org.br. O acesso foi realizado em julho de 2010).

⁵² Informações disponíveis no site do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES): www.fbes.org.br (acesso realizado em julho de 2010).

pequenas empresas, e as atividades da economia solidária, consideradas relevantes, sobretudo, por sua capacidade de absorver mão-de-obra e, com isso, de manter a estabilidade social:

Nosso governo pretende construir estratégias próprias de crescimento do País, **articulando investidores, trabalhadores e instituições nacionais com esse objetivo**. [...] nosso governo buscará mobilizar a sociedade em favor do crescimento, aproveitando toda a capacidade técnica, empreendedora e criadora do povo. É uma tarefa difícil, mas se a sociedade for ouvida e **os consensos facilitados**, o País poderá viver um novo ciclo virtuoso de crescimento, em que **milhões de brasileiros marginalizados socialmente serão trazidos para o mercado de trabalho e terão acesso ao consumo de bens de primeira necessidade**. Desenvolver a economia solidária, combatendo a fome e a indigência, promover os pequenos negócios e as cooperativas, apoiar as micros e pequenas empresas, juntamente com as iniciativas para aumentar a competitividade internacional, são caminhos viáveis para que o Brasil possa dar um salto de qualidade (Programa de Governo: Coligação Lula Presidente, 2002, p.12) [*Grifo nosso*].

O apoio às formas de organização da atividade econômica fundada nos pequenos e médios empreendimentos e na economia solidária constitui uma dimensão central do novo modelo de desenvolvimento pela sua relevância na produção e, sobretudo, no emprego. Esses empreendimentos possuem uma forma de operação que, diante das recessões e das crises, preserva ao máximo o emprego, tornando-os um fator de estabilização social. Por isso, nosso governo apoiará essas formas de organização da produção (Ibidem, p.31) [*grifo nosso*].

As colocações sobre a economia solidária, feitas no transcorrer do processo eleitoral já sinalizavam que no Governo Lula o fomento aos empreendimentos econômicos solidários estaria fundamentalmente ligado a busca por soluções para o desemprego e miséria, além de pôr em evidência a adequação do futuro governo às imposições das agências financiadoras internacionais para a intervenção do Estado na economia e no social, conforme se explicitará melhor adiante.

Convém antes retomar a discussão sobre o movimento de articulação da economia solidária em âmbito nacional. A Reunião Ampliada, programada pelo Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária durante a organização das atividades do III Fórum Social Mundial, foi realizada em novembro de 2002 e nela decidiu-se elaborar uma Carta intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, apresentando as diretrizes gerais da Economia Solidária e reivindicando a criação de uma Secretaria Nacional de Economia Solidária, a ser encaminhada ao Presidente eleito. Ainda nessa reunião decidiu-se realizar em dezembro de 2002, a I Plenária Nacional de Economia Solidária (Sites do FBES e do MTE).

Na I Plenária referendou-se a Carta produzida na Reunião Nacional Ampliada de novembro de 2002 e ficou decidida a realização da 2ª Plenária Nacional durante o III Fórum Social Mundial para discutir a criação de um Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). Ainda nessa plenária deu-se início ao debate e aprofundamento de uma plataforma política para o fortalecimento da Economia Solidária no Brasil. A plataforma constitui um conjunto de prioridades relacionadas às finanças solidárias, ao marco jurídico para os empreendimentos econômicos solidários, à formação e educação, às redes de produção, comercialização e consumo, à democratização do conhecimento e da tecnologia e à organização social de economia solidária (Site do MTE).

A II Plenária Nacional foi realizada durante o III FSM em janeiro de 2003, possibilitando o aprofundamento da plataforma política da Economia Solidária. Na plenária foi tomada a decisão de constituir o FBES em uma outra Plenária Nacional, a ser antecedida de encontros estaduais para preparar a discussão nacional e eleger delegados para o evento.

A III Plenária Brasileira de Economia Solidária foi realizada em junho de 2003 e contou com um processo preparatório de mobilização em 17 estados. Foi neste evento que foi criado o FBES, definida a sua composição⁵³, funcionamento e que esse teria como incumbência articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo país em torno da Carta de Princípios e da Plataforma de Lutas aprovadas no referido evento, bem como atuar como interlocutor com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) – descrita abaixo – no sentido de apresentar demandas, sugerir políticas e acompanhar a execução das políticas públicas de economia solidária. Outra resolução do evento foi o desencadeamento da criação dos fóruns estaduais⁵⁴ e regionais de Economia Solidária (Sites do FBES e do MTE).

Um pouco antes da criação do FBES, com a eleição de Lula da Silva para Presidente da República, foi criada dentro do Ministério do Trabalho e Emprego a SENAES⁵⁵, e pelo mesmo ato legal foi criado o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES)⁵⁶, concebido

⁵³ Integram o FBES os três segmentos do campo da Economia Solidária: empreendimentos da economia solidária; gestores públicos; e entidades de assessoria e/ou de fomento (organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento à crédito, assistência técnica e organizativa). A coordenação nacional do FBES é composta pelas 12 organizações e redes que formaram o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária durante o I FSM.

⁵⁴ Desde 2006, os Fóruns Estaduais estão presentes em todos os 27 estados do Brasil. O crescimento também tem promovido articulações e intercâmbios internacionais, especialmente com América Latina na Rede Intercontinental para a Promoção da Economia Solidária – RIPESS (Site do FBES).

⁵⁵ O Governo Federal criou através da publicação da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e instituída pelo Decreto nº 4.764 de 24 de junho de 2003, a SENAES, enquanto uma proposição da sociedade civil, fruto da articulação do movimento de economia solidária existente no país (Site do MTE).

⁵⁶ Conforme o Decreto Nº 5.811 de 21 de junho de 2006, o CNES é composto por 56 entidades, divididas entre três setores: governo, empreendimentos de economia solidária e entidades não governamentais de fomento e

como órgão consultivo e propositivo para a interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil que atuam no âmbito da economia solidária.

A SENAES, em “consonância com a missão do Ministério do Trabalho e Emprego, tem o objetivo de viabilizar e coordenar atividades de apoio à Economia Solidária em todo o território nacional, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário” (Site do MTE). Com sua criação as formas de trabalho cooperado (cooperativas, associações, grupos produtivos informais, bancos populares, centros populares de comercialização, etc) passam a compor oficialmente o campo das políticas públicas de trabalho e emprego no Brasil.

Para Barbosa (2005) a inserção da SENAES no Ministério do Trabalho e Emprego provoca uma reconfiguração desse órgão que passa a incorporar como sua incumbência a formação do cooperativismo e a sua regulação social, quando historicamente sua intervenção foi voltada para a promoção do emprego assalariado e, por meio desse, da cidadania regulada.

O Ministério do Trabalho e Emprego passou a assumir, para além das iniciativas de emprego e de proteção dos trabalhadores assalariados, o desafio de implementar políticas que incluam as demais formas de organização do mundo do trabalho e proporcionem a extensão dos direitos ao conjunto dos trabalhadores. A SENAES colabora com a missão do Ministério do Trabalho e Emprego fomentando e apoiando os Empreendimentos Econômicos Solidários por meio de ações diretas ou por meio de cooperação e convênios com outros órgãos governamentais (federais, estaduais e municipais) e com organizações da sociedade civil que atuam com a economia solidária (Site do MTE) [*grifo nosso*].

Para Barbosa (2005) com a SENAES a nova realidade do mundo do trabalho – compreende-se aqui tratar-se do mercado de trabalho marcado pelo desemprego estrutural, desregulamentação social, flexibilização das relações de trabalho, expansão do trabalho informal etc, assim moldado pela reorganização do capital frente a sua crise estrutural – ganha uma conotação propositiva, ou seja, se antes o trabalho informal era indesejado, agora ele passa a ser estimulado, defendido, sinalizando para uma ressignificação, re-conceituação não apenas do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme mencionado antes, mas do próprio trabalho em si:

Trata-se da negação de um sistema único para o trabalho. Assume-se a naturalização da fragmentação e heterogeneidade do trabalho. Reconhece-se

assessoria à economia solidária. Em sua organização o CNES estabeleceu cinco comitês temáticos: comercialização, redes e cadeias de produção e consumo; crédito e finanças solidárias; formação e assistência técnica; institucionalização da política nacional; marco jurídico.

as variadas atividades informalizadas com que os trabalhadores vão preenchendo a vida como subsistência, e, no caso, associadamente a vinculação dessas atividades em coletivos de produção. Ou seja, **reconceitua-se a perspectiva de trabalho** firmando-a como possibilidade de ocupação em cooperativas e associações, não só em empresas ou autonomamente. Mais que isso, **aponta-se esta como a opção para qualificar o trabalho informal em termos de produtividade, aumento de renda e proteção social. Seria assim, a economia solidária, a possibilidade de redenção do espúrio trabalho informal que sempre marcou a história trabalhista do país e que cresce estruturalmente nos últimos tempos. Então, se assume uma ação propositiva sobre a diminuição estrutural do emprego e se faz isso por meio do alargamento do entendimento do trabalho** – agora também como trabalho associado e se intenciona **dar estatuto social às práticas econômicas informais organizadas em produção coletiva** (Ibidem, p.182-183) [*Grifo nosso*].

Barbosa (2005, p.181) assinala a criação da SENAES como uma experiência pioneira, pois “pela primeira vez o governo assume uma outra via para o trabalho que não o emprego assalariado. Esse é um marco porque até então a estratégia pública formal para desocupação envolvia a promoção do emprego, a qualificação profissional e o seguro-desemprego”.

Defende-se aqui que essa opção constitui uma resultante não só do processo de incorporação governamental das demandas postas pelos movimentos sociais com relação à expansão da economia solidária, mas também uma adequação das políticas públicas de combate ao desemprego e a pobreza às exigências postas pelos agentes do capital seguindo o receituário neoliberal de contenção dos gastos públicos e de criação de formas de organização do trabalho funcionais ao processo de acumulação. Cabe, contudo, explicitar melhor essas proposições.

A oficialização da economia solidária como política pública pelo governo Lula ocorre em um contexto marcado pela manutenção de altas taxas de desemprego (Tabela 21), apesar do crescimento do emprego com carteira assinada. Como mostram os dados do IPEA referentes à situação ocupacional dos trabalhadores nas seis principais cidades do país⁵⁷ (Gráfico 3), no período que se estende de 2003 a 2010 tem-se o crescimento do emprego com carteira, apontado por Filgueiras e Gonçalves (2007, p.172) como resultado, “sobretudo, de um quadro econômico internacional favorável às exportações brasileiras, e não de uma política de emprego”.

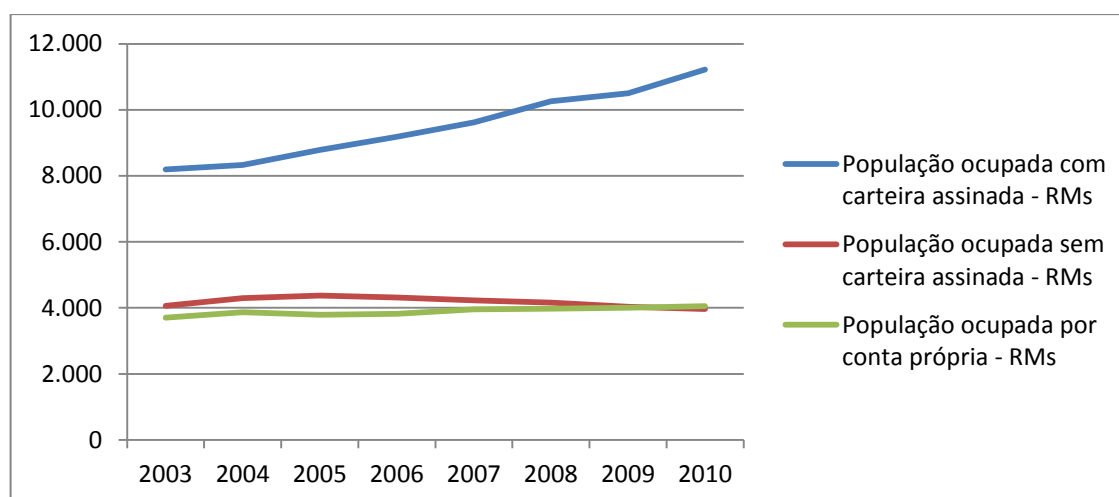
⁵⁷ Regiões metropolitanas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

TABELA 21
TAXA DE DESEMPREGO NO BRASIL E ÁREAS METROPOLITANAS - 2003 A 2009

DATA	TAXA DE DESEMPREGO	TAXA DE DESEMPREGO - ÁREAS METROPOLITANAS
2003	10,5	14,1
2004	9,7	13,5
2005	10,2	13,4
2006	9,2	12,1
2007	8,9	11,3
2008	7,8	9,6
2009	9,1	10,7

Fonte: IPEA

GRÁFICO 3
EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO OCUPACIONAL DOS TRABALHADORES NAS
RMs – 2003 A 2010⁵⁸



Fonte: Ipea

Em consonância com as elevadas taxas de desemprego, os dados do IPEA sinalizam também para o crescimento também da população ocupada por conta própria (Gráfico 3). No geral, apesar das reduções sofridas ao longo do período de 2003 a 2009, mantêm-se um alto grau de informalidade (Tabela 22):

⁵⁸ O gráfico foi elaborado a partir dos dados obtidos no site do Ipea: www.ipeadata.gov.br (acesso realizado em julho de 2011).

TABELA 22
EVOLUÇÃO DO GRAU DE INFORMALIDADE NO BRASIL - 2003 A 2009

DATA	GRAU DE INFORMALIDADE
2003	54,3
2004	53,8
2005	53,1
2006	52,1
2007	50,8
2008	49,2
2009	48,7

Fonte: IPEA

De acordo com Filgueiras e Gonçalves (2007, p.98), o crescimento do desemprego estrutural e o aumento da informalidade constituem, juntamente com o enfraquecimento dos sindicatos, a face mais visível da transformação sofrida nas relações capital-trabalho com a conformação do “modelo liberal periférico”⁵⁹ – conceito que busca particularizar o neoliberalismo nos países da periferia do capitalismo em comparação com o neoliberalismo nos países ricos centrais –, política econômica desenvolvida no governo Cardoso e consolidada no governo Lula.

O “modelo liberal periférico”, resultante não só da redefinição da relação capital-trabalho, mas também das relações intercapitalistas e da estrutura e funcionamento do Estado, constitui o *denominador comum* para, entre outros problemas: as baixas taxas de crescimento do PIB; o crescimento da dívida pública; a reduzidíssima capacidade de investimento do Estado que, conforme se verá adiante, está relacionada à redução dos investimentos no campo das políticas sociais visando à liberalização de recursos financeiros para obter superávits fiscais primários destinados ao pagamento dos juros da dívida pública; a grande concentração de riqueza e renda; e o elevado grau de pobreza da população.

Com relação à distribuição da renda no Brasil, os dados do IPEA revelam uma brutal diferença entre os segmentos da população brasileira no tocante a renda mensal domiciliar per

⁵⁹ O “modelo liberal periférico” possui três conjuntos de características marcantes. *O primeiro conjunto de características* justifica a denominação *liberal*, sendo essas características: 1) a liberalização das relações econômicas internacionais nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e monetário- financeira; 2) a implementação de reformas no âmbito do Estado e privatização de empresas estatais, provocando uma reconfiguração da intervenção estatal na economia e na sociedade; 3) e desregulação do mercado de trabalho, reforçando a exploração da força de trabalho. *O segundo conjunto* explicita a condição de modelo periférico, cujas características são: 4) a subordinação do país no sistema econômico internacional, não possuindo influência na arena internacional; 5) vulnerabilidade externa estrutural nas suas relações econômicas internacionais. *Terceiro*, ressalta-se que o “modelo liberal periférico” caracteriza-se ainda pela dominância do capital financeiro em sua dinâmica macroeconômica (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p.96).

capita média⁶⁰ no ano de 2009. Enquanto a renda domiciliar per capita dos extremamente pobres foi de R\$ 51,61 e dos pobres R\$ 111,42, a do 1% mais rico foi de R\$ 8.547,11. Os dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010 também ilustram a gigantesca desigualdade social que marca a sociedade brasileira (Tabela 23). Somando apenas as três primeiras classes por ordem crescente da renda (até 1/4 de salário mínimo, mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo, mais de 1/2 a 1 salário mínimo) tem-se que em 56,32%, ou seja, em mais da metade dos domicílios brasileiros a renda per capita não passa de 01 salário mínimo:

TABELA 23
PERCENTUAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR
CLASSES DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA
NO BRASIL – 2010⁶¹

CLASSES DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA	
Até 1/4 de salário mínimo	9,16
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	18,48
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	28,68
Mais de 1 a 2 salários mínimos	21,90
Mais de 2 a 3 salários mínimos	7,02
Mais de 3 a 5 salários mínimos	5,33
Mais de 5 salários mínimos	5,13
Sem rendimento ⁶²	4,27
Total ⁶³	100,00

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

No tocante à pobreza no Brasil, os dados do IPEA apontam uma redução nas taxas, porém os índices ainda são alarmantes (Tabela 24). Segundo os dados, em 2009 o número de pessoas extremamente pobres (aquelas que residiam em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de extrema pobreza, ou indigência, ou miséria) era de 13,47 milhões em contraposição aos 27,66 milhões de pessoas nessa condição no ano de 1990. Já a quantidade de pessoas pobres (residentes em domicílios com renda domiciliar per capita inferior à linha de pobreza) foi de 39,63 milhões em 2009 contra 58,12 milhões em 1990.

⁶⁰ De acordo com a definição do IPEA, a renda domiciliar per capita média de uma determinada parcela da população (neste trabalho foram utilizados os dados somente com relação as parcelas dos extremamente pobres, pobres e 1% mais rico) consiste na razão entre o somatório da renda per capita de todos os indivíduos incluídos na referida parcela/classificação e o número total desses indivíduos.

⁶¹ O salário mínimo utilizado foi R\$ 510,00 (IBGE).

⁶² A categoria *Sem rendimento* inclui todas as pessoas com rendimento domiciliar per capita nominal mensal somente em benefícios.

⁶³ A categoria *Total* inclui os domicílios sem declaração de rendimento nominal mensal domiciliar per capita (IBGE).

TABELA 24
TAXA DE POBREZA E DE EXTREMA POBREZA NO BRASIL – 2003 A 2009

DATA	TAXA DE POBREZA	TAXA DE EXTREMA POBREZA
2003	35,79	15,20
2004	33,70	13,20
2005	30,82	11,49
2006	26,75	9,44
2007	24,24	8,65
2008	22,59	7,57
2009	21,42	7,28

Fonte: IPEA

Filgueiras e Gonçalves (2007) indicam que o conceito de pobreza atualmente adotado em nível internacional foi criado e difundido pelo Banco Mundial. O conceito construído desconsidera que as desigualdades provêm da relação entre o capital e o trabalho, restringindo-as ao âmbito dos rendimentos da classe trabalhadora e com isso, propondo que a superação da pobreza se situe na redução das disparidades salariais e de outros rendimentos do trabalho. O conceito de pobreza é ainda vinculado ao menor ou maior acesso à educação e à saúde (“capital humano”), sendo também inversamente difundido como uma das causas fundamentais do baixo crescimento econômico, ao mesmo tempo em que é cuidadosamente desvinculado do modelo de desenvolvimento econômico implementado.

Os referidos autores afirmam ainda tratar-se de um conceito restritivo, uma vez que as linhas de pobreza subestimam as necessidades mínimas de sobrevivência de uma família, reduzindo, com isso, o número real de famílias pobres e, conseqüentemente, o montante de recursos financeiros que o Estado destinará ao enfrentamento desse grave problema social. Em consonância com esse conceito restrito de pobreza e considerando ainda o objetivo de reduzir os custos do Estado com políticas sociais para investir os recursos na esfera privada é que o Banco Mundial também sinaliza a implementação de políticas sociais focalizadas em detrimento das políticas sociais universais.

Para além do objetivo de liberar recursos para o pagamento da dívida pública, as políticas sociais focalizadas se originam da preocupação das instituições multilaterais, especialmente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, com a instabilidade política dos países da periferia do capitalismo, por sua vez, agravada com a implementação das políticas e reformas econômicas liberais. “Essas instituições passaram a recomendar enfaticamente tais políticas, principalmente a partir da década de 1990, após a ocorrência de sucessivas crises econômicas” (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p.170). Ou seja, a política

social focalizada de combate à pobreza se origina e se articula intimamente, portanto, com as reformas liberais, tornando-se funcional ao modelo liberal periférico:

A política social focalizada de combate à pobreza nasce e se articula intimamente com as reformas liberais e tem por função compensar, de forma parcial e muito limitada, os estragos socioeconômicos promovidos pelo modelo liberal periférico e suas políticas econômicas – baixo crescimento, pobreza, elevadas taxas de desemprego, baixos rendimentos, enfim, um processo generalizado de precarização do trabalho. Trata-se de uma política social apoiada num conceito de pobreza restrito, que reduz o número real de pobres, suas necessidades e o montante de recursos públicos a serem gastos. Ela procura se adequar ao permanente ajuste fiscal a que se submetem os países periféricos, por exigência do FMI e do capital financeiro (os “mercados”), para garantir o pagamento das dívidas públicas. Essa política social é a contraface dos superávits fiscais primários. [...] **Enfim, trata-se de uma política social que desloca a disputa entre capital e trabalho, própria das sociedades capitalistas, para o âmbito interno da classe trabalhadora, transformando-a num conflito distributivo que opõe os seus vários estratos** (Ibidem, p.155-156) [*Grifo nosso*].

No caso do Brasil, os programas focalizados de combate à pobreza foram colocados em prática a partir do segundo governo Cardoso e ampliados e aprofundados pelo governo Lula. Nesse último, além dos programas de complementação de renda, que ganham destaque com o Programa Bolsa Família, tem-se também a política pública de economia solidária como resposta às exigências das instituições financeiras multilaterais que vinculam seus empréstimos à atuação restringida do Estado no combate à pobreza e na geração de renda através de políticas focalizadas do investimento em pequenas e médias unidades produtivas e sem amparo social, nas quais os trabalhadores pobres possam se manter por conta própria (BARBOSA, 2005).

Como se sabe, as recomendações estruturais das instituições financeiras multilaterais vinculam-se aos empréstimos externos que impõem condicionalidades à atuação do Estado. Nesse caso, num claro envolvimento com essa perspectiva de reprodutibilidade social concernente ao trabalho em pequenas unidades produtivas e sem amparo social. Consiste em estratégia de atenção aos países devedores da periferia capitalista, o combate à pobreza e a geração de renda decorrente de ações criativas e empreendedoras de pequenas e médias empresas. Garantidas as missivas do ajuste fiscal e a desregulação do Estado perante compromissos públicos de proteção social, larga-se a economia à orientação do capital financeiro e produtivo monopolizados e emergem instituições voltadas para minorar a miséria e gerar renda de modo que o contingente de trabalhadores pobres possam se manter por conta própria (Ibidem, p.187-188).

Fato é que as políticas focalizadas de combate à pobreza estão no centro da discussão. Em pronunciamento⁶⁴ recente, o presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, destacou a pretensão da instituição em dobrar o valor médio anual investido no Brasil (dos atuais US\$ 3 bilhões para próximo de US\$ 6 bilhões), sendo que metade desse valor deve ser destinado aos estados do Nordeste para ajudar em programas que visem a redução da pobreza ou extrema pobreza, como citado por Makhtar Diop, diretor para o Brasil do Banco Mundial.

Também recentemente, após divulgados os Resultados Preliminares do Universo do Censo Demográfico 2010 sobre a renda domiciliar per capita no país, conforme discutido anteriormente (ver o anexo 1), foi lançado pela presidenta Dilma o *Plano Brasil sem Miséria*, composto por três eixos: 1) garantia de renda; 2) inclusão produtiva, sendo que entre as medidas a serem adotadas está o desenvolvimento de empreendimentos da economia solidária no espaço urbano; 3) ampliação do acesso a serviços públicos.

Um outro aspecto do processo de construção da política pública de economia solidária, já considerado anteriormente, refere-se ao fato de que ela é desde o princípio construída pela participação ativa dos movimentos sociais que, frente a nova conjuntura do mercado de trabalho, marcado pelo desemprego e pela expansão da informalidade, passam a defender e promover o trabalho autogestionado, porque mesmo com o “agigantamento das inversões privadas em favor do grande capital mundializado, e, a subjugação política dos Estados nacionais, acredita-se poder ruir o capitalismo com as experiências cooperativadas de autogestão” (BARBOSA, 2005, p.273).

Entretanto, a economia solidária termina por ser funcional ao capital. Contraditoriamente, apesar de buscar disseminar uma forma de trabalho distinta – por se fundamentar, ao menos idealmente, na controle coletivo dos meios de produção, do processo de trabalho e da riqueza produzida – do trabalho subordinado que caracteriza a produção capitalista, a economia solidária adequa-se as recentes tendências impostas pelo desenvolvimento do capitalismo, que apregoam a execução de programas de geração de renda em consonância com a reestruturação produtiva e a desregulamentação social (Idem).

Segundo a referida autora, essa adequação ocorre *material e ideologicamente*, pois fomenta-se empreendimentos que se articulam a produção capitalista pela via da terceirização/subcontratação, contribuindo para a redução dos custos de produção e favorecimento do acúmulo de capital, e também fomenta-se a cultura do auto-emprego, o que

⁶⁴ “Banco Mundial quer dobrar investimentos no Brasil, diz Zoellick”. Matéria disponível no endereço eletrônico: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/06/banco-mundial-quer-parcerias-para-financiar-projetos-sustentaveis.html>. (acesso realizado em julho de 2011).

aqui se acredita que contribua para que os trabalhadores assumam os riscos de um empreendimento, a responsabilidade por sua condição de desempregado, os custos da crise do capital. Nesse sentido, é que Barbosa fala da economia solidária como sendo:

[...] um universo de experiência social que se quer substituto do propósito do pleno emprego e que ao invés de se autonomizar do contexto capitalista interage com a produção mercantil por meio de relações de subcontratação, de conformação ideológica (*consentimento*) e de baixa de custos de reprodução do trabalhador. O trabalho cooperativado não anula a subordinação capitalista (Ibidem, p.273).

Frente a essas considerações, a referida autora aponta que as exigências dos movimentos sociais em relação à expansão da economia solidária não se apresenta como uma crítica ou ameaça à ordem burguesa. A defesa da economia solidária constitui um ponto de consenso entre os distintos agentes que fomentam os empreendimentos autogeridos, ainda que essa defesa seja orientada por objetivos diversos.

Mais do que isso, a autora aponta que a defesa do trabalho autogestionário pelos movimentos sociais se desdobra na quebra do compromisso público com o trabalho formal, o assalariamento, por parte do governo e dos movimentos da classe trabalhadora, justamente no cenário de flexibilização e precarização do trabalho. E afirma ainda que a incorporação de representantes dos movimentos sociais na gestão tem implicado a perda do poder de barganha, a ausência de estratégias públicas de pressão social para mesmo ampliar o espaço da economia solidária nos fundos públicos.

Está em curso, ainda que pareça contraditória, uma ampliação restrita, isto é, um estímulo à ampliação da participação política restrita ao horizonte político burguês. Não se trata da destruição do sindicato, **mas de sua ressignificação: de um sindicato classista, autônomo e combativo para um sindicato colaboracionista. Não se trata da destruição dos movimentos sociais, mas da reconfiguração de suas demandas: suas reivindicações não podem apontar para críticas à ordem burguesa; devem-se ater às reivindicações dentro da ordem e convertidas para dentro da aparelhagem estatal.** Não se trata do indivíduo atomizado do neoliberalismo ortodoxo [...]: **trata-se do estímulo ao associativismo, do indivíduo-cidadão, ativo, consciente e responsável,** que atuará nos marcos da cidadania burguesa e da democracia restrita. **Este estímulo ao associativismo convive com a cooptação exercida por meio da distribuição de cargos nos mais variados escalões do governo [...]** (LIMA, 2007, p.123) [*Grifo nosso*].

A proposição apresentada por Barbosa (2005, p. 273), com a qual concorda-se nesta pesquisa, é a de que a política pública de economia solidária, instituída a partir da criação da

SENAES, apresenta-se “como uma das variadas mediações que conformam esse novo contexto das relações de trabalho e subordinação, à luz da problemática do desassalariamento e da mobilização social por trabalhos autogestionados”. Em seu âmbito confluem as agências multilaterais, governos, empresários e movimentos sociais a partir da afinidade de fomentar – embora com interesses distintos – empreendimentos autogeridos pelos trabalhadores, ou seja, formas de trabalho informal, destituindo, pelo mesmo movimento, o trabalho das exigências públicas de regulação social.

Em outras palavras, compreende-se aqui que a política pública de economia solidária constitui efetivamente uma mediação para o consenso entre trabalhadores, investidores e instituições nacionais que Lula da Silva, ainda na campanha eleitoral de 2002, já sinalizava como necessário à expansão da economia solidária enquanto estratégia para o enfretamento ao desemprego e a miséria. Além de garantir o consenso, manter a coesão junto a movimentos da classe trabalhadora, a política de economia solidária atende às exigências das agências multilaterais quanto às políticas focalizadas de combate à pobreza, ao mesmo tempo diminuindo a pressão decorrente do desemprego e da miséria, sem perder de vista o processo de acumulação capitalista via terceirização da produção.

2.3.2 *Dados sobre a política pública de economia solidária*

A SENAES é responsável pela implementação do *Programa Economia Solidária em Desenvolvimento*, cujo objetivo é “promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário” (Site do MTE). Esse programa marcou a introdução de políticas públicas específicas para a economia solidária em âmbito nacional. Conforme divulgado oficialmente no site do MTE, o objetivo do Programa relaciona-se aos objetivos do Governo Federal de promover a inclusão social e a redução das desigualdades por meio da expansão da “economia solidária como alternativa para o desenvolvimento do país”:

Ao constituírem um modo de produção alternativo ao capitalismo, onde os próprios trabalhadores/as assumem coletivamente a gestão de seus empreendimentos econômicos, **as iniciativas de economia solidária vêm apontando para soluções mais definitivas à falta de trabalho e renda. E foi para apoiar o seu fortalecimento e expansão que se construiu o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento** (Site do MTE) [*grifo nossos*].

O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento é composto por um conjunto de onze ações que visam desde o fomento à empreendimentos até a elaboração do marco jurídico da economia solidária, conforme elencados a seguir. Uma das ações previstas pelo Programa refere-se ao **Fomento e assistência Técnica a Empreendimentos Econômicos Solidários e Redes de Cooperação de Economia Solidária**. Trata-se de assistência técnica gerencial que visa “fortalecer práticas autogestionárias, justas e solidárias nos processos produtivos, melhorando a qualidade dos produtos, assessorando na elaboração de planos de negócio, de marketing e nos registros fiscais e contábeis adequados à legislação vigente” (Site do MTE).

Uma segunda ação contida dentro do Programa é a **Promoção do desenvolvimento local e da economia solidária por meio da atuação de agentes de desenvolvimento solidário**. Agentes de desenvolvimento solidário são capacitados e contratados para atuarem nas comunidades com o objetivo de: conhecer as potencialidades econômicas locais; fomentar novos empreendimentos solidários e assessorar aqueles já existentes; articular os gestores públicos em torno do tema da economia solidária; estimular a construção e o fortalecimento de espaços coletivos, tais como fóruns, redes e movimentos, que debatam e definam as necessidades das comunidades, sempre buscando soluções a partir da Economia Solidária⁶⁵.

A terceira ação refere-se ao **Fomento a finanças solidárias com base em bancos comunitários e fundos solidários**. A SENAES/MTE vem apoiando projetos de finanças solidárias e estimulando o debate junto a bancos públicos e outras entidades sobre a criação de linhas direcionadas para segmentos específicos (como as empresas recuperadas) e de fundos solidários em geral, enquanto alternativas de crédito a economia solidária. Através de lei federal foi criado em dezembro de 2005 o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO), parceria atual do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. O objetivo principal da ação é apoiar a criação e o fortalecimento institucional de bancos comunitários de desenvolvimento e de fundos rotativos solidários, com vistas ao financiamento de iniciativas produtivas associativas e comunitárias, além de propiciar que se ofereça diagnóstico, acompanhamento e assistência técnica aos projetos financiados.

A quarta ação trata da **Formação de formadores (as), educadores (as) e gestores públicos para atuação em economia solidária**. A estruturação de uma política pública de formação tem sido, segundo informado pelo MTE, uma demanda constante dos empreendimentos e organizações da economia solidária. Desde 2004, a SENAES vem

⁶⁵ Em 2005, a SENAES e outros parceiros do governo federal iniciaram um projeto-piloto de desenvolvimento local, direcionado à comunidades quilombolas (155 comunidades). Em 2006, a ação foi ampliada a outros segmentos, tendo início o Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES). Em 2008, o PPDLES passou a se chamar Projeto Brasil Local - Desenvolvimento e Economia Solidária.

desenvolvendo atividades de formação de formadores, educadores e gestores públicos para atuação em economia solidária, bem como estabelecendo parcerias para a formação dos trabalhadores. São quatro ações governamentais nesse sentido: 1) qualificação social e profissional nas três modalidades do Plano Nacional de Qualificação (PLANTEQS), PROESQS, PLANSEQ; 2) formação em economia solidária para trabalhadores articulados a iniciativas de Educação de Jovens e Adultos (EJA); 3) formação de gestores governamentais de políticas públicas de economia solidária que atuam nas esferas federal, estadual e municipal em parceria com a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária; 4) Centros de Formação em Economia Solidária (CFES).

Os dados sobre os CFES evidenciam como os interesses dos distintos agentes envolvidos no fomento aos empreendimentos solidários se mesclam. Atualmente existem 06 CFES, sendo que cada centro tem a frente uma entidade selecionada através de um processo de Chamada Pública de Parcerias, realizada pela Senaes/MTE. O centro nacional, foi inaugurado no dia 13 de maio de 2009, está sediado em Brasília e destina-se à formação de educadores e gestores públicos que atuam com economia solidária, sendo administrado pela Cáritas Brasileira (Site da Cáritas Brasileira).

Os cinco CFES regionais, suas respectivas sedes e as entidades parceiras que os coordenam são: na região Norte – Belém (PA), coordenado pela Universidade Federal do Pará – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares; na região Nordeste – Recife (PE), coordenado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares; na região Centro-Oeste – Goiânia (GO), tem-se a Escola Centro-Oeste de Formação Sindical da Central Única dos Trabalhadores – ECO/CUT; na região Sudeste – Belo Horizonte (MG), coordenado pela União Brasileira de Educação e Ensino (UBEE); na região Sul – São Leopoldo (RS), coordenado pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) (Site da Cáritas Brasileira).

Segundos as informações disponibilizadas pela Cáritas Brasileira em seu site, a meta do CFES Nacional e dos CFES Regionais, para um período de três anos, é formar 19.710 educadores, além de publicar 12 mil exemplares de material didático. Dentre as atividades previstas nos CFES estão: cursos nacionais, regionais e estaduais; articulação em rede; e seminários para conselheiros do Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQ).

A quinta ação refere-se a **Organização Nacional de Comercialização dos Produtos e Serviços de Empreendimentos Econômicos Solidários**, com as seguintes ações: 1) construção do Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário; 2) promoção de Feiras de Economia Solidária, em parceria com o Instituto Marista de Solidariedade, o FBES, a

Fundação Banco do Brasil e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), órgãos e entidades que integram um Comitê Gestor, que seleciona os projetos mediante edital; 3) promoção de Bases de Serviços Territoriais em apoio aos Empreendimentos Econômicos Solidários, articuladas aos Sistemas Estaduais de Comercialização da Agricultura Familiar e Economia Solidária (SECAFES), que são vinculados ao MDA; 4) apoio a projetos que visam à implantação de Centrais de Armazenamento e de Distribuição; 5) fomento ao cooperativismo de consumo na organização de Redes de Lojas para escoamento de produtos da economia solidária e do comércio justo e solidário.

A sexta ação prevista no Programa Economia Solidária em Desenvolvimento, trata do **Estímulo à Institucionalização de Políticas Públicas de Economia Solidária**, como estratégia para consolidá-la como política das três esferas de poder, tornando-a política de Estado e não só como política de governo, visando ainda, evitar a sobreposição de ações entre as esferas. As ações nesse ponto tem incluído: a promulgação de leis municipais e estaduais; a criação de órgãos dentro dos governos locais e estaduais, como Secretarias e Departamentos, além da institucionalização de espaços locais de interlocução com a sociedade civil, como Conselhos; a constituição de Centros Públicos de Economia Solidária⁶⁶.

A sétima ação refere-se ao **Cadastro de Informações em Economia Solidária**. Criou-se o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), no qual são inseridas as informações levantadas no Mapeamento da Economia Solidária no Brasil, com identificação e caracterização de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento, e políticas públicas de economia solidária nas diferentes esferas governamentais.

A oitava ação trata da **Recuperação de Empresas por Trabalhadores Organizados em Autogestão**. Desde 2006, a SENAES/MTE tem atuado em parceria com a UNISOL Brasil e com a ANTEAG no apoio à recuperação de empresas em situação de crise jurídica e/ou financeira, pelos próprios trabalhadores que se interessaram em se organizar para recuperá-las e assumiram a gestão destas empresas em sistema de autogestão. As principais atividades são: 1) realização de cursos, oficinas e seminários, visando a capacitação dos trabalhadores/as e sua integração; 2) assessoria na elaboração de diagnósticos, estudos de viabilidade econômica e planos de negócios; 3) assessoria na elaboração de projetos de financiamento; 4) Apoio à articulação e constituição de redes e cadeias produtivas entre as empresas recuperadas por

⁶⁶ Conforme consta no Site do MTE, os Centros Públicos de Economia Solidária “são espaços multifuncionais, que alojam um conjunto de atividades principalmente de comercialização, de formação e de articulação local da economia solidária a serem realizadas por instituições governamentais ou não governamentais”. Os dados encontrados retratam que ao todo, entre 2004 a 2006, foram 19 convênios para a implantação de 21 Centros Públicos em todo o Brasil.

trabalhadores/as; 5) Promoção de visitas técnicas; 6) Promoção de intercâmbio entre os trabalhadores/as de empreendimentos em fase de recuperação e destes com os de empreendimentos já consolidados (estágios cooperativos); 7) desenvolvimento de instrumentos legais que facilitem a recuperação de empresas por trabalhadores em autogestão; 8) desenvolvimento de mecanismos de instituição de um fundo público para apoio ao processo de recuperação de empresas pelos trabalhadores; 9) divulgação e orientação aos trabalhadores, aos sindicatos e à sociedade civil em geral sobre a possibilidade de recuperação de empresas através da auto-organização de trabalhadores.

A nona ação refere-se ao **desenvolvimento e disseminação de conhecimentos e tecnologias sociais apropriadas à economia solidária**. Para tanto tem-se as seguintes ações: mapeamento da Economia Solidária, que resultou na criação do SIES; apoio a projetos de promoção e disseminação de conhecimentos e tecnologias sociais apropriadas para o fortalecimento das iniciativas de geração de trabalho e renda em atividades de economia solidária; Campanha Nacional de Divulgação e Mobilização Social da Economia Solidária.

A décima ação compreende o **fomento à incubadoras de empreendimentos solidários**. A ação, em parceria com outros órgãos federais, compreende o apoio à consolidação e ampliação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), que são instituições vinculadas a universidades (públicas ou privadas), e, mais recentemente, entidades criadas por governos ou mantidas por organizações da sociedade civil, que apóiam e assessoram novos empreendimentos ou empreendimentos já criados, oferecendo-lhes qualificação e assistência técnica durante o chamado período de incubação. O objetivo da ação é fortalecer as incubadoras e assim favorecer, conseqüentemente, a criação e o acompanhamento de novos empreendimentos solidários e dos empreendimentos existentes, bem como produzir conhecimentos e formação para as cooperativas populares (Site do MTE).

De acordo com o MTE, as incubadoras têm se destacado não só pela incubação de empreendimentos, redes e outras modalidades de articulação, mas também por atuarem na formação de futuros profissionais do campo da economia solidária, no desenvolvimento do conhecimento e no apoio às ações governamentais e movimentos sociais.

Sua contribuição combina apoio direto, produção de conhecimentos, formação de quadros e construção de projetos e políticas. É notória a ação das incubadoras universitárias fortalecendo e viabilizando iniciativas econômico associativas, que possibilitam **a reinserção social de populações de baixa renda e aos trabalhadores, tanto jovens quanto adultos, submetidos ao desemprego e à informalidade. Relevante também tem sido a contribuição destas na construção de novas práticas de**

mobilização democrática e de um novo paradigma organizacional para o trabalho e a economia solidária (Site do MTE) [*grifo nossos*].

O fomento a cooperativas por meio de ITCPs surge em 1997 com a criação do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC). Esse programa teve como signatários a FINEP, o Banco do Brasil, a Fundação Banco do Brasil (FBB) e o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP). Em 2003, a FINEP e a FBB, em parceria com a SENAES/MTE, retomaram a discussão sobre os rumos do PRONINC e decidiram reativar o programa.

O objetivo essencial do PRONINC é utilizar o conhecimento e a capacidade existentes nas universidades para a constituição de empreendimentos cooperativos que proporcionem trabalho e renda. As universidades se envolvem com o PRONINC de duas formas: promovendo atividades de apoio à formação e desenvolvimento de cooperativas ou associações produtivas, principalmente através de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; e realizando pesquisas que visem a produzir conhecimentos relevantes para a consolidação da metodologia de incubação (Site da FINEP).⁶⁷

De acordo com os dados⁶⁸ do PRONINC, atualmente tem-se 33 incubadoras universitárias no Brasil, sendo que a Região Sudeste concentra o maior número dessas instituições, bem como de empreendimentos incubados (Tabela 25):

TABELA 25
DADOS SOBRE AS INCUBADORAS POR REGIÃO – 2005

REGIÃO	INCUBADORAS	EMPREENDIMENTOS
Norte	2	18
Nordeste	8	82
Centro-Oeste	2	16
Sudeste	12	112
Sul	9	87
TOTAL	33	315

Fonte: PRONINC

Os Grupos informais constituem a forma mais disseminada com 45% do total de empreendimentos incubados – fomentados pelas incubadoras universitárias –, seguido das cooperativas com 38% do total (Tabela 26). Quanto aos tipos de atividades, a prestação de serviços responde por 23% do total, seguida pelas atividades de produção agropecuária, extrativismo e pesca com 21% e a produção de produtos artesanais com 19% (Tabela 27):

⁶⁷ O site é: www.finep.gov.br/programas/proninc (acesso realizado em julho de 2010).

⁶⁸ Dados disponíveis no site do PRONINC: www.acompanhamentoproninc.org.br (acesso realizado em julho de 2010).

TABELA 26
PORCENTAGEM DAS FORMAS DE EMPREENDIMENTOS – 2005

FORMA DE CONSTITUIÇÃO	TOTAL
Associações	14%
Cooperativas	38%
Grupos Informais	45%
Micro-empresa Autogestionária	1%
Instância de Interação (Redes, Centrais, articulações p/ o consumo ético e solidário)	2%
TOTAL	100%

Fonte: PRONINC

TABELA 27
EMPREENDIMENTOS POR SEGMENTO ECONÔMICO – 2005

SEGMENTOS ECONÔMICOS	TOTAL	PERCENTUAL
Prestação de Serviços	73	23%
Produção Agropecuária Extrativismo e pesca	66	21%
Produção de Artefatos Artesanais	60	19%
Serviços de Coleta e Reciclagem de Materiais	45	14%
Produção e Serviços de Alimentos e Bebidas	33	10%
Produção Têxtil e Confecções	29%	9%
Produção Industrial (Diversos)	7	2%
Produção de Fitoterápicos, Limpeza e Higiene	2	1%
TOTAL	315	100%

Fonte: PRONINC

Por fim, dentro do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento está prevista também a **elaboração do marco jurídico da economia solidária**. Essa ação de natureza não-orçamentária visa (por meio de encontros, seminários, reuniões de trabalho e contratação de consultorias) promover, em conjunto com representantes do CNES e de fóruns e organizações da economia solidária, a elaboração de proposições normativas para adequação da legislação existente e para a criação de novas legislações que confirmem reconhecimento jurídico à economia solidária e atendam às suas necessidades, entre as quais estão: 1) construção normativa e elaboração de Projetos de lei que regulem a ação do Estado no campo da economia solidária e consolidem e institucionalizem a política pública de economia solidária; 2) elaboração de propostas normativas que promovam a formalização jurídica e econômica dos empreendimentos econômicos solidários e que possibilitem o reconhecimento jurídico das diversas formas societárias assumida pela economia solidária; 3) propostas que visem a garantia dos direitos dos trabalhadores, particularmente dos trabalhadores associados.

Quanto ao financiamento da economia solidária Barbosa (2005) assinala que a SENAES agencia e intermedia entidades e unidades produtivas para acessar recursos de fundos públicos no âmbito do governo e defender sua ampliação. Além de recursos orçamentários de pequeno montante, a referida secretaria tem como base de financiamento as “fontes comuns de fomento à geração de trabalho e renda, envolvendo principalmente o FAT. Mas, de outra parte acessa recursos do próprio FAT ou de outras fontes, via interrelação com outros ministérios e organismos federais” (Ibidem, p.226).

O uso dos recursos do FAT no Sistema Público de Emprego começou a ser revisto desde 2003, segundo a autora. De acordo com ela, sob o argumento de que as políticas passivas como o seguro desemprego apresentam-se como incapazes de assegurar o retorno à atividade produtiva, defende-se a diminuição do gasto com essa política e o deslocamento dos investimentos para a ampliação das políticas ativas de emprego como geração de trabalho e renda. Outra fonte importante de financiamento da economia solidária é o BNDES, mas os recursos utilizados pela instituição para apoiar investimentos produtivos e reduzir com isso, os gastos com o seguro desemprego, são provenientes, justamente, do FAT.

A autora ainda assinala que a luta econômica pela sobrevivência no âmbito da economia solidária não está desvinculada da luta política pelo controle dos recursos públicos para a reprodução dos empreendimentos. Sem a intervenção do Estado sob formas diversas de financiamentos e serviços, a manutenção das experiências de economia solidária fica inviável:

Paradoxalmente, verificou-se que a aventura no mercado requerida pela cultura empreendedora do auto-emprego e do cooperativismo autogestionado, exige do Estado expressiva conversão de serviços e financiamentos sob pena dessas experiências enquanto práticas econômicas mesmo se renderem a mero simulacro, na medida, em que, de fato, sem capital de giro, formação e tecnologia a área não tem sustentabilidade. Observou-se que a letalidade nesse campo é bem acentuada e, no caso, dos trabalhadores mais empobrecidos, tende a adensar a perversidade na medida em que de antemão se sabe da ausência de bens e relações sociais que sustentem sua inserção social que não por meio da própria força de trabalho. O voluntarismo do trabalho empreendedor é uma névoa que esconde a submissão (Ibidem, p.274).

Abaixo, os dados acerca dos gastos do governo federal com as ações da política pública de economia solidária mostram que o montante de recurso tem oscilado ao longo do período após a criação da SENAES e que o valor repassado não chega à marca de 0,5% ao ano (Tabela 28). Será esse percentual suficiente para custear as inúmeras necessidades – formação do trabalhador, condições de produção e comercialização do produto, etc – enfrentadas pelos inúmeros empreendimentos autogeridos?

TABELA 28
GASTOS DO GOVERNO FEDERAL COM O PROGRAMA ECONOMIA
SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO – 2004 A 2010⁶⁹

ANO	TOTAL DESTINADO PELO GOVERNO FEDERAL EM ÂMBITO NACIONAL - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS	TOTAL DESTINADO AO PROGRAMA ECONOMIA EM DESENVOLVIMENTO	VALOR EM %
2004	R\$ 105.818.249.263,80	R\$ 18.370.773,9	0,017
2005	R\$ 120.460.267.670,41	R\$ 17.399.226,89	0,014
2006	R\$ 144.827.545.210,56	R\$ 29.840.402,29	0,020
2007	R\$ 165.034.755.952,71	R\$ 19.814.310,16	0,012
2008	R\$ 203.766.062.325,61	R\$ 34.530.489,85	0,016
2009	R\$ 209.364.793.984,53	R\$ 41.087.595,24	0,019
2010	R\$ 228.163.178.208,54	R\$ 38.909.964,61	0,017

FONTE: Portal da Transparência

Quanto aos gastos específicos por ações (ver anexo 2), nota-se uma inconstância no financiamento, pois de todas as ações listadas apenas uma (Promoção da Inclusão Produtiva) recebeu recursos em todos os anos. Ou seja, o que os dados acerca dos gastos governamentais com a política pública de economia solidária indicam é que parece tratar-se de uma política pública incipiente, limitada, de caráter não resolutivo, mas amenizador da grave questão social que é o desemprego estrutural na atualidade.

Explicitados os traços gerais da atual expansão do cooperativismo no Brasil – traços esses que o evidenciam como uma estratégia que vem sendo construída por trabalhadores, governo e empresariado para o alcance de interesses diversos –, analisar-se-á mais detidamente no próximo capítulo, a intervenção da CUT no fomento de empreendimentos autogestionários. Conforme já ressaltado anteriormente no final do tópico 2.2, o intuito é apreender, entre outros aspectos, *com que objetivo a maior central sindical do país tem desenvolvido essa intervenção* – por sua vez circunscrita pelo contexto adverso à luta dos trabalhadores, no qual o próprio cooperativismo já vem sendo incorporado pelo capital como mecanismo de subordinação do trabalho – e *como o fomento de empreendimentos autogeridos relaciona-se com a atuação do sindicato enquanto instituição defensiva e também centro de organização e formação da consciência de classe dos trabalhadores*.

⁶⁹ As tabelas referentes aos gastos do Governo Federal com o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento foram construídas com os dados disponíveis no Portal da Transparência, no endereço: www.transparencia.gov.br (acesso realizado em maio de 2011).

3 Cooperativismo e sindicalismo: uma análise sobre a intervenção da CUT no âmbito da economia solidária

Retomando as posições teóricas defendidas nos capítulos anteriores deste trabalho, viu-se que os empreendimentos autogestionários – atualmente reconhecidos de forma ampla sob a conceituação de economia solidária – apresentam limites que os inviabilizam de constituir-se como uma economia alternativa ao sistema capitalista de produção. Ademais, esse tipo de organização tornou-se mesmo funcional ao capital, tanto que tem sido fomentado por seus agentes no contexto atual.

Apesar das limitações, se reconhece neste trabalho que os empreendimentos autogeridos podem se tornar peças importantes na luta pela superação do capitalismo. Para além da importância imediata como alternativa de trabalho para a numerosa parcela da classe trabalhadora que sofre as conseqüências do desemprego estrutural, os empreendimentos autogestionários podem constituir um espaço para formação da consciência de classe desses trabalhadores, por propiciar uma escola na qual se poderá descobrir uma nova maneira de fazer e conceber as relações econômicas.

A formação da consciência de classe não é, contudo, algo que ocorre de forma espontânea e nem constitui um processo linear e mecânico, ao contrário, depende, para se realizar, da mediação de uma atuação humana consciente, que, por sua vez, necessita da intervenção de algum tipo de instituição para se desenvolver (MÉSZÁROS, 1993). Entre as instituições que podem e devem favorecer o processo de formação da consciência de classe, estão os sindicatos. Esses, para além da luta defensiva orientada para o combate às incessantes usurpações do capital quanto à questão salarial e o tempo de trabalho, devem atuar como centros de organização e formação da consciência de classe dos trabalhadores na luta por sua emancipação, auxiliando a todo o movimento social e político que se volte para essa direção (MARX, 1866).

Considerando, portanto, que a formação da consciência de classe não constitui um processo espontâneo, mas que deve sim ser mediado, acredita-se que, apesar da forma de organização do empreendimento autogestionário – fundamentada no controle coletivo dos meios de produção, dos processos de trabalho e da riqueza produzida – favorecer a formação de uma outra cultura do trabalho, sem uma formação política, os trabalhadores cooperados podem acabar limitados ao imediatismo da luta cotidiana pela sobrevivência, permanecendo alheios à necessidade de fortalecer a luta da classe trabalhadora pela superação do capital.

Mais do que permanecer alheios à necessidade de enfrentamento ao capitalismo, acredita-se que sem formação política, a permanência dos trabalhadores em empreendimentos autogestionários, fundamentalmente, como meio de sobrevivência, tende a ser funcional ao capital, na medida em que favorece a reprodução de organizações que passam a ser incorporadas pelas empresas capitalistas como meio para reduzir custos via terceirização, e que contribuem, também, para amenizar as tensões sociais provocadas pelo desemprego e os agravos às condições de vida daqueles que vivem da venda de sua força de trabalho.

Diante das considerações feitas acerca das possibilidades do cooperativismo, das características de seu desenvolvimento no contexto atual, e do papel relevante que os sindicatos devem desempenhar no processo de formação da consciência de classe, faz-se necessário analisar a intervenção da CUT no âmbito da economia solidária. O intuito é apreender com que objetivo a maior central sindical do país tem desenvolvido essa intervenção, procurando perceber se o fomento de empreendimento autogestionários objetiva exclusiva ou fundamentalmente criar alternativas ao desemprego, ou se, ao contrário, fundamenta-se na crítica intransigente ao capital, buscando fortalecer a organização da classe trabalhadora e desenvolver a sua consciência de classe.

Para tentar identificar o objetivo da CUT em fomentar o cooperativismo, pensou-se em analisar o material utilizado nas assessorias de formação dos trabalhadores para a autogestão, que a Central realiza nos empreendimentos autogestionários que acompanha. O intuito era apreender que concepções acerca do cooperativismo são difundidas junto aos trabalhadores. Contudo, as assessorias da CUT realizadas por técnicos da UNISOL BRASIL, são elaboradas de acordo com as demandas (comercialização, crédito, etc) apresentadas pelos empreendimentos e utilizam materiais diversos, de instituições diversas, não tendo sido, portanto, encontrado material didático elaborado pela CUT para o fim especificado.

Apesar da inviabilidade da idéia inicial, manteve-se como procedimento metodológico a análise documental, passando-se a considerar como fonte fundamental as resoluções dos Congressos Nacionais da CUT, no período de 1984 (ano em que a Central realiza o seu primeiro congresso nacional – I CONCUR) a 2009, quando é realizado o X CONCUR, último congresso nacional realizado até o presente momento. A proposta foi analisar a resolução de cada CONCUR, procurando ater-se às concepções e ações da Central relacionadas ao cooperativismo e, assim, apreender que objetivo tem norteado a intervenção da CUT no âmbito da economia solidária.

3.1 Da abordagem pontual à atuação propositiva: alterações na relação da CUT com o cooperativismo

O cooperativismo, conforme mencionado anteriormente no tópico 2.2, ganhou destaque como bandeira de luta da CUT na década de 1990 – essa discussão será retomada e aprofundada ainda neste capítulo. Contudo, a análise das resoluções dos congressos da Central mostra que a discussão sobre o cooperativismo é realizada desde os seus primeiros congressos, embora no período de 1984 a 1988 a abordagem sobre as cooperativas tenha ocorrido de forma pontual, sem que se perceba a definição de uma proposta de intervenção da CUT nesse âmbito, o que ocorrerá posteriormente.

No I CONCURT realizado em 1984, o cooperativismo aparece atrelado ao setor rural, sendo proposto como solução para viabilizar a comercialização dos produtos agropecuários de forma direta entre produtores e consumidores, através de cooperativas de produção e consumo, sob o domínio e controle dos trabalhadores. No II CONCURT, realizado no ano de 1986, o cooperativismo não aparece vinculado ao setor rural, mas à discussão sobre a reforma urbana, para a qual é proposta, entre outras estratégias, a definição de “novas formas de acesso à terra urbana, entre as quais a propriedade coletiva e cooperativa” (1986, p.68). Já nas resoluções do III CONCURT, evento realizado em 1988, não foi encontrada nenhuma referência ao cooperativismo.

As resoluções desses três primeiros congressos nacionais da CUT sinalizam, portanto, que nesse período de 1984 a 1988, o cooperativismo não constituía temática importante a ser abordada de forma sistemática pela Central, aparecendo pontualmente, relacionado a questões específicas destacadas em momentos diferentes – escoamento da pequena produção agrícola em um momento, e acesso à moradia em outro. Ou seja, o cooperativismo não constituía para a CUT, uma ação relevante a ser apoiada ou mesmo desenvolvida, mas sim uma estratégia a ser adotada frente a problemas específicos.

Essa abordagem pontual da CUT sobre o cooperativismo parece guardar relação com o contexto social da época e com a forma de atuação da Central no período. De acordo com Boito Jr (1999), durante a década de 1980 a intervenção da CUT configurou-se como um “sindicalismo defensivo” que, fundamentado na postura reivindicativa e de valorização da ação grevista, agitou idéias contra o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro e interveio de modo ativo na luta pela democracia. Nesse período, constituíam-se como questões centrais da luta sindical, entre outras: a defesa salarial, a reforma agrária, o não-

pagamento da dívida externa, estatização de serviços básicos, constitucionalizar direitos trabalhistas e sociais já existentes, criar direitos novos de proteção aos trabalhadores, etc.

A CUT, durante a década de 1980, lutou para implementar uma estratégia sindical de combate à política de desenvolvimento pró-monopolista, pró-imperialista e pró-latifundiária do Estado brasileiro. [...] a CUT foi, gradativamente, consolidando uma plataforma de transformações econômicas e sociais antagônica à política de desenvolvimento do Estado brasileiro, além de intervir de modo ativo na luta pela democracia. Entre o seu congresso de fundação, em 1983, e o seu terceiro congresso regular, em 1988, a CUT foi aprovando e reafirmando as seguintes palavras-de-ordem, referentes à economia e à política social: não-pagamento da dívida externa, estatização do sistema financeiro, estatização dos serviços de saúde, da educação e do transporte coletivo, reforma agrária sob controle dos trabalhadores, contra a privatização das estatais (Ibidem, p.132).

Mudanças na forma de atuação da CUT vieram, contudo, a ocorrer a partir da década de 1990 (TEIXEIRA, 1999). Conforme já explicitado no capítulo anterior, é nesse período que o Brasil aprofunda, com o governo de Fernando Collor, sua inserção subordinada no processo de mundialização do capital, tratando de implantar as políticas neoliberais e efetivar as exigências impostas pela reestruturação produtiva. Essas tendências oriundas do processo de reorganização do capital delinearão os traços de uma nova conjuntura que se mostrou, desde o início, desfavorável à classe trabalhadora e à luta sindical.

Percebendo a *defasagem entre a plataforma e a linha ofensiva da CUT e a nova conjuntura*, a Articulação Sindical – corrente majoritária na Central – propõe e consegue implantar uma nova estratégia de atuação no sindicalismo cutista, alterando a sua forma de se relacionar com o mundo institucional. Essa nova estratégia consistiu na substituição da prática das greves gerais de protesto do *sindicalismo defensivo* da década de 1980, pelas sucessivas tentativas de acordos com os governos neoliberais – através da elaboração própria de propostas de políticas para diversas questões, a serem apresentadas e negociadas em fóruns tripartites que reúnam sindicalistas, governantes e empresariado – que orientam a prática do *sindicalismo propositivo* (BOITO JR, 1999).

[...] Mas, se a mudança na conjuntura impunha um recuo do sindicalismo, com a adoção de uma linha de ação defensiva, ela não impunha a adoção do “sindicalismo propositivo”, que a Articulação Sindical acabou por implantar. Essa estratégia levou a central a uma prática hesitante, às vezes contraditória, configurando, no geral, uma estratégia de conciliação com a política neoliberal que acabava de chegar ao poder. A corrente hegemônica na CUT passou a apregoar que

seria necessário abandonar o sindicalismo dos anos 80, que teria sido, segundo sua avaliação, meramente defensivo e reivindicativo. Nas palavras dos dirigentes da CUT tratava-se de abandonar a postura de “apenas se opor e ser contra”, para passar a apresentar “alternativas concretas” para todos os problemas importantes da política nacional. [...] **A CUT abandonou a luta prática e a agitação de idéias contra o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro e não assumiu a luta e a denúncia sistemática contra a política neoliberal no seu conjunto** (Ibidem, p.142-143) [*grifo nosso*].

A linha de atuação propositiva da CUT presume que, para serem aprovadas nos fóruns tripartites, as propostas elaboradas pela Central devem interessar tanto aos governos neoliberais e às empresas quanto aos trabalhadores. O intuito é estabelecer o diálogo entre capital e trabalho, no sentido de promover a colaboração e evitar os conflitos. Nesse sentido é que Boito Jr (1999) afirma que, no geral, o “sindicalismo propositivo” leva à conciliação com o neoliberalismo, justo no período de grandes adversidades à luta sindical, o que corrobora a tese de Trotski (1978) – vista no capítulo 1 deste trabalho – acerca da tendência dos sindicatos de se conciliarem com a classe dominante nos períodos de acentuação da luta de classes.

O sindicalismo propositivo, é, estritamente falando, um método de ação sindical: elaborar propostas próprias para negociá-las com os empresários e os governos (neoliberais). Dentro desse método, é certo que o conteúdo das propostas pode variar. Contudo, o próprio método impõe, de antemão, limites importantes. Se o objetivo é participar dos fóruns decisórios com os governos (neoliberais) e empresários, é preciso ser comedido e realista nas propostas; caso contrário, desliza-se para o confronto, que é o que o método propositivo pretende evitar. **Portanto, o método propositivo condiciona uma postura conciliatória com o neoliberalismo** (BOITO JR, 1999, p.159)

Tratando dos fatores desencadeadores dessa mudança na atuação da CUT, Teixeira (1999) – conforme já retratado no capítulo anterior – aponta cinco fatores: 1) a participação da Central e do PT no processo eleitoral, iniciando uma nova era nas negociações entre capital e trabalho; 2) a explosão do desemprego provocado pela recessão econômica imposta pelo Governo Collor; 3) o processo de privatização das empresas estatais que enfraqueceu a base do sindicalismo de resistência aberta; 4) a adversidade para propagação do ideário socialista com a derrocada dos regimes do Leste Europeu e da União Soviética; 5) o surgimento da Força Sindical, impondo uma nova dinâmica concorrencial no cenário sindical brasileiro.

Outros fatores que, para Boito Jr (1999), também contribuíram para a mudança de estratégia da CUT foram: 1) o processo de reunificação no campo burguês em torno da plataforma neoliberal na década de 1990, que deixou a CUT e os movimentos populares sem

influência política no Congresso Nacional, e mobilizou o conjunto da imprensa burguesa contra a luta popular, criminalizando unanimemente todas as manifestações (greves, protestos, ocupações); 2) as relações políticas, ideológicas e financeiras da Articulação Sindical – corrente majoritária na Central – com a social-democracia europeia (gestora do sindicalismo propositivo) e com a Igreja Católica; 3) as dificuldades das correntes minoritárias da CUT em fazer frente à corrente majoritária, uma vez que elas não controlam os sindicatos essenciais ao poder material e organizativo da Central e encontram dificuldades para se unirem.

Fato é que, frente ao contexto adverso imposto pela ofensiva neoliberal à luta sindical, o “sindicalismo propositivo” se consagrou como estratégia de atuação da CUT no seu IV congresso nacional realizado em 1991. Essa mudança demarcou a incorporação de “um novo tipo de compreensão acerca das formas de atuação dos sindicatos na sociedade capitalista” (COIMBRA et al, 2010, p.5), no qual se prioriza a resistência propositiva em detrimento das manifestações confrontativas com o capital, acreditando ser possível oferecer alternativas por dentro do sistema, garantindo, assim, o convívio harmonioso com um capitalismo humanizado (DAMIANI, 1998).

A ofensiva do neoliberalismo e a posse de Fernando Collor de Mello na Presidência da República em março de 1990 levaram a uma mudança de estratégia da CUT. Tal mudança foi dirigida pela corrente majoritária da central, a Articulação Sindical [...]. O marco inicial dessa mudança foi a IV Plenária Nacional da CUT, realizada em agosto de 1990 na cidade de Belo Horizonte. Nessa plenária, a direção da CUT lançou e fez aprovar a idéia de um “sindicalismo propositivo”, que seria uma opção ao “sindicalismo defensivo” dos anos 80. Segundo essa proposta, a central deveria ir além da postura exclusivamente reivindicativa e de valorização excessiva da ação grevista, que teria predominado nos anos 80, e passar a elaborar propostas de políticas a serem apresentadas e negociadas em fóruns que reunissem os sindicalistas, o governo e o empresariado. Essa mudança de estratégia foi consagrada no IV Congresso da CUT realizado em São Paulo em setembro de 1991 (BOITO JR, 1999, p.131-132).

Sob a lógica do “sindicalismo propositivo” e em consonância com as adversidades postas pelo neoliberalismo – entre as quais estão o desemprego, a flexibilização e precarização das relações de trabalho –, uma nova agenda sindical se afirma, enquanto produto final de expressivas alterações: a luta por emprego e pela sua manutenção ganhou centralidade, em substituição da questão salarial que deixou de ser central após a estabilização monetária; entraram em pauta também o desenvolvimento de atividades no campo da formação profissional com foco na “empregabilidade” (DAMIANI, 1998), a participação nos

lucros e resultados da empresa, a redução dos benefícios sociais, a flexibilização da jornada de trabalho e o fomento da economia solidária (COIMBRA et al, 2010).

Para os referidos autores, é a adoção do “sindicalismo propositivo” que fornece a base para que a CUT se aproxime da economia solidária. Em concordância com essa afirmativa, defende-se aqui que a proposta de fomento à economia solidária, na verdade, adéqua-se perfeitamente à resistência propositiva pensada pela CUT, afinal, o intuito é elaborar alternativas para os problemas que afligem a classe trabalhadora no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, sendo que essas alternativas devem também interessar ao governo e ao empresariado, a fim de que se obtenha a conciliação e evitem-se os conflitos. Conforme visto no capítulo anterior, a economia solidária responde a essas condições, embora que no tocante aos interesses dos trabalhadores essa resposta não seja satisfatória, pois os empreendimentos autogestionários amenizam, mas não resolvem o problema do desemprego.

[...] O participacionismo ativo passou a exigir da CUT a apresentação de propostas realistas, isto é, **que fossem passíveis de serem encampadas, nos fóruns tripartites**, pelos empresários e pelos governos neoliberais. **O sindicalismo propositivo é, por isso, um sindicalismo que pretende elaborar propostas que interessariam tanto aos governos neoliberais e às empresas quanto aos trabalhadores. Acredita ser possível conciliar a burguesia com os trabalhadores e os trabalhadores com o neoliberalismo** (BOITO JR, 1999, p.144) [*grifo nosso*].

Se o novo ideário possibilita a incorporação da economia solidária pela CUT, é o contexto adverso aos trabalhadores o responsável direto pela mudança que ocorre na relação da Central com as cooperativas a partir de 1990 (TIRIBA, 2001). Frente ao desemprego que assola a classe trabalhadora – problema que também afeta direta e negativamente o sindicalismo, pois a redução dos postos de trabalho formal implica a redução da base sindical – a CUT optará por uma intervenção pautada pelo fomento de empreendimentos autogestionários. Além de condizente com a resistência propositiva, essa solução parece adequar-se a necessidade da “CUT cidadã” de aproximar os sindicatos dos trabalhadores informais, buscando vincular os “interesses dos trabalhadores assalariados do setor “formal da economia” aos interesses dos mais amplos setores da classe trabalhadora e do povo oprimido” (CUT, 2000, p.24).

As resoluções dos Concuts realizados a partir da década de 1990 corroboram essa idéia de que a CUT, frente ao contexto adverso imposto pela ofensiva neoliberal e à adoção do “sindicalismo propositivo” como estratégia de intervenção, altera sua relação com o cooperativismo. Nos referidos documentos verifica-se que a abordagem pontual sobre as

cooperativas, presente nas resoluções dos três primeiros Concuts, vai sendo substituída, progressivamente, por uma abordagem propositiva que culminará com a construção de uma política sindical de fomento às cooperativas. A análise dessa evolução na abordagem da CUT sobre o cooperativismo consta no tópico a seguir.

3.2 Política sindical cutista de economia solidária: estratégia para o enfrentamento ao capitalismo ou alternativa ao desemprego?

No IV CONCUR (1991), evento no qual o “sindicalismo propositivo” se consagra como estratégia de atuação da CUT, o cooperativismo é, novamente, relacionado exclusivamente ao universo rural. Contudo, o discurso sobre as cooperativas já começa a ganhar outra entonação, pois ao elencar propostas para as questões relativas aos pequenos agricultores rurais, a CUT prontamente situa como uma das necessidades, a de “avançar na definição de uma política nacional do movimento sindical em relação ao cooperativismo e ao associativismo” (CUT, 1991, p.64).

No V CONCUR, realizado em 1994, a CUT elege o emprego como questão central, certamente, um reflexo do contexto social da época que – conforme visto no capítulo anterior – foi marcado pela redução dos postos de trabalho formal e pela expansão do desemprego e do trabalho informal. Dentre as diretrizes elencadas para orientar a ação sindical cutista contra o desemprego é proposto o desenvolvimento de um programa específico de geração de renda, no qual deverão “ser estabelecidas políticas que ajudem os pequenos produtores, artesãos, trabalhadores autônomos, entre outros, a desenvolver atividades geradoras de renda sob formas associativas (cooperativas, mutirões etc.)” (CUT, 1994, p.17-18).

A idéia que essa proposição transmite é a de que o desenvolvimento de formas alternativas de trabalho tem um público-alvo determinado e um objetivo a cumprir. Não se trata da construção de uma estratégia de enfrentamento ao capitalismo, pois, de forma alguma, explicita-se ou menciona-se algum possível potencial contestatório dessas formas autogestionárias de organização do trabalho. Trata-se, na verdade, de viabilizar as condições materiais para que os trabalhadores excluídos do mercado formal de emprego possam desempenhar atividades informais de geração de renda, o que sinaliza para um *consentimento* da CUT ao que Barbosa (2005) – conforme visto no último tópico do capítulo anterior – define como *antidireito ao trabalho regulamentado*, ou, dito com outras palavras, um consentimento à perda do direito ao trabalho formal.

Apesar de propor o estabelecimento de políticas para o desenvolvimento de atividades geradoras de renda sob formas associativas, a CUT não deixa claro nas resoluções do V CONCUR se serão os sindicatos, os responsáveis diretos por essa ação, que, na verdade, mais parece uma proposta a ser posta sob a incumbência do Estado. A proposta de desenvolvimento de cooperativas pelos próprios sindicatos cutista aparece, de forma bem definida, nas resoluções do VI CONCUR realizado em 1997.

Dentro da proposta para uma política de cidadania – na qual é defendida como prioridade a intensificação e priorização da luta por políticas sociais públicas, com a ampliação do controle de gestão e participação dos trabalhadores e da sociedade civil –, é apresentada de forma positiva a prestação de serviços (habitacionais, seguros, etc) que alguns sindicatos fazem aos seus sócios por meio de cooperativas. Mais que isso, aponta-se como objetivo a ser alcançado pelo sindicalismo cutista, o desenvolvimento de experiências cooperativadas e de autogestão que, prioritariamente, impulsionem a geração de emprego e a distribuição de renda. Contudo, se por um lado, consta nas resoluções do VI CONCUR a defesa dessas cooperativas, por outro, no mesmo documento, ganha grande espaço o combate às falsas cooperativas, que visam fraudar os direitos trabalhistas como estratégia para reduzir os custos de produção.

É fundamental que o 6º Concur aponte como objetivo aglutinar, no campo cutista, e em associação com o movimento popular e da sociedade civil, experiências que visem formar Cooperativas Habitacionais, Cooperativas de Seguros Cívicos e Cooperativas de fundos de pensão complementares. Tais recursos e investimentos deverão ser dirigidos para fortalecer experiências cooperativadas e de autogestão que impulsionem prioritariamente a geração de emprego e distribuição de renda. **Por outro lado devemos combater veementemente as “chamadas cooperativas de trabalho”, que visam o corte de direitos dos trabalhadores** (CUT, 1997, p.55).

O cooperativismo fraudulento é apontado pela CUT como uma resultante do processo de “resistência subalterna das elites brasileiras ao neoliberalismo”, no qual, frente à concorrência externa, projeta-se a desconcentração da produção industrial, deslocando as fábricas da região Sul para os Estados do Nordeste, onde os governos locais oferecem vantagens concorrenciais (baixos salários e reduzidos direitos trabalhistas) por meio, entre outros artifícios, de cooperativas de mão-de-obra – essa questão também foi abordada no segundo tópico do capítulo anterior. Frente a essa situação, é aprovada no VI CONCUR uma moção de repúdio a proliferação de falsas cooperativas no setor calçadista do Ceará:

Moção contra as cooperativas fraudulentas criadas por empresários com o apoio do governo do estado

Nós, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados do Ceará, vimos pedir o apoio dos delegados e delegadas do 6º Concut a se manifestarem contra as cooperativas fraudulentas que estão sendo criadas pelo patrões, com o apoio do governo do Ceará, e já se espalharam pelo Brasil inteiro, com incentivo dos empresários que somente exploram e tiram os direitos dos trabalhadores e sem as mínimas condições de trabalho. Um modelo de cooperativa que exclui os trabalhadores das decisões, não garantindo nem uma participação dos trabalhadores. Sendo assim são cooperativas patronais, sem a mínima democracia, reforçando a lógica do capitalismo, onde poucos ganham muito e muitos ganham pouco (CUT, 1997, p.70-71).

Na crítica ao falso cooperativismo fica perceptível que a distinção entre um tipo de cooperativismo e o outro é feita pela CUT de forma superficial, não sendo mencionadas e/ou avaliadas as possibilidades reais de que mesmo as cooperativas ditas autênticas – por serem criadas com o objetivo de gerar emprego – se articulem no mercado a empresas capitalistas, vindo, portanto, a funcionar como estratégia para redução dos custos de produção.

Apesar da Central não definir como se evitará que as cooperativas fomentadas venham a ser utilizadas pelas empresas capitalistas – via a terceirização de mão-de-obra – como instrumento para redução dos custos de produção e de reconhecer que a expansão da economia informal – em decorrência do aumento do número de cooperativas e da intensificação da terceirização – tem contribuído para diminuir a representatividade dos sindicatos, a CUT formaliza em seu VI Congresso Nacional o apoio para que os sindicatos e ela filiados desenvolvam cooperativas.

Além da passagem em que é afirmado apoio às cooperativas que impulsionem a geração de emprego e a distribuição de renda, antigos e novos posicionamentos da Central acerca da importância das cooperativas para a política agrícola, são fortalecidos nas resoluções do VI CONCUR: 1) é defendida a democratização do sistema de crédito rural e apoio a estruturas de crédito descentralizadas e sob o controle dos agentes, como as cooperativas de crédito; 2) apontam-se a gestão dos assentamentos de reforma agrária e o fortalecimento das cooperativas e associações – enquanto estratégias para a organização e comercialização da produção –, como campos prioritários para o fortalecimento da capacidade organizativa dos agricultores familiares.

Após a realização do VI CONCUR, a Executiva Nacional da CUT aprova, no final de 1998, a criação de um grupo de trabalho para iniciar a discussão sobre uma política da Central para a economia solidária, o que culminou com a construção do Projeto de Desenvolvimento Solidário da CUT. Neste projeto estava previsto um processo de discussões sobre a economia

solidária em todo o país, a ser finalizado com a realização de um seminário internacional para debater a constituição da Agência de Desenvolvimento Solidário – ADS da CUT (MAGALHÃES; TODESCHINI,1999).

Os seminários regionais sobre economia solidária foram realizados em Belém, Goiânia, Recife, São Paulo e Florianópolis, entre julho e agosto de 1999. Os debates ocorridos nesses eventos foram sistematizados no documento “Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT” – elaborado por Reginaldo Magalhães e Remígio Todeschini⁷⁰ –, que serviu como subsídio para os debates do Seminário Nacional sobre Economia Solidária, organizado pela Central em setembro de 1999.

No referido documento, estão definidas as principais características (objetivos, estratégias, ações etc) que darão forma à política da CUT para a economia solidária. Como marcos para essa atuação apontam-se duas constatações. A primeira, segundo consta no documento, refere-se à atual crise do trabalho que, na verdade, deve ser entendida como crise do emprego. Ao reconhecer a expansão dos empreendimentos autogeridos como estratégia de sobrevivência dos trabalhadores frente ao crescente desemprego e a insuficiência das políticas de geração de emprego, a CUT compreende esse quadro como permanente e aponta essas organizações como *melhores opções de trabalho* para a grande massa de trabalhadores expulsos do mercado formal de trabalho.

Por isso o debate atual na CUT se dá em torno da necessidade de pensar novas formas de promover o desenvolvimento. Uma estratégia de ampliação de oportunidades de trabalho passa por políticas nacionais de expansão e fortalecimento do emprego, mas, sobretudo, pela promoção de novos padrões de desenvolvimento local e regional que viabilizem processos sustentáveis de crescimento econômico e distribuição de riqueza. Daí a centralidade que as formas de desenvolvimento local, de desenvolvimento sustentável e de desenvolvimento solidário vem ocupando na agenda dos setores populares como processos de inclusão qualificada e de distribuição de renda (Ibidem, p.4).

Além de uma grande relevância como alternativa para a sobrevivência imediata de populações de baixa renda, a CUT destaca o papel das experiências autogestionárias a longo prazo. Recuperando as novas interpretações sobre o assunto – também discutidas no capítulo anterior –, a Central elenca as possibilidades dessas organizações constituírem embriões de novas formas de produzir, de organizar o trabalho, o mercado – a sobreposição de valores

⁷⁰ Na época em que o documento foi elaborado, Reginaldo Sales Magalhães era Assessor da CUT Nacional e Secretário Executivo da Agência de Desenvolvimento Solidário, enquanto Remígio Todeschini era Tesoureiro da CUT Nacional e Coordenador Geral da Agência de Desenvolvimento Solidário.

diferenciados (solidariedade, democracia, autogestão e autonomia) sobre os valores mercantis, combinada com a eficiência econômica, viabiliza que essas experiências coexistam com o mercado capitalista e, ao mesmo tempo, o questionem – ou mesmo de gerir uma nova economia alternativa (Idem).

Apesar de ressaltar que, sobretudo, a experiência prática levará o movimento sindical a apreender de forma mais concreta se a economia solidária detém um papel estratégico ou se não passa de uma política para garantir condições imediatas de sobrevivência para os trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho, a CUT sintetiza as possibilidades da economia solidária, destacando, fundamentalmente, a capacidade de gerar trabalho e distribuir renda. Tais possibilidades sinalizam que essas experiências são pensadas nos marcos do capitalismo, como estratégia para efetivar a inserção produtiva da grande parcela de excluídos e para amenizar a gritante desigualdade de renda. Trata-se de tentar melhorar o capitalismo e não de pensar uma transformação social radical a partir da expansão dessas experiências:

Em síntese, poderíamos então considerar que as possibilidades da economia solidária se situam então nos seguintes aspectos. Os projetos de economia solidária apresentam grande potencial de ampliação das possibilidades de geração de novas oportunidades de trabalho. A economia solidária propicia uma maior democratização da gestão do trabalho, a valorização das relações humanas e é também um caminho viável para uma maior distribuição de renda. A expansão de cooperativas de crédito pode propiciar uma maior democratização do crédito. As redes de economia solidária podem ainda ser instrumentos com grande potencial de fortalecer o desenvolvimento local integrado sustentável e **ainda pode ser um caminho para a transformação social** (Ibidem, p.12).

A segunda constatação diz respeito à crise do sindicalismo, desencadeada pelas transformações que ocorreram no mundo do trabalho a partir do processo de reorganização do capital. Como aspectos dessa crise, são apontadas: a descentralização das negociações coletivas; as mudanças nas formas de ação sindical, destacando o arrefecimento da prática de greve como principal instrumento; e, no plano organizativo, a diminuição da base tradicional da ação sindical seguida pelo aumento da parcela não representada formalmente pelos sindicatos (trabalhadores informais e desempregados), tornando imperativo o trabalho com essa parcela da classe trabalhadora.

Considerando, portanto, a crise do trabalho formal – frente a qual a Central afirma precisar ampliar a discussão de propostas de geração de emprego para a formulação de propostas de desenvolvimento adequadas à nova conjuntura – e a necessidade de incorporar a

crecente parcela dos excluídos do mercado formal de trabalho (trabalhadores informais e desempregados) aos sindicatos, é que a CUT defende que o movimento sindical formule e implemente políticas voltadas para atender as demandas apresentadas pelas novas formas de organização do trabalho:

Nossos sindicatos se constituíram formando suas bases e formulando políticas exclusivamente para o primeiro tipo de trabalhador, aquele com carteira assinada e/ou os concursados do serviço público. Diversas mudanças na prática sindical já foram forçadas pelas transformações no mercado e na gestão da força de trabalho. A principal mudança ocorrida é que o movimento sindical passou a ter uma ação mais propositiva, principalmente na discussão de propostas de geração de emprego. Porém, torna-se fundamental a ampliação deste debate para a formulação de propostas de desenvolvimento adequadas à nova estrutura. **Cabe ao movimento sindical que se pretenda ser o representante do conjunto dos trabalhadores, formular e implementar políticas que respondam às novas demandas que surgem das diferentes formas de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho** (MAGALHÃES; TODESCHINI, 1999, p.9) [*grifo nosso*].

Identificando as enormes dificuldades que a maioria dessas organizações encontram para se viabilizarem economicamente, em decorrência da falta de políticas que respondam as inúmeras necessidades apresentadas, a CUT argumenta que se faz necessária uma readequação dos sindicatos, no sentido de que esses se coloquem como interlocutores dessas organizações com o Estado e a sociedade:

Porém, a maioria das organizações associativas e cooperativas encontram enormes dificuldades de se estabelecer e de se viabilizar no médio prazo. A falta de organizações de representação deste setor da economia e a falta de políticas nos sindicatos para a representação destes trabalhadores exigem a readequação de políticas e de organizações existentes para a interlocução com o Estado e a sociedade. Além disto, a falta de políticas públicas ou privadas voltadas para a assessoria, acompanhamento, qualificação técnica, apoio jurídico, comercialização e crédito e a falta de tecnologias adequadas às pequenas escalas de produção deixam estes empreendimentos em frágeis condições de se viabilizar em mercados cada vez mais exigentes (Ibidem, p.1-2).

Cabe ressaltar ainda, com relação às interlocuções, que, partindo do fato da expansão da economia solidária estar ocorrendo sob a influência de atores sociais diversos, dentre os quais estão até mesmo empresas privadas, a CUT argumenta que essa realidade “desfaz ideologicamente uma separação inexistente entre Estado, sociedade e mercado” (Ibidem, p.12) e defende o estabelecimento de convênios com órgãos públicos e privados para o

financiamento dos empreendimentos solidários. Acredita-se que essa proposição representa uma contradição, pois, no mesmo documento analisado, a CUT reafirma a luta contra as falsas cooperativas criadas por empresas capitalistas e, logo em seguida, defende a parceria com empresas privadas para o financiamento de cooperativas.

Voltando a discussão sobre a política sindical para a economia solidária, cabe acrescentar que ao pensar a viabilização das experiências autogestionárias, a CUT aponta que, para além de interlocutor na luta por políticas públicas que atendam as necessidades dessas organizações, o sindicalismo cutista deve enfrentar o desafio de realizar o acompanhamento permanente das demandas de formação, crédito, tecnologia, mercado e gestão (Idem).

Nesse sentido é que a política sindical para a economia solidária é formulada em quatro frentes de ação articuladas: 1) política de organização sindical para a incorporação dos desempregados e dos trabalhadores cooperados na base sindical; 2) a organização da Agência de Desenvolvimento Solidário, com políticas de crédito, formação, pesquisa, incubação e outras; 3) a formulação de propostas de legislação relacionada às questões da economia solidária; 4) formulação de políticas públicas para a economia solidária, como as políticas de crédito, tecnologia, política fiscal, políticas regionais e setoriais e comercial (Idem).

O processo de debate sobre as políticas da CUT para a economia solidária se encerra, no final do ano de 1999, com a constituição da ADS. Essa, conforme visto no capítulo anterior, para além de apoiar a criação e viabilização das diferentes formas de empreendimentos solidários (cooperativas populares, empresas autogestionárias, etc) como estratégia para geração de trabalho e renda, se propõe a: fomentar os valores da solidariedade na sociedade; democratizar o acesso dos trabalhadores ao crédito; proporcionar a formação de agentes de desenvolvimento solidário; construir alternativas de comercialização; ampliar o acesso dos trabalhadores a informações sobre políticas públicas, legislação e mercado; e proporcionar assessoria técnica, jurídica e política às organizações solidárias (Idem).

Em 2000, ano seguinte à constituição da ADS, é realizado o VII CONCUT. Nesse evento foram reafirmadas as resoluções políticas adotadas desde o 4º e 5º Concuts, fortalecendo o “sindicalismo propositivo” como estratégia política de atuação da CUT e tratando de consolidar a nova agenda sindical cutista e seus pontos de pauta, dentre os quais se encontra a economia solidária.

A principal marca da atual gestão foi a afirmação de uma nova agenda sindical, a agenda de uma CUT cidadã. Desenvolveu-se a partir das resoluções políticas do 4º e 5º Concuts, nos quais foi definida uma estratégia de resistência propositiva ao neoliberalismo e da necessária

vinculação dos interesses dos trabalhadores assalariados do setor “formal da economia” aos interesses dos mais amplos setores da classe trabalhadora e do povo oprimido. Uma nova agenda capaz de reconhecer e representar aspirações e necessidades do trabalhador para além do salário (CUT, 2000, p.24).

Nas resoluções do VII CONCUR são reafirmadas as concepções da CUT acerca da economia solidária, construídas ao longo do processo de discussão do tema em âmbito nacional, conforme visto anteriormente. Retomando a discussão sobre a expansão do desemprego e da informalidade, reforça-se a idéia de que os sindicatos não podem manter-se omissos perante esses trabalhadores, defendendo-se que, frente a essa questão, a economia solidária se apresenta como uma nova alternativa de luta contra o desemprego e um instrumento para o diálogo concreto dos sindicatos com os trabalhadores informais e os desempregados (CUT, 2000).

Essa intervenção é defendida pela CUT como resgate da solidariedade de classe, “significa propiciar condições para que aqueles que estão de joelhos, de cabeça baixa, possam estar de pé, num projeto de classe que pretende libertar os trabalhadores do jugo da exploração capitalista”, mas “significa, antes de tudo, respeitar conquistas históricas da classe trabalhadora” (Ibidem, p.34). Nisso, a CUT afirma se diferenciar da OCB e suas ramificações estaduais, pois essas “quando não acobertam, promovem a precarização das condições de trabalho, inclusive por meio das ‘coopergatos’” (Idem). O que a CUT não define é como fomentará cooperativas, garantindo que as conquistas históricas da classe trabalhadora sejam mantidas, e como evitará que as cooperativas fomentadas não venham a ser articuladas no processo de precarização do trabalho.

Relacionada ao ponto “Estratégia para as ações políticas da CUT”, a economia solidária passa a ser defendida pela Central não só como uma estratégia inovadora para gerar trabalho e renda por meio de empreendimentos solidários, mais também, como uma forma de enfrentamento às políticas neoliberais, em virtude de poder gerar *melhorias sociais, ganhos de qualidade de vida e cidadania*. Aqui é possível notar, novamente, que se trata de uma alternativa nos marcos do capitalismo, pois o objetivo não é confrontar o sistema, mas criar estratégias para amenizar os impactos das políticas neoliberais, ao integrar economicamente os excluídos do mercado formal de trabalho:

[...] a economia solidária, particularmente as cooperativas, torna-se mais do que uma alternativa de geração de trabalho e renda, representando uma contraposição às políticas neoliberais. [...] Sendo assim, uma estratégia inovadora da CUT no combate ao desemprego e à exclusão social é a construção de um projeto de economia

solidária, visando, por meio da disseminação de empreendimentos econômicos solidários, como as cooperativas populares autênticas e as empresas de autogestão, ampliar as possibilidades de um desenvolvimento econômico com maior distribuição de renda e geração de novas oportunidades de trabalho, sob princípios da democracia e da autogestão (CUT, 2000, p.34) [*grifo nosso*].

Como principais tarefas da CUT no âmbito da economia solidária, são listadas: 1) continuar o combate sem trégua às falsas cooperativas; 2) incentivar a organização de comitês de desempregados por categorias; 3) exigir que, ao invés de usar o dinheiro público para empréstimos à privatização, os bancos públicos criem linhas de financiamento e crédito para as cooperativas de produção industrial e rurais e de investimento por parte dos bancos públicos, BNDES e do FAT; 4) buscar construir propostas de exigências de apoio às iniciativas de governos estaduais e municipais; 5) buscar construir ações conjuntas com as entidades que trabalham nesse campo, com o objetivo de construir mobilizações conjuntas em defesa do emprego e de criação de créditos às iniciativas populares (CUT, 2000).

Dentre as decisões do VII CONCUR está: 1) criar um programa de educação em economia solidária voltado aos dirigentes e trabalhadores, objetivando formar uma massa crítica capaz de produzir e multiplicar alternativas de desenvolvimento, tendo por base a economia solidária e o cooperativismo autêntico; 2) articular uma intervenção no campo da produção legislativa, visando erradicar o falso cooperativismo e conquistar uma legislação inovadora que amplie as possibilidades de avanço das cooperativas, tanto em termos de colocação de produtos e serviços, quanto para assegurar aos cooperados direitos, no mínimo equivalentes aos já consagrados na CLT.

Nas Resoluções do VIII CONCUR realizado em 2003, a CUT enfatiza a defesa em prol da economia solidária, destacando – dentro do ponto “Papel da CUT em relação ao governo Lula e a luta pela superação do modelo econômico neoliberal” – que ela “deve passar a ser parte do núcleo central da política de desenvolvimento, organizando setores econômicos cada vez mais amplos com uma lógica distinta da capitalista” (CUT, 2003, p.15). Contudo, não fica definido em que setores isso seria possível, nem como (sob a intervenção de que atores, com quais recursos, etc) esse processo seria realizado.

Sobre as possibilidades das cooperativas se expandirem para além da produção de itens de primeira necessidade, as colocações de Luxemburgo (1900) são elucidativas. Conforme já discutido no primeiro capítulo deste trabalho, para as cooperativas manterem sua lógica de produção distinta, elas necessitam de um mercado próprio que as permita burlar as leis da concorrência capitalista. Contudo, esse mercado próprio, sob a forma de cooperativas

de consumo, limita as experiências autogestionárias à produção de produtos de primeira necessidade para mercados locais pequenos, implicando que outros setores da economia – que a referida autora define como estratégicos – fiquem fora do alcance dessas organizações. Logo, propor que as cooperativas se expandam para outros setores econômicos cada vez mais amplos, implica que essas percam sua lógica distinta de produção, ao se submeterem às leis da concorrência que permeia o mercado capitalista.

Ainda sobre a atuação em relação ao governo Lula e a luta pela superação do modelo econômico neoliberal, a CUT argumenta que seu posicionamento e de seus sindicatos deve rejeitar um alinhamento automático com o governo, fugindo da postura voluntarista e também da postura passiva, pelo desdobramento de sua visão de projeto nacional em ações concretas nas diversas áreas, combinando a defesa dos direitos dos trabalhadores com a construção de uma outra política econômica e social. Nesse sentido, é proposto que o sindicalismo cutista deve “incentivar as cooperativas de produção e autogestão, abrindo possibilidades para que os trabalhadores se tornem os donos de seus meios de produção, combatendo as falsas cooperativas, que existem com o objetivo de fraudar direitos” (Ibidem, p.20-21).

Para o fortalecimento da economia solidária, destaca-se como imprescindível, além do caráter econômico, políticas públicas, um quadro institucional que permita o seu pleno desenvolvimento e “que os trabalhadores desses empreendimentos sejam protagonistas de movimentos políticos que possibilitem uma maior coesão e identidade deste segmento” (CUT, 2003, p.32). No campo, enquanto projeto de desenvolvimento rural sustentável e solidário, é definida como fundamental para se contrapor ao modelo neoliberal construído a partir da modernização conservadora da agricultura.

A organização da produção ao longo da cadeia produtiva, incluindo industrialização e comercialização, com base na cooperação, é o ponto de partida para o fortalecimento da organização de base e da formulação de propostas de política agrícola, mercado e tecnologia, bem como o espaço da vivência de novos valores e relações entre as pessoas. No nível das comunidades, a organização da produção através de grupos, associações e cooperativas, comercialização e beneficiamento dos produtos agrícolas é fundamental (Ibidem, p.33).

Para o desenvolvimento do cooperativismo no país, o sindicalismo cutista deve: 1) propor, incentivar e reivindicar políticas públicas (crédito, capacitação, promoção de mercados etc), essenciais para criar condições mais adequadas para uma inserção equitativa dos empreendimentos solidários no mercado; 2) incentivar as experiências autogestionárias, reivindicando a definição conjunta com o Ministério do Trabalho e o Ministério Público de

critérios para a fiscalização das cooperativas; 3) reivindicar mecanismos eficazes de controle, fiscalização e coibição às cooperativas e *fundações* criadas por empresas para reduzir os custos do trabalho; 4) propor e reivindicar alterações na Lei de Falências e na legislação e regulamentação do sistema financeiro, visando o fortalecimento e a livre organização dos trabalhadores em empreendimentos coletivos; 5) aprofundar a formulação do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, para propiciar uma transformação alicerçada e focada principalmente na economia familiar (CUT, 2003).

Tratando sobre “Políticas de emprego e renda e sistema público”, a CUT aborda três questões relacionadas diretamente ao cooperativismo. A primeira refere-se à necessidade de intensificar as denúncias e formas de luta ao trabalho precarizado, no sentido de combater a terceirização, a interposição fraudulenta de mão-de-obra, o subemprego e o trabalho informal, defendendo o acesso aos direitos para todos os trabalhadores. A segunda questão se refere à defesa de que a geração de emprego e renda seja uma diretriz constituinte do sistema público de emprego, e, a terceira questão, compreende uma problematização sobre as prioridades para o uso dos recursos do FAT, em que a CUT defende que esses recursos devam financiar também, ações fundamentais para o fortalecimento das experiências autogestionárias:

O FAT e suas linhas de financiamento devem priorizar o desenvolvimento econômico, social, sustentável e solidário, potencializando as diversas políticas públicas voltadas para o fortalecimento do mercado de trabalho, as formulações e estratégias para uma nova política industrial e de comércio exterior que revigore as políticas agrícola e agrária, bem como ações fundamentais para o fortalecimento das experiências no campo da economia solidária (CUT, 2003, p.39).

Nas resoluções do VIII CONCUR, ainda encontra-se, na abordagem sobre o Programa “Fome Zero” do governo federal, a defesa do fomento à economia solidária pela CUT como sendo uma das medidas – juntamente com a mudança de modelo econômico, a geração de emprego e renda, a reforma agrária, e a redistribuição radical da renda e da riqueza – necessárias para o combate à fome (CUT, 2003).

No IX CONCUR, realizado em 2006, a CUT apresenta os dados sobre o trabalho até então desenvolvido pela ADS no que denominam de sua “primeira etapa”, subentendendo-se aqui, que seja o período que vai de 1999 (data de criação da ADS) a meados de 2006. Nesse período a ADS constitui cooperativas em dez Estados e gestou duas centrais de cooperativas. Uma delas foi a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL Brasil),

que objetiva organizar, representar e articular as cooperativas, associações e outros empreendimentos autogestionários.

A outra central gestada foi o Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário (ECOSOL). Criado para promover a inclusão financeira da população de baixa renda, como estratégia para redução da pobreza, foi viabilizado por meio de capacitação e assessoria às cooperativas de crédito nos aspectos políticos, organizacionais e financeiros, sendo que a ADS recebeu apoio⁷¹ da Secretaria da Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e de parceiros internacionais. Essa proposta cutista – assim como outras concepções e ações retiradas das resoluções dos Concuts anteriores e aqui postas em evidência – torna notória a postura conciliatória da Central com o governo e outros agentes impulsionadores do processo de expansão dos empreendimentos autogestionários, e evidencia que a intervenção da CUT no âmbito do cooperativismo está, de fato, direcionada para uma tentativa de melhoramento do sistema capitalista e não para o confronto a esse. Toda argumentação fundamenta-se na busca por reduzir as desigualdades produzidas pelo capital, através de uma propagada inserção econômica e social:

O Brasil está mudando, os novos governantes tomarão posse em janeiro de 2007 com muitas promessas e poucos recursos orçamentários, porém, juntos podemos fazer a diferença positiva a favor de um trabalho articulado com a população de baixa renda, excluída do sistema financeiro. O Banco Central, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia, os Bancos de Desenvolvimento **e alguns bancos privados já estão contribuindo ativamente para a inclusão financeira. Precisamos, através das Cooperativas, contribuir para a inclusão econômica e social, contribuindo para que a população excluída dê um salto de qualidade de vida de forma duradoura e sustentável** (CUT, 2009, p.19) [*grifo nosso*].

Nas resoluções do IX CONCUR também se encontra a discussão acerca da expansão do trabalho informal em detrimento do emprego regular, tido pela CUT como um dos grandes desafios políticos e institucionais impostos aos trabalhadores e que exige centralidade na agenda cutista. Essa forma alternativa de sobrevivência vem absorvendo um grande número de trabalhadores e tem ocasionado sérios problemas econômicos relacionados à arrecadação para as políticas públicas de seguridade social, e também problemas sociais, que se traduzem

⁷¹ Outros parceiros da ADS/CUT foram: o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, a UNITRABALHO e a Fundação Banco do Brasil (ver no site da ADS). Entre os parceiros internacionais estão, conforme já citado no capítulo anterior: a Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (ICCO), Fundação Rosa Luxemburgo, o Centro de Formação da Central dos Sindicatos Alemães (DGB Bildungswerk).

na precarização das condições de trabalho e vida da enorme parcela de trabalhadores que engloba (CUT, 2006).

Ao tratar do combate às práticas ilegais e de exploração do trabalho, e das lutas por emprego e salário, a CUT sinaliza que essas devem ser combinadas com estratégias que possibilitem responder às necessidades e demandas desses trabalhadores que sobrevivem das formas alternativas de trabalho informal, o que vem sendo efetivado por meio das ações desenvolvidas no âmbito da economia solidária pela a ADS. Nesse sentido, a CUT dá ênfase a luta contra o trabalho informal, mas ao mesmo tempo, situa as experiências autogestionárias fora desse campo, diferenciando-as por seu caráter coletivo e seus princípios norteadores:

Cabe observar, no entanto, que ao contrário das experiências desenvolvidas no campo da Economia Solidária, cuja construção é coletiva e orientada pelos princípios da autogestão, as estratégias de sobrevivência dos trabalhadores(as) na economia informal geralmente são individuais e bastante pulverizadas, incrementando as dificuldades do ponto de vista político-organizativo (Ibidem, p.50).

Nas resoluções do último CONCUR, realizado em 2009, a CUT ressalta que tem desenvolvido um conjunto de ações direcionadas para o fortalecimento organizacional e institucional dos empreendimentos solidários, por meio da ADS, da UNISOL e da ECOSOL. Reafirma a importância dos empreendimentos autogestionários, apontando que os trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho “encontram no trabalho autogestionário a possibilidade mais concreta de se tornarem sujeitos na luta pela equidade social” (CUT, 2009, p. 71).

No tocante aos desafios para o fortalecimento da economia solidária, o escoamento da produção foi apontado como um dos grandes obstáculos atuais e, como estratégia de enfrentamento foi proposta a concretização da parceria ADS/UNISOL/ECOSOL e a Petrobras para constituição de uma rede de comercialização que venha garantir a auto-sustentabilidade econômica, financeira e social dos empreendimentos solidários e da própria rede.

Reafirmou-se ainda, que o campo de representação da CUT na economia solidária (ADS/UNISOL/ECOSOL) discuta e fortaleça a atuação nos seguintes eixos estratégicos: comercialização, crédito, marco jurídico, formação, cooperação internacional, tecnologia, redes e cadeias, e políticas públicas. Ao mesmo tempo em que, em total consonância com o “sindicalismo propositivo”, a Central afirma que orientará suas entidades a buscarem propositivamente parcerias conciliatórias com agentes públicos e privados para promover o fortalecimento da economia solidária:

[...] a CUT além de aprofundar os debates sobre bancos comunitários, fomentará e orientará suas entidades filiadas e orgânicas a estabelecerem parcerias preferencialmente com seu campo de representação na Economia Solidária da CUT (ADS/ECOSOL/UNISOL); bem como a participarem da elaboração e gestão de propostas, junto a **parceiros públicos e privados**, para o fortalecimento da Economia Solidária (Ibidem, p.71) [*grifo nosso*].

Com a análise das resoluções do X CONCURT, concluí-se o levantamento das abordagens feitas pela CUT sobre o cooperativismo – atualmente reconhecido de forma ampla sob a conceituação de economia solidária – em seus congressos nacionais. O estudo das resoluções dos Concuts revelou uma transformação substancial na postura do sindicalismo cutista frente às cooperativas. De uma abordagem pontual sobre essas organizações do trabalho, a Central foi, ao longo da década de 1990 – frente ao contexto adverso imposto pela ofensiva neoliberal e em consonância com o “sindicalismo propositivo” –, caminhando progressivamente para uma abordagem propositiva, que culminou na construção de uma política sindical de fomento ao cooperativismo.

Para além dessa constatação, faz-se necessário analisar – tomando por base as concepções e ações da Central com relação à economia solidária descritas nas resoluções dos Concuts – qual objetivo tem norteado essa intervenção e como essa prática impacta sobre a atuação do sindicato enquanto instituição defensiva e também centro de organização e formação da consciência de classe dos trabalhadores.

Recuperando as principais idéias referentes à intervenção sindical no âmbito do cooperativismo, viu-se nos capítulos anteriores que Tiriba (2001) acredita que os sindicatos passam a apoiar a formação de empreendimentos cooperativos, por enxergar neles uma estratégia para o enfrentamento não só do contexto adverso imposto pelo neoliberalismo – tentando, segundo a autora, suprir o que o Estado não tem sido capaz de garantir à maioria da população –, mas do próprio sistema capitalista. Barbosa (2005) compreende que, frente à nova conjuntura do mercado de trabalho, os movimentos sociais, entre os quais os sindicatos, passam a defender e promover o trabalho autogestionado, por acreditarem poder ruir o capitalismo com as experiências cooperativadas de autogestão. Para Jesus (2010), entretanto, a intervenção sindical no cooperativismo constitui uma resposta à crise do desemprego.

No caso da intervenção cutista, percebe-se claramente nas resoluções dos Concuts, uma ênfase no papel social das cooperativas como alternativa para gerar trabalho e distribuir renda, em detrimento da defesa desses organismos como estratégia para o enfrentamento ao sistema capitalista de produção. Conforme visto no documento produzido a partir dos seminários regionais de economia solidária, a CUT apresenta apenas uma abordagem

superficial sobre o papel social das cooperativas a longo prazo e demonstra incerteza quanto às possibilidades contestatórias do cooperativismo, ao afirmar que apenas a experiência prática levará o movimento sindical a apreender de forma mais concreta se a economia solidária detém um papel estratégico ou se não passa de uma política para garantir condições imediatas de sobrevivência para os trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho.

Com exceção desse documento de 1999, não consta nas resoluções dos Concuts nenhuma abordagem que trate claramente dos empreendimentos autogestionários como estratégia para o enfrentamento ao sistema produtor de mercadorias. Ao contrário, o discurso sobre o papel do cooperativismo é de que esse constitui uma estratégia de enfrentamento aos impactos das *políticas neoliberais*, por viabilizar a inserção econômica e a melhoria da qualidade de vida daqueles excluídos do mercado formal de trabalho, indicando que as experiências autogestionárias são pensadas nos marcos do sistema vigente, como alternativa para tentar melhorar, humanizar o capitalismo.

Além da concepção sobre o papel social do cooperativismo, as ações elaboradas e a serem executadas pelo sindicalismo cutista também sinalizam que a intervenção da Central no âmbito da economia solidária está direcionada para o desenvolvimento de uma alternativa viável para a inserção produtiva. Observou-se nas resoluções dos Concuts que a formação e a organização política dos trabalhadores autogestionários são apenas citadas pontualmente, enquanto há uma notória preocupação da CUT em pensar soluções para as demandas (por crédito, soluções de mercado etc) postas pelos empreendimentos. Mais que formar politicamente os trabalhadores autogestionários e fortalecer as potencialidades contestatórias existentes nessas experiências, o foco parece estar na busca da viabilidade econômica.

Tomando por base as concepções e ações da CUT no âmbito da economia solidária, compreende-se que a interpretação defendida por Tiriba (2001) e Barbosa (2005) – de que os sindicatos passam a fomentar o cooperativismo como estratégia para enfrentar o capitalismo – não parece se aplicar à política cutista de fomento a empreendimentos autogestionários. Assim, como Jesus (2010), entende-se que a Central tem fomentado essas experiências fundamentalmente como uma alternativa ao desemprego, tentando – em consonância com o “sindicalismo propositivo” – suprir o que o Estado não tem garantido à maioria da população.

A defesa do trabalho autogestionado se desdobra, conforme ressalta Barbosa (2005), na quebra do compromisso com o trabalho formal, no consentimento ao trabalho desregulamentado, instituindo a convivência de dois estatutos de trabalhadores, os assalariados e os cooperados. Toda essa situação desenvolve-se justamente no cenário de flexibilização e precarização do trabalho, tendências recentes do desenvolvimento capitalista,

às quais a economia solidária, segundo a referida autora, adequa-se material e ideologicamente, por fomentar empreendimentos que – articulados a produção capitalista via terceirização – viabilizam a redução dos custos de produção, e por disseminar a cultura do auto-emprego, que contribui para que os trabalhadores assumam a responsabilidade por sua condição de desempregado.

Em síntese, ao mesmo tempo em que o fomento cutista de empreendimentos autogestionários não tem destacado o fortalecimento da crítica ao sistema capitalista como objetivo central dessa intervenção, vivencia-se o processo de incorporação desse tipo de organização do trabalho pela lógica capitalista. Toda essa processualidade implica grandes desafios à atuação sindical enquanto instituição defensiva e também centro de organização e formação da consciência de classe dos trabalhadores. Entre esses desafios, concorda-se com Coimbra et al (2010) que a atuação sindical no campo da economia solidária pode: a) reduzir as táticas de lutas massivas de caráter contestatório e classista, não correspondendo mais aos princípios históricos do sindicalismo na luta pela emancipação dos trabalhadores; b) afastar a possibilidade de formação da consciência de classe dos trabalhadores.

Recuperando o arcabouço conceitual utilizado no início deste trabalho, compreende-se que o fomento da economia solidária pela CUT, nas condições observadas ao longo da análise das resoluções dos Concuts, tende a constituir-se como um refluxo no processo de construção da consciência de classe dos trabalhadores. Conforme visto, a intervenção pauta-se por uma luta econômica contra os efeitos (desemprego e desigualdade de renda) provocados pelas contradições capitalistas, buscando, fundamentalmente, melhorar as condições de existência dos trabalhadores no interior do sistema, em detrimento de fortalecer a luta da classe trabalhadora pela superação da sua condição de subordinação nos marcos do capitalismo, o que, acredita-se, pode implicar a conformação dos trabalhadores frente às condições vivenciadas.

A intervenção no âmbito da economia solidária parece que não tem, portanto, favorecido a atuação do sindicato enquanto centro de organização e formação política da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que tem produzido desafios para a luta sindical defensiva. Cabe ressaltar ainda que, se as resoluções dos Concuts indicam as tendências do movimento sindical cutista, elas não permitem, contudo, afirmar que a prática cotidiana dos empreendimentos autogestionários (cooperativas e empresas de autogestão) esteja em total concordância com as orientações da Central. Apenas a pesquisa empírica permitirá confrontar as posições oficiais da CUT com a realidade vivenciada nos empreendimentos, e assim, corroborar ou não as idéias aqui defendidas.

Conclusão

A presente pesquisa buscou apreender – a partir da análise das concepções e ações referentes ao cooperativismo presentes nas resoluções dos congressos nacionais da CUT – se o fomento de empreendimentos autogestionários pela Central tem objetivado fundamentalmente a criação de uma alternativa ao desemprego ou a construção de uma estratégia de enfrentamento ao capitalismo, discutindo, ainda, acerca das implicações dessa prática para o processo de organização e formação da consciência de classe dos trabalhadores.

Norteadada pelo princípio segundo o qual todo fenômeno social existe em conexão com outros fenômenos, formando uma totalidade, a pesquisa exigiu uma incursão em temáticas mais abrangentes tais como: 1) o estudo do movimento sindical e do cooperativismo, procurando apreender sua função no contexto da luta de classes, os limites e possibilidades dessas organizações enquanto estratégias elaboradas pela classe trabalhadora para o enfrentamento à exploração capitalista. Nesse quadrante, analisaram-se, ainda, as tendências e possibilidades do sindicalismo e do cooperativismo no contexto atual marcado por dinâmicas de reestruturação e de crise estrutural do capital. 2) O estudo das particularidades do novo surto expansionista do cooperativismo no Brasil, tomando como recorte as duas últimas décadas, detendo-nos, entre outros aspectos, na análise do contexto histórico, das tendências evolutivas do movimento cooperativista e dos agentes fomentadores/apoiadores dessas organizações de economia popular (OEPs). O estudo destas temáticas mostrou-se fundamental para a apreensão, e ainda mais a compreensão, da adoção, pela CUT, do cooperativismo e da economia solidária como formas prioritárias de enfrentamento às iniquidades sociais produzidas pelo capitalismo pela geração de trabalho e renda.

No *primeiro capítulo*, discutiram-se os aspectos fundamentais dos movimentos sindical e cooperativista numa perspectiva histórica, destacando suas tendências atuais, desafios e possibilidades em face da crise estrutural do capital. Viu-se que os sindicatos detêm papel estratégico na luta de classes, pois além de efetivarem a luta defensiva orientada para o combate às incessantes usurpações do capital quanto à questão salarial e ao tempo de trabalho, eles figuram entre as organizações da classe trabalhadora que podem favorecer a formação da consciência de classe – essa depende, para se realizar, da mediação de uma atuação humana consciente que, por sua vez, necessita da intervenção de algum tipo de instituição para se desenvolver. Ou seja, os sindicatos podem e devem atuar também como centros de organização e formação da consciência de classe dos trabalhadores na luta por sua emancipação, auxiliando a todo o movimento social e político que se volte para essa direção.

Verificou-se também que as metamorfoses em curso no mundo do trabalho, decorrentes da crise estrutural do capital, desencadearam uma verdadeira crise no sindicalismo contemporâneo que atingiu a *subjetividade* da classe trabalhadora e também a sua *materialidade*. De um lado, o desemprego estrutural, que reduz o número de trabalhadores estáveis e acarreta uma nítida tendência da diminuição das taxas de sindicalização, contribui para que os sindicatos intensifiquem a sua tendência defensiva e corporativista de procurar preservar os interesses do operariado estável a eles vinculado. Do outro, a precarização das relações de trabalho amplia o número de trabalhadores subcontratados, terceirizados etc, que o sindicalismo vertical – historicamente vinculado aos trabalhadores estáveis – herdado do fordismo, não consegue englobar para fortalecer suas ações e práticas de greve.

Frente a esse contexto desfavorável, a agenda sindical passou a sofrer expressivas alterações dentre as quais se encontra a decisão por apoiar o desenvolvimento da economia solidária. Sobre o fato dos sindicatos passarem a apoiar a formação de empreendimentos cooperativos e outras iniciativas de economia popular, viu-se que especialistas na temática, como Lia Tiriba (2001), Jacob Lima (2004 e 2008) e Rosângela Barbosa (2005), concordam quanto à idéia de que a adesão dos sindicatos se deve ao fato de enxergarem nesses empreendimentos uma estratégia para fazer frente as iniquidades sociais provocadas pelo neoliberalismo, ao constituírem iniciativas de enfrentamento ao desemprego e à pobreza. Além disso, essas instituições alimentam a idéia de que as OEPs constituem formas organizativas que apontam para a superação do próprio capitalismo, uma vez que a produção, a distribuição dos frutos do trabalho e as relações sociais baseiam-se em princípios de solidariedade, de igualdade e de ajuda mútua.

O exame da literatura mostra, entretanto, que as cooperativas apresentam limites bastante estreitos quanto ao objetivo de transformação estrutural da sociabilidade capitalista. Por causa de sua natureza híbrida, caracterizada pela produção socializada no microcosmo do empreendimento, mas constrangida pela troca capitalista no macrocosmo do mercado, as cooperativas estão sujeitas às leis dimanadas da concorrência capitalista baseadas no aumento constante de produtividade e na apropriação privada dos resultados. Por conseqüência, as iniciativas no campo da economia popular são obrigadas a introduzirem as mesmas leis que presidem a intensificação do trabalho na empresa capitalista e, ainda mais, conseguir sobreviver num sistema de trocas onde preços e fluxo de mercadorias são amplamente determinados pela produção altamente tecnificada. Uma contradição transpassa, pois, as iniciativas no campo da economia popular, pois ao terem que se inserir no mercado capitalista necessitam implementar formas rígidas de divisão e controle do trabalho.

Estas circunstâncias colocam as cooperativas em numa situação dilemática: ou abandonam os princípios da autogestão, da solidariedade e ajuda mútua e se degeneram, ou os mantêm tornando-se inviáveis em termos de produtividade e dissolvem-se. A única possibilidade de manter os princípios e sobreviverem ao longo prazo é o soerguimento de um mercado próprio fundado em parâmetros que não os da concorrência capitalista. Seria, pois, necessário a articulação de cadeias produtivas conjugadas com um amplo mercado consumidor sob as bases do cooperativismo.

Por suposto, mesmo a criação de cooperativas situadas na esfera da circulação e do consumo não poderia abalar as bases do capitalismo, pois deixaria de fora os setores produtivos, principalmente aqueles mais dinâmicos que dão a direção da dinâmica econômica como um todo. A história atesta que a criação de redes de distribuição e consumo sob a forma cooperativa não ultrapassa o caráter de pequenos mercados locais e quando as iniciativas se situam no ramo produtivo, elas destinam-se à produção de bens de primeira necessidade.

A centralidade da criação de cooperativas de consumo em relação às cooperativas de produção evidencia ainda que pelo cooperativismo a luta não seria travada contra o capital produtivo, setor fundamental da economia capitalista, mas contra o pequeno e o médio capital comercial. Assim, com as cooperativas não se estaria combatendo o modo de produção capitalista, mas a forma capitalista de repartição da riqueza ao criar espaços nos quais os trabalhadores possam se apropriar de um percentual maior do que é produzido, entretanto, sem suprimir a lógica capitalista de produção na sociedade em geral. O cooperativismo não é, pois, capaz de romper a lógica da produção capitalista e, por conseguinte, a forma de vida social enraizada na acumulação de capital.

O limite supremo do cooperativismo na pretensão de apresentar-se como alternativa ao capitalismo reside no fato, demonstrado no trabalho, de que este movimento não fere o âmago do próprio sistema: a produção e apropriação privada do grande capital. Isto não significa que esse movimento não confronte, em algum grau, a lei geral da sociabilidade capitalista. Como Marx assinalou, o feito maior do cooperativismo é que ele oferece prova prática de que é possível organizar o trabalho e a distribuição dos seus frutos sem o comando de um senhor, de um proprietário, em detrimento dos produtores. Noutro registro, a bibliografia recente assinala que esse movimento traz os embriões de uma nova cultura do trabalho fundamentada na autogestão, no controle coletivo e pautado pela lógica da “reprodução da vida”. As cooperativas e outras formas de economia popular podem constituir importantes espaços de formação da consciência dos trabalhadores, pois, a depender de seu caráter, funcionam como

escolas nas quais se poderá descobrir uma nova maneira de fazer e conceber as relações econômicas e sociais.

Contudo, as tendências do atual processo de expansão do cooperativismo lançam desafios à concretização da potencialidade contestatória das cooperativas. Desencadeada com a crise estrutural do capital – em um cenário marcado pelo desemprego estrutural, desregulamentação dos direitos sociais e precariedade das relações de trabalho – a expansão do cooperativismo sinaliza não só para um processo, fundamentalmente, de busca dos trabalhadores pela garantia da sobrevivência. Fomentado por diferentes agentes de interesses distintos, a sua forma de inserção dentro da totalidade do sistema capitalista sinaliza para uma readequação da dinâmica de dominação do capital sobre o trabalho, tendo em vista que essa estratégia dos trabalhadores já vem sendo devidamente incorporada pelo capital.

Conforme discutido no *segundo capítulo*, o movimento de expansão do cooperativismo no Brasil – iniciado a partir de 1990 no contexto de elevação do desemprego, expansão dos processos de flexibilização e acentuação da pobreza – ilustra essa tendência de incorporação das cooperativas pelo capital. No país, a expansão não resulta apenas da busca dos trabalhadores por alternativas de sobrevivência frente ao desemprego, mas também da ação de diversos agentes (governos, partidos políticos, empresariado, organismos internacionais, ONGs, sindicatos, associações, movimentos sociais, Igreja) com interesses e perspectivas ideológicas distintas, apresentando duas tendências gerais: criação de “cooperativas pragmáticas”, organizadas pelo empresariado e pelo governo com o objetivo de terceirizar atividades de empresas, reduzindo os custos da produção por meio da desvinculação da empresa com as obrigações sociais dos trabalhadores cooperados; e de “cooperativas defensivas”, formadas a partir de movimentos de trabalhadores para manter os empregos frente ao fechamento ou falência de fábricas e empresas, ou a partir de programas governamentais de geração de renda para populações pobres.

O fomento de organizações autogestionárias constitui, portanto, algo “desejado” por todos. Corrobora essa afirmativa a política pública de economia solidária. Criada no Governo de Lula da Silva sob forte mobilização dos movimentos sociais, constitui efetivamente uma mediação para o consenso entre trabalhadores, investidores e instituições nacionais, necessário à expansão da economia solidária como estratégia para o enfretamento a miséria e ao desemprego. Em seu âmbito confluem as agências multilaterais, governos, empresários e movimentos sociais a partir da afinidade de fomentar – embora com interesses distintos – empreendimentos autogeridos pelos trabalhadores, ou seja, formas de trabalho informal, destituindo, pelo mesmo movimento, o trabalho das exigências públicas de regulação social.

Além de garantir o consenso, manter a coesão junto a movimentos da classe trabalhadora, a política de economia solidária atende às exigências das agências multilaterais quanto às políticas focalizadas de combate à pobreza – através do investimento em pequenas e médias unidades produtivas e sem amparo social, nas quais os trabalhadores pobres possam se manter por conta própria, e também dos programas de transferência de renda –, ao mesmo tempo diminuindo a pressão decorrente do desemprego e da miséria, sem perder de vista o favorecimento do processo de acumulação capitalista via a terceirização da produção.

Apesar de encampada pelos movimentos da classe trabalhadora como uma forma de trabalho distinta do trabalho subordinado, a economia solidária, portanto, se adequa as tendências recentes impostas pelo desenvolvimento do capitalismo, terminando por ser funcional ao capital, o que, acredita-se, dificulta que se apresente como uma crítica ou ameaça à ordem burguesa conforme as exigências dos movimentos sociais.

Nesse contexto, a CUT intervém no fomento de empreendimentos autogestionários, como analisado no *terceiro capítulo*. Isto se deu a partir de 1990 concomitante ao deslocamento estratégico operado no âmbito da Central, quando passou a adotar uma pragmática assentada na idéia de “sindicalismo propositivo”. Consoante essa orientação, a prática das greves gerais de protesto foram substituídas pelas sucessivas tentativas de acordos com os governos através da elaboração de propostas de políticas para diversas questões que, para serem aprovadas em fóruns tripartites, devem interessar tanto aos governos neoliberais e às empresas quanto aos trabalhadores. O intuito é estabelecer o diálogo entre capital e trabalho, no sentido de promover a colaboração e evitar os conflitos.

Nessa perspectiva, a proposta de fomento à economia solidária adéqua-se perfeitamente à resistência propositiva pensada pela CUT, afinal, o intuito é elaborar alternativas consensuais para os problemas que afligem a classe trabalhadora no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. No nosso entender, a economia solidária e o cooperativismo respondem à intenção de estabelecer amplos consensos, mitigar o conflito social, mesmo que não resolvam os problemas mais gritantes da classe trabalhadora.

O estudo das resoluções dos Concuts revelou que a orientação ideológica construída pela Central em face da economia solidária e do cooperativismo sustenta-se na convicção de que essas iniciativas constituem formas de geração de trabalho e distribuição de renda e não na perspectiva de resistência e enfrentamento do próprio sistema econômico e social vigente. Tanto o discurso sobre o papel do cooperativismo, como as ações a serem executadas pelo sindicalismo cutista, sinalizam que as cooperativas constituem uma estratégia de enfrentamento aos impactos das *políticas neoliberais*, por viabilizar a inserção econômica e a

melhoria da qualidade de vida dos excluídos do mercado formal de trabalho, indicando que essas experiências autogestionárias são pensadas nos marcos do sistema vigente, como alternativa para tentar minorar as iniquidades sociais produzidas pelo projeto neoliberal.

Em síntese: ao mesmo tempo a central sindical mais importante do País incorpora em sua orientação ideológica e em sua pragmática o fomento de empreendimentos solidários sem vinculá-los a uma crítica de conjunto ao sistema capitalista, vivencia-se o processo de incorporação desse tipo de organização do trabalho pelo estado nacional, por parcelas do empresariado e pelos organismos internacionais. Toda essa processualidade implica grandes desafios à atuação sindical enquanto instituição defensiva e também centro de organização e formação da consciência de classe dos trabalhadores. Entre esses desafios, a atuação sindical no campo da economia solidária pode: a) reduzir as táticas de lutas massivas de caráter contestatório e classista, não mais correspondendo aos princípios históricos do sindicalismo na luta pela emancipação da classe trabalhadora; b) afastar a possibilidade de formação da consciência de classe dos trabalhadores ou pelo menos não aproveitar as intervenções junto ao cooperativismo para formar e armar politicamente a classe trabalhadora.

A intervenção pauta-se por uma luta econômica contra os efeitos (desemprego e desigualdade de renda) provocados pelas contradições capitalistas, buscando, fundamentalmente, melhorar as condições de existência dos trabalhadores no interior do sistema, em detrimento de fortalecer a luta da classe trabalhadora pela superação da sua condição de subordinação nos marcos do capitalismo, o que, acredita-se, pode implicar a conformação dos trabalhadores frente às condições vivenciadas.

A intervenção no âmbito da economia solidária parece que não tem, portanto, favorecido a atuação do sindicato enquanto centro de organização e formação política da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que tem produzido desafios para a luta sindical defensiva. Contudo, se as resoluções dos Concuts indicam as tendências do movimento sindical cutista, elas não possibilitam afirmar que a prática cotidiana dos empreendimentos autogestionários (cooperativas e empresas de autogestão) esteja em total concordância com as orientações da Central. Apenas a pesquisa empírica junto aos empreendimentos assessorados pela CUT permitirá confrontar as posições oficiais da Central com a realidade vivenciada nessas organizações, e assim, corroborar ou não as idéias aqui defendidas.

Referências

ALVES, Giovanni. **Limites do sindicalismo**: Marx, Engels e a crítica da economia política. Bauru: Editora Praxis, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil**: da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo: Cortez Editora, 1982.

_____. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

_____. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BOITO JUNIOR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Editor Xamã, 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Plano Brasil sem Miséria**. 2011.

COIMBRA, Ana Livia de Souza et al. **Sindicalismo cutista e economia solidária**: uma relação (im)possível? Jul de 2010. Disponível em: <[http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Ana Livia de Souza Coimbra e Outros Sindicalismo cutista e economia solidaria.pdf](http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Ana%20Livia%20de%20Souza%20Coimbra%20e%20Outros%20Sindicalismo%20cutista%20e%20economia%20solidaria.pdf)>. Acesso em: Jul 2010.

CUT. **Resoluções do 1º congresso Nacional da CUT**. 24 a 26 de agosto de 1984. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/documentos-oficiais/3>>. Acesso em: Jul 2010.

_____. **Resoluções do 2º congresso Nacional da CUT**. 31 de julho a 03 de agosto de 1986. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/documentos-oficiais/3>>. Acesso em: Jul 2010.

_____. **Resoluções do 3º congresso Nacional da CUT**. 07 a 11 de setembro de 1988. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/documentos-oficiais/3>>. Acesso em: Jul 2010.

_____. **Resoluções do 4º congresso Nacional da CUT**. 04 a 08 de setembro de 1991. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/documentos-oficiais/3>>. Acesso em: Jul 2010.

_____. **Resoluções do 5º congresso Nacional da CUT**. 19 a 22 de maio de 1994. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/documentos-oficiais/3>>. Acesso em: Jul 2010.

_____. **Resoluções do 6º congresso Nacional da CUT**. 13 a 17 de agosto de 1997. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/documentos-oficiais/3>>. Acesso em: Jul 2010.

_____. **Resoluções do 7º congresso Nacional da CUT.** 15 a 19 de agosto de 2000. Disponível em: < <http://www.cut.org.br/documentos-oficiais/3>>. Acesso em: Jul 2010.

_____. **Resoluções do 8º congresso Nacional da CUT.** 03 07 de junho de 2003. Disponível em: < <http://www.cut.org.br/documentos-oficiais/3>>. Acesso em: Jul 2010.

_____. **Resoluções do 9º congresso Nacional da CUT.** 05 a 09 de junho de 2006. Disponível em: < <http://www.cut.org.br/documentos-oficiais/3>>. Acesso em: Jul 2010.

_____. **Resoluções do 10º congresso Nacional da CUT.** 03 a 07 de agosto de 2009. Disponível em: < <http://www.cut.org.br/documentos-oficiais/3>>. Acesso em: Jul 2010.

DAMIANI, Cássia. **Formação profissional e sindicalismo:** antinomias do projeto de formação profissional da CUT no contexto da política neoliberal. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 1998.

EID, Farid; BUENO, Eloísa. **A organização da produção em cooperativas de reforma agrária.** Trabalho apresentado no XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1999. p.04-05.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico.** 2ª edição. tradução Rubens Eduardo Frias. Centauro Editora, São Paulo: 2005.

FILGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A ideologia que embala a galinha dos ovos de ouro. In: **Sindicalismo & cooperativismo:** a economia solidária em debate. Transformações no mundo do trabalho. GUIMARÃES, Gonçalo (org.). 1ª Ed. São Paulo: UNITRABALHO e REPROARTE, 1999.

GAWLAK, Albino; RATZKE, Fabiane. **Cooperativismo:** primeiras lições. Brasília: SESCOOP, 2004.

GUIMARÃES, Gonçalo (org.). **Sindicalismo & cooperativismo:** a economia solidária em debate. Transformações no mundo do trabalho. 1ª Ed. São Paulo: UNITRABALHO e REPROARTE, 1999.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 4ª. Ed. São Paulo: Loyola, 1994.

JESUS, Selma Cristina Silva de. **Cooperativismo e sindicalismo:** o caso da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT. Nov de 2010. Disponível em: <http://www.interativadesignba.com.br/III_SPSC/arquivos/sessao2/040.pdf>. Acesso em: Ago 2011.

LESSA, Sergio. **A ontologia de Lukács.** 1ª Ed. Maceió: EDUFAL, 1996.

LIMA, Jacob Carlos. **Paradoxos do trabalho associado.** Tempo Soc. [online]. 2009, vol.21, n.1, pp.113-132. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 30 mai 2010.

_____. **Reestruturação industrial, desemprego e autogestão:** as cooperativas do Vale dos Sinos. Sociologia [online]. 2008, n. 19, pp. 212-249. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 30 mai 2010.

_____. **O trabalho autogestionário em cooperativas de produção:** o paradigma revisitado. Ver. bras. Ci. Soc. [online]. 2004, vol. 19, n.56, PP. 45-62. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 14 mai 2009.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na Educação Superior:** de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

LOUREIRO, André Oliveira Ferreira; SULIANO, Daniel Cirilo. **As principais linhas de pobreza utilizadas no Brasil.** Nota técnica Nº 38. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, 2009.

LUKÁCS, Georg. O trabalho. In: **Per uma ontologia dell'Essere Sociale.** Tradução Ivo Tonet. Roma: Editora Riuniti, 1981.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução.** 1900. Disponível em: http://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1900/ref_rev/index.htm>. Acesso em: Jan 2011.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales; TODESCHINI, Remígio. **Sindicalismo e economia solidária:** reflexões sobre o projeto da CUT. Ago de 1999. Disponível em: <http://www.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/Magalhaes_Todeschini.pdf>. Acesso em: jun de 2011.

MARX, Karl. **Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores.** 1864. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1864/10/27.htm>>. Acesso em: Jan de 2011.

_____. **Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório:** As Diferentes Questões. 1866. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>>. Acesso em: Jan de 2011.

_____. **O capital:** crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. V. I. 3ª Ed. Tradução Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. **O Capital.** Livro I, Capítulo VI (inédito). 1ª edição. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MÉSZÁROS, István. Consciência de classe necessária e consciência de classe contingente. IN: **Filosofia, ideologia e ciência social:** ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. **Para além do capital.** Tradução Paulo César Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MYNAIO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 9ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Aécio Alves de. **Para uma socioeconomia política da transição**: possibilidades e limites da economia solidária. Tese de Doutorado. Fortaleza: UFC, 2006.

Programa de Governo: Coligação Lula Presidente, 2002.

SILVA, Raylene Maria Fonseca da. **A superexploração do trabalho no setor de serviços**: um estudo de caso com operadores de caixa de uma rede de farmácias na cidade de Fortaleza. Monografia de conclusão de curso. Fortaleza: UECE, 2007.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOLA, José Roberto. A organização do trabalho no contexto da autogestão: a experiência da ANTEAG. In: **Mudanças no mundo do trabalho**: cooperativismo e autogestão. PONTE, Osmar de Sá Junior (org). Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2000.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. Globalização e reestruturação produtiva: transformações estruturais e relações de trabalho na economia cearense. In: **Globalização e mercado de trabalho no Ceará**. TEXEIRA, Francisco José Soares; ARRUDA, Gerardo Clécio Maia; INÁCIO, José Bessa Pires; MOREIRA, Maria Vilma Coelho (Org.). Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 1999.

TIRIBA, Lia. **Economia Popular e cultura do Trabalho**: pedagogia(s) da produção associada. Tradução: Ricardo Saboya Filho, Diego Tiriba, Daniel Tiriba. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001.

TROTSKI, LEON. **Escritos sobre sindicatos**. Tradução Vera Corrêa de Sampaio e Maria Emília Sedeh Boito. São Paulo: Kairos Editora, 1978.

_____. **Resultados y Perspectivas**. 1906. Disponível em: <<http://www.marxists.org/espanol/trotsky/ryp/index.htm>>. Acesso em: Jan de 2011.

VIEITEZ, Candido Giraldez; DAL RI, Neusa Maria. **Trabalho associado**: cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ANEXOS

ANEXO 1

DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR CLASSES DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES E AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2010

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Domicílios particulares permanentes								
	Total (1)(4)	Classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita (salário mínimo) (2)							
		Até 1/4	Mais de 1/4 a 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5	Sem rendimento (3)
Brasil	57 324 185	5 252 767	10 591 130	16 441 266	12 551 391	4 025 026	3 056 396	2 939 438	2 449 573
Norte	3 975 533	692 816	994 356	1 044 897	576 378	173 593	128 538	106 620	257 830
Rondônia	455 599	42 223	95 316	141 200	97 086	27 941	19 131	13 248	19 403
Acre	190 645	31 544	46 027	48 573	28 803	9 190	7 160	5 473	13 850
Amazonas	799 629	143 845	191 152	198 844	118 740	35 512	26 669	24 808	59 982
Roraima	115 844	14 451	25 548	28 893	18 338	6 876	5 598	4 780	11 331
Pará	1 859 165	386 981	501 431	471 128	225 223	64 457	46 955	39 627	123 074
Amapá	156 284	22 823	37 155	38 001	26 219	9 931	7 920	6 015	8 211
Tocantins	398 367	50 949	97 727	118 258	61 969	19 686	15 105	12 669	21 979
Nordeste	14 922 901	3 063 595	4 005 405	4 067 741	1 701 424	485 355	383 956	365 670	847 922
Maranhão	1 653 701	438 412	449 462	392 254	148 413	39 621	29 146	24 369	131 942
Piauí	848 263	210 332	224 276	224 071	88 938	24 489	17 852	15 888	42 377
Ceará	2 365 276	515 628	648 315	659 736	253 603	69 758	56 524	55 797	105 371
Rio Grande do Norte	899 513	144 954	237 958	260 536	125 323	36 627	29 600	27 985	36 405
Paraíba	1 080 672	218 935	295 334	308 637	122 549	34 247	27 192	26 355	47 369
Pernambuco	2 546 872	453 553	699 405	706 769	306 985	88 540	70 587	72 495	148 291
Alagoas	842 884	190 253	238 281	207 623	85 816	26 485	21 183	19 408	53 793
Sergipe	591 315	110 456	156 460	160 996	73 206	23 051	19 530	18 009	29 513
Bahia	4 094 405	781 072	1 055 914	1 147 119	496 591	142 537	112 342	105 364	252 861
Sudeste	25 199 799	997 344	3 736 371	7 360 408	6 569 139	2 174 866	1 678 070	1 680 403	991 807
Minas Gerais	6 028 223	381 958	1 166 763	2 005 204	1 361 483	389 904	284 162	254 399	182 673
Espírito Santo	1 101 394	65 490	203 779	340 612	257 467	81 626	62 091	54 209	35 942
Rio de Janeiro	5 243 029	195 026	832 298	1 509 324	1 244 264	429 550	362 170	426 521	241 319
São Paulo	12 827 153	354 870	1 533 531	3 505 268	3 705 925	1 273 786	969 647	945 274	531 873
Sul	8 891 279	309 066	1 107 683	2 624 104	2 683 765	864 944	604 823	492 933	201 776
Paraná	3 298 578	132 533	473 302	1 036 907	920 771	282 893	203 172	165 553	82 772
Santa Catarina	1 993 097	42 321	183 825	543 300	696 993	231 183	148 879	109 638	36 289
Rio Grande do Sul	3 599 604	134 212	450 556	1 043 897	1 066 001	350 868	252 772	217 742	82 715
Centro-Oeste	4 334 673	189 946	747 315	1 344 116	1 020 685	326 268	261 009	293 812	150 238
Mato Grosso do Sul	759 299	42 683	138 010	244 886	181 338	55 186	40 476	33 582	22 973
Mato Grosso	915 089	49 119	166 125	293 937	218 516	65 914	45 658	34 347	41 293
Goiás	1 886 264	77 633	345 244	633 963	458 521	132 668	93 870	79 091	64 910
Distrito Federal	774 021	20 511	97 936	171 330	162 310	72 500	81 005	146 792	21 062

Fonte: IBGE, Resultados Preliminares do Universo do Censo Demográfico 2010.

(1) Inclusive os domicílios sem declaração de rendimento nominal mensal domiciliar per capita. (2) Salário mínimo utilizado: R\$ 510,00. (3) Inclusive os domicílios com rendimento mensal domiciliar per capita somente em benefícios. (4) Inclui os domicílios particulares permanentes ocupados com entrevista realizada e, os sem entrevista realizada (fechados), que tiveram o número de moradores estimado.

ANEXO 2

GASTOS DO PROGRAMA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DESENVOLVIMENTO

AÇÃO FINANCIADA	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Ações de Geração de Renda para Populações Carentes	740.000,00	1.815.691,16	6.119.464,54	2.256.786,48	492.753,12	192.752,56	
Ações Emergenciais de Geração de Trabalho e Renda	1.382.500,00						
Apoio à Constituição e Consolidação de Políticas Públicas de Economia	1.383.295,00	676.463,95	479.709,00	722.196,00	69.554,22	69.760,00	
Assistência técnica para geração de finanças solidárias		154.979,00					
Cadastro de Empreendimentos e Entidades de Apoio para Manutenção e Ampliação do SIES					3.000.000,00	480.795,48	128.203,00
Capacitação de Agentes de Desenvolvimento Solidário			224.000,00	1.611.485,00			
Desenvolvimento e Disseminação de Tecnologias Sociais Apropriadas à Economia Solidária					400.000,00		200.000,00
Fomento à Geração de Trabalho e Renda em Atividades de Economia Solidária	8.934.298,50	5.713.048,86	7.762.981,39	5.367.189,58			
Fomento a Incubadoras de EES					1.650.000,00	400.000,00	471.804,66
Fomento a Redes de Produção e Comercialização de bens e serviços produzidos pela economia solidária			1.232.000,00				
Fomento às Finanças Solidárias com Base em Bancos Comunitários e Fundos Solidários							1.293.239,44
Fomento e Assistência Técnica a EES e Redes de Cooperação de Economia Solidária					8.500.000,00	1.609.777,00	798.489,09

Formação de formadores (as), educadores (as) e gestores públicos para atuação em economia solidária				1.901.537,56	2.780.761,69	2.454.567,05	
Funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária	50.000,00	85.805,00	51.534,00				
Gestão e Administração do Programa	146.937,00		286.506,00				
Implantação de Centros Públicos de Economia Solidária						479.926,21	
Organização Nacional da Comercialização dos Produtos e Serviços de EES					5.080.876,00	1.249.423,02	
Promoção da Inclusão Produtiva	4.372.060,48	7.032.391,92	11.800.113,21	4.534.474,38	18.224.924,95	26.685.718,98	22.916.608,34
Promoção do Consumo Ético e Comércio Justo	1.361.683,00	362.377,00					
Promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da Atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário					2.891.490,53	8.468.007,80	
Recuperação de Empresas por Trabalhadores Organizados em Autogestão		1.558.470,00	1.438.094,15	4.910.145,00	291.720,00	895.663,00	449.696,00
Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária			446.000,00	412.033,72			

FONTE: Portal da Transparência